



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 90

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 5 DE AGOSTO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 62, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22 e 24 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 22:

— ao Projeto de Lei nº 2.156-C-64 na Câmara e nº 69-67 no Senado, que dispõe sobre a concessão da prorrogação de prazos pelos estabelecimentos oficiais de crédito a devedores do Nordeste e estabelece outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 31-B-67 na Câmara e nº 57-67 no Senado, que dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências (veto parcial);

Dia 24:

— ao Projeto de Lei nº 3.387-B-66 na Câmara e nº 42-67 no Senado, que estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Re-

gião (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei nº 111-C-67 na Câmara e nº 66-67 no Senado que fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei nº 1.847-D-64 na Câmara e nº 324-66 no Senado, que cria Junta de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, em 1º de agosto de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

ATA DA 102ª SESSÃO, EM 4 DE AGOSTO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: NOGUEIRA DA GAMA, GUIDO MONDIN E EDMUNDO LEVI.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Ers. Senadores:

Clovis Maia
Oscar Passos
Edmundo Levi
Deiré Guarani
Cattete Pinheiro
Clodamir Millet
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
José Ermírio
Teotônio Vilela
Leandro Maciel
Júlio Leite
Alóysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Há número regi-

SENADO FEDERAL

mental, declaro aberta a sessão. Vão ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:

Agradecimento de comunicação referente a Decreto-Legislativo:

Nº DAI-DNU-27-640/16 (04), de 28 de julho do ano em curso — com referência ao Decreto Legislativo número 23, de 1967, que aprova a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução nº 2.106 (XX) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 21 de dezembro de 1965.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES:

I — Do Prefeito do Distrito Federal:

Ofício nº 1.055, de 31 de julho do ano em curso — com referência ao Requerimento nº 618-67, do Sr. Senador Lino de Matos;

II — Do Ministro da Fazenda — (Avisos de 1º do mês em curso):

Nº BR-231 — com referência ao Requerimento nº 439-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Nº BR-233 — com referência ao Requerimento nº 579-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Nº BR-235 — com referência ao Requerimento nº 577-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Nº BR-237 — com referência ao Requerimento nº 531-67, do Sr. Senador José Ermírio;

III — Do Ministro da Saúde:

Aviso Ob. Nº 703, de 31 de julho do ano em curso — com referência ao Requerimento nº 611-67, do Sr. Senador Raul Giuberti.

IV — Do Ministro das Relações Exteriores:

Ofício DORG-DP-26-312.4, de 28 de julho do ano em curso — com referência ao Requerimento nº 567-67, do Sr. Senador Arthur Virgílio.

V — Do Ministro da Indústria e do Comércio:

Aviso AP-138-67, de 31 de julho do ano em curso — com referência ao Requerimento nº 524-67, do Sr. Senador Raul Giuberti;

VI — Do Ministro da Fazenda:

Aviso nº BR-119, de 21 de junho do ano em curso — com referência ao Ofício nº 37, de 16-6-67, da Comissão de Finanças do Senado sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49-67.

PARECERES

Parecer nº 498, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 1967.

Relator: Senador José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 53, de 1967, que suspende a execução do artigo 11, inciso 7º, alínea "a", da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — José Leite, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 498, DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 45, n.º IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente,

pronúncio a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

Suspende a execução do artigo 11, inciso 7º, alínea "a", da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 12 de outubro de 1966, nos Recursos

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Extraordinário nº 57.804 e ordinário em Mandado de Segurança nº 14.673, do Estado de Santa Catarina, a execução do artigo 11, inciso 7º, alínea "a", da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 499, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 1967.

Relator: Senador José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 54, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 824, de 30 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara. Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — José Leite, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 499, DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, — Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 54, DE 1967

Suspende a execução da Lei nº 824, de 30 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tri-

bunal Federal, em 1º de dezembro de 1966, na Representação nº 699, a execução da Lei nº 824, de 30 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 500, de 1967

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1967 (nº 155-B de 1967, na Casa de origem).

Relator: Senador Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1967 (nº 155-B de 1967, na Casa de origem), que acresce de um item o artigo 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Mem de Sá.

ANEXO AO PARECER Nº 500, DE 1967

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1967 (nº 155-B de 1967, na Casa de origem), que acresce de um item o artigo 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 7º da Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, é acrescida do seguinte item:

"XXXVI — Os produtos de procedência estrangeira cuja entrada no território nacional seja "livre" de importação pela Tarifa das Alfândegas, após disciplinação, por espécie, do Departamento de Rendas Internas, na forma do artigo 111 desta lei, e

quando os similares produzidos no País gozem do mesmo benefício."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer nº 497, de 1967

Projeto de Resolução número 86, de 1964, que suspende a execução da Lei número 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina. Relator: Senador José Leite

A Comissão de Redação recebeu, em devido tempo, para elaborar a redação final correspondente, o Projeto de Resolução número 86, de 1964, que suspende a execução da Lei número 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em Acórdão de 26 de agosto de 1964.

Antes de proceder à elaboração do seu trabalho, a Comissão achou aconselhável solicitar, por intermédio da Mesa, fosse pedida ao Governo do Estado de Santa Catarina a remessa do texto da lei citada e lhe fossem encaminhados os demais Projetos de Resolução existentes no Senado decorrentes de julgamentos do Supremo Tribunal Federal relacionados ao mesmo diploma.

O texto da lei custou a chegar e só agora, tendo-o em mãos, nos foi possível estudá-lo.

Quanto aos outros julgamentos do Supremo Tribunal Federal que disseram respeito ao mesmo diploma, verificamos serem em número de cinco assim discriminados:

Ofício	Data	Projeto de Resolução	Recurso	Impetrantes do Mandado de Segurança	Matéria
875-P/64	23-10-64	86/64	13.250	Tabacos Blumenau S. A.	Impostos sobre tabacos e derivados (artigo 12)
876-P/64	23-10-64	1/65	12.459	Eunildo Lázaro Rabelo	taxa sobre automóveis (artigo 11, item 1º)
993-P/64	13-11-64	5/65	13.121	Tabacos Blumenau S. A.	imposto sobre tabacos e derivados.
272-P/65	25-3-65		13.238	Tabacos Blumenau S. A.	taxa de assistência à indústria local (artigo 11, item 3º)
11-P/67	9-5-67	53/67	14.673 57.804	Oscar Palace Hotel	taxa sobre transações e serviços referentes ao movimento de hospedagem (artigo 11 inciso 7º, alínea "a")

No segundo e no quinto casos os processos já estão concluídos, o primeiro com a promulgação e publicação da Resolução número 95-65, que suspende a execução do item 1º do artigo 11 da Lei; o segundo, aprovado na sessão de 28 de junho de 1967, está nesta Comissão a fim de ser elaborada sua redação final.

No primeiro caso o projeto está também aprovado, dependendo de redação final e no terceiro, a redação

final já foi elaborada mas não submetida ao Plenário.

Tanto num como no outro (primeiro e terceiro) a hipótese é a mesma: inconstitucionalidade da cobrança do imposto sobre tabacos e derivados. Incidente em base percentual (2%) sobre o movimento econômico de vendas para fora do Estado.

O motivo da inconstitucionalidade scilicet, o fato de estar o fisco estadual cobrando, com fundamento no artigo

12 da Lei número 2.772, 2% sobre o movimento econômico do estabelecimento comercial, quando parte desse movimento, fazendo-se para fora do Estado, já está tributado pelo imposto de exportação, no máximo permitido pela Constituição (5%).

A orientação seguida pelo Senado em face dos dois acórdãos que lhe foram comunicados não foi uniforme. No primeiro caso (Projeto de Resolução número 86, de 1964) mandou

suspender, pura e simplesmente, execução da lei. No terceiro (Projeto de Resolução número 5, de 1966) apenas o fez.

"Na parte a que se refere ao imposto sobre movimento econômico resultante de vendas para o exterior"

Afigura-se-nos, porém, que nem um nem outro desses projetos permite ao Senado realizar satisfatoriamente seu papel constitucional de suspender a cobrança do tributo em apreço (in

pôsto sobre tabacos e derivados) na parte em que o Supremo Tribunal Federal o declarou inconstitucional, isto é, na sua incidência sobre os produtos enviados para fora do Estado, uma vez que sobre estes já pesa o máximo de tributação permitido pela Constituição.

Pelo Projeto de Resolução número 86, de 1964 — se lhe não fora acrescentada cláusula explicativa da extensão do ato suspensivo — poderia entender-se como suspensa toda a lei, o que não será admissível como consequência dos julgados do Supremo Tribunal Federal, dada a amplitude do que nela se dispõe.

Pelo projeto de Resolução número 5, de 1965 também não parece que fique atendido convenientemente o julgamento do Supremo Tribunal Federal, uma vez que não há, no seu texto, referência ao artigo 12 da Lei, podendo o fato gerar dúvidas sobre se a suspensão atingiria outras mercadorias que não tabaco e derivados, quando exportados. A decisão foi só quanto a esses produtos, e teve por fundamento — conforme já foi dito — o fato de já a sua exportação estar taxada no máximo permitido pela Constituição.

Tendo em vista as observações que acabam de ser aduzidas, parece aconselhável solicitar o encaminhamento dos dois projetos (números 86, de 1964 e 5, de 1965) à consideração da douta Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que se manifeste sobre a extensão dos atos deles decorrentes.

Permitimo-nos sugerir que os dois projetos — uma vez que dizem respeito à mesma hipótese — sejam anexados, a fim de que uma só redação a ambos atenda, podendo ser, em substituição à do Parecer número 81, de 1965 (Projeto de Resolução número 5, de 1965), assim formulada:

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 45, número IV da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967

Suspende, em parte, a execução do artigo 12 da Lei número 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos de decisões definitivas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessões de 20 e 26 de agosto de 1964, nos Recursos ordinários em Mandado de Segurança números 13.121 e 13.250, respectivamente, do Estado de Santa Catarina, a execução do artigo 12 da Lei número 2.772, de 21 de julho de 1961, do mesmo Estado, na parte que se refere ao imposto sobre movimento econômico resultante de vendas para o exterior.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Na das Sessões, em 3 de agosto de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — José Leite, Relator. — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento de informações que se acha sobre a mesa.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 680, de 1967

Sr. Presidente

Requero, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio o seguinte pedido de informações:

1º — Que providências o Ministério da Indústria e do Comércio está tomando, ou já tomou, para evitar que

a indústria brasileira de material elétrico e eletrônico sofra a concorrência da importação de produtos estrangeiros que venham competir com similares nacionais;

2º — Quais as firmas que obtiveram licença, no corrente ano, para importação de material elétrico e eletrônico e, qual o valor de cada uma dessas licenças?

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1967. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — O requerimento lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Vai ser lido o requerimento de pesar enviado à Mesa.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 681, de 1967

Requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Cônego Cícero de Vasconcelos, que aqui representou com brilho e dignidade, o Estado de Alagoas nas legislaturas de 1946 a 1954:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar; e

b) apresentação de condolências à família do extinto, ao Governo do Estado de Alagoas e ao Arcebispo de Maceió.

Na das Sessões, em 4 de agosto de 1967. — Rui Palmeira. — Teotônio Vilela. — Júlio Leite. — Petrólio Portela. — Clodomir Millet. — Domício Gondim. — Ruy Carneiro. — Fernando Corrêa. — Pedro Ludovico. — Catete Pinheiro. — Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Em votação o requerimento.

O SR. TEOTÔNIO VILELA: Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, faleceu, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 26 do mês passado o ex-Senador Cícero Teixeira de Vasconcelos, que representou, durante a Constituição, o Estado de Alagoas.

Trata-se de uma das mais eminentes figuras do meu Estado. Talvez não tivesse encontrado, no Senado, o ambiente próprio à sua cultura e dedicação às causas do homem.

Encontro uma justificativa para a minha produção de homem tão culto e inteligente. Era um apolítico, antes, durante e depois do seu mandato. Foi para o Senado por um movimento, promovido mais pelos intelectuais e pelos homens de sociedade do que mesmo pelas correntes partidárias do meu Estado. Chegou ao Senado do Penfêlico vinculado ao antigo PSD. Infelizmente, as lutas políticas, em Alagoas, não davam aquela nobre figura a desenvoltura para se comprometer no exame das nossas questões políticas — nacionais e estaduais.

Extremamente modesto, assim o retratou o escritor Nertan Macedo numa síntese admirável, que passo a ler, como parte desta minha humilde homenagem ao ex-Senador Cícero de Vasconcelos. (Lendo)

O Cônego Cícero de Vasconcelos, que também vai deixar o Senado em 31 de janeiro, é das figuras que mais

prestigiaram aquela Casa do Congresso de 46 a 54. Veiu para o Legislativo Federal com uma nobre tradição de respeitabilidade pessoal e de virtude. Os que o viram ingressaram na política, em 46, deixando o ambiente tranqüilo em que vivia, estranharam o gesto e previram que ele não se sentiria bem na agitação da metrópole e no cipoal da atividade partidária.

Mas havia apelos muito fortes, de amigos a que ele embora relutando não podia deixar de atender. A consciência cívica dos alagoanos, tão torturada pelas desavenças de uma política cheia de ódios e sobressaltos, tinha necessidade de uma figura cuja dignidade e cuja atitude de espírito pudessem aplacar as paixões e aproximar os homens. E o bom padre teve que ceder, deixando com tristeza o ginásio, que criara e onde com tanto carinho vinha colaborando no preparo intelectual de gerações sucessivas de moços que o ouviam com respeito e interesse, cônscios de terem diante de si um profundo conhecedor não só das cadeiras que lecionava (latim e português) como de muitas outras. Deixou também o Seminário, onde trabalhava com desvelo na formação de novos sacerdotes, dando-lhes, além dos ensinamentos das disciplinas, em que doutrinava como mestre, os exemplos das virtudes em que se tornou incontestável padrão.

No Senado, o Cônego Cícero de Vasconcelos conseguiu o milagre de conservar a sua profunda humildade e apesar de fazer-se notar e admirar. Orador de qualidade, que brilhava no púlpito em sua província natal, não procurava oportunidades para ocupar a tribuna, antes dela fugia quanto possível. Mas, sobreindo a necessidade de falar aos seus pares, lá estava o tribuna a destacar-se pela elevação dos conceitos e pela pureza da frase.

Interessado sempre nos problemas do ensino, era deles que de preferência se ocupava, no plenário como na Comissão de Educação. E sempre com a segurança e a elevação de mestre que conhece com precisão o terreno que palmilha. Frequentes vezes chamado, em substituição a outros colegas, a participar de outras Comissões, sempre se desincumbiu dos novos encargos com exatidão e brilho. Aos trabalhos do Senado foi nesses oito anos, dos mais assíduos e pontuais. Só por enfermo, vez por outra, deixou de estar à hora exata, no plenário ou na Comissão acompanhando reuniões, notando com independência e superioridade.

Temperalmente suave, tímido, espírito solicitado a cada instante para os altiplanos do pensamento místico, o seu contato com as asperezas das lutas que separam os homens, havia, inevitavelmente, de chocá-lo. E isso se deu quando avrou a desinteligência entre os irmãos Góis Monteiro. Naquele momento, preso pelo coração aos irmãos desavindos quis deixar a política e, discretamente, formulou a sua renúncia. Entre os serviços que o Sr. Nereu Ramos prestou ao Senado figurou o de desempenhar, nessa oportunidade, o papel de pacificador, conseguindo, afinal, que o bom padre acedesse em permanecer no seu posto, atendendo, aliás, a solicitações instantes de todos os contendedores.

Em crônica anterior, manifestamos a nossa descrença em relação aos sacerdotes que se tornam políticos. O Cônego Cícero é uma nobre exceção. A sua linha de conduta, nessa digressão que fez em sua vida, não desmereceu, em absoluto, o respeito que lhe tributam quantos o conhecem entre apenas ao seu ministério sagrado e ao magistério.

Ao espírito cético que lhe tenha acompanhado os passos, vendo-o tão sereno, tão simples, tão humilde e tão digno, não pode deixar de acudir um

pensamento superior sobre o destino de certos homens.

Vendo-o no seu lugar no Senado com tanta compostura, acompanhando-lhe os gestos mansos, a voz serena, o sorriso compassivo, o observador tem a impressão de ver-lhe reluzir no escuro do hábito singelo, a cruz peitoral de bispo que é afinal o que ele merecia ser e decerto seria se a humanidade do seu espírito cristão não o levasse a esconder-lhe tanta.

Estivéssemos nos dias da Monarquia, quando o Imperador indicava ao Papa os nomes para os bispos, certamente esse piedoso homem estaria hoje investido daquela alta dignidade eclesiástica.

Sr. Presidente, desejo ainda, em aditamento ao requerimento, ler a crônica que escrevi no dia seguinte ao do falecimento do ex-Senador Cícero Teixeira de Vasconcelos.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Antes de V. Exª ler o trabalho que, como o discurso que V. Exª ora está proferindo, deve ser brilhante, talvez um retrato — do ex-Senador Cícero Vasconcelos — a exemplo do que fez o jornalista cearense Nertan Macedo — quero, em aparte solidarizar-me com V. Exª e com o Estado de Alagoas pela perda desse grande homem que foi o Cônego Cícero de Vasconcelos, que tão bem representou o seu Estado no Senado. Era S. Exª por todos nós tratado com carinho, porque, a despeito de ser filho do Estado de Alagoas, apresentava-se realmente como disse o jornalista Nertan Macedo, tímido, revestindo-se da humildade do bom sacerdote, do Ministro de Cristo que encarnava. Conduziu-se admiravelmente bem durante o tempo em que foi Senador. Todos nós, Senadores daquela época convivemos com S. Exª entre 1950 e 1954 — reconhecemos que durante todo o tempo, o Senador Cícero de Vasconcelos portou-se com uma correção admirável. Era o Cônego Cícero de Vasconcelos tudo isto e muito mais que V. Exª dirá no trabalho que vai ler. Todos nós supúnhamos que o Cônego Cícero de Vasconcelos retornasse ao Senado, onde tão bem representou o glorioso Estado de V. Exª. Assim, os que com ele conviveram, no Senado, têm a alma compungida, como V. Exª e seu nobre povo, lamentando a perda desse grande filho do Estado das Alagoas.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Agradeço a V. Exª, Sr. Senador.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Com prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Antes que V. Exª leia o artigo, naturalmente brilhante, que escreveu na Imprensa de Maceió, sobre o Cônego Cícero de Vasconcelos, quero aproveitar o aparte do Senador Ruy Carneiro para confirmar a V. Exª, que não teve a oportunidade feliz de ser companheiro daquele grande Sacerdote no Senado da República, que todos nós, Senadores, o tratávamos, exatamente, com carinho. Sua mansidão, sua bondade, sua inteligência, sempre modestamente manifestada, sua grande cultura, sobretudo no Latim — deve ter sido um dos últimos latinistas deste País — tudo isto fazia do Cônego Cícero de Vasconcelos um ornamento do Congresso Nacional. Os que fomos seus companheiros, no Senado, lamentamos, profundamente, o seu desaparecimento.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado a V. Exª.

Comovido, Sr. Presidente, pelos apartes, passo a ler o artigo que escrevi no dia 27 do mês passado. (Lê)

MONS. CÍCERO DE VASCONCELOS

Amável segundo o mundo, amável segundo Cristo — isso disse Luis Bertrand de Agostinho. Pego licença ao escritor e ao santo para aplicar essas palavras, medidas as distâncias ao nosso Monsenhor Cícero Teixeira de Vasconcelos, falecido esta semana no Rio. Quem me deu a triste notícia, pelo telefone, foi o cônego João Leite. Pertencemos os três à gloriosa terraviosense, e não só a ela como também a ramos da família que partiu do Bananal. Há sangue comum nas nossas veias. E a dor que sai de casa é a que doi mais.

Retornei ao gabinete tomado de um imenso vazio. O amável cônego Cícero não voltaria jamais a Maceió. Pensei na igreja de Santa Rita e no Bananal; depois em Viçosa, onde o ouvi em pleno vigor das idéias e da voz pronunciar sermões e discursos que fizeram época. A mocidade vibrava com o talento incomum do orador. Era um mestre da arte de falar. O entusiasmo maior, entretanto, nascia do fato de ele pertencer ao mesmo ambiente, filho do mesmo barro, santo de casa. Uma glória.

Continuo vagando, emendando lembranças, convencendo-me da morte. A última vez que o vi foi no aeroporto de Salvador, alquebrado, cansado, mas ainda dominando com vivacidade aquela suave poder de comunicação que era o segredo de sua intimidade instantânea com a alma da gente. Sendo um homem loquaz e comunicativo tinha, entretanto, para manutenção do seu admirável equilíbrio, o culto da privacidade. Seu recato mental, seu recolhimento habitual marcavam a esfera de interioridade em que vivia. Não era de ir a alguém, mas de receber quem quer que fosse. Não era o "homem de massa" e sim o "homem interior". Essa privacidade, portanto, não lhe daria a condição negativa de ensemear-se, antes de identificar-se melhor com a sua dimensão pensante, na plenitude da integridade de sua realidade.

Chove e faz um frio estranho e incômodo. Busco retalhos de mais lembranças para compor esta crônica, procuro reconhecer o fato anunciado. Então uma comoção úmida caminha lentamente sobre a minha alma perplexa e parada. Estou escrevendo no dia de Santa Ana, mãe da Mãe de Deus. Retomo os pensamentos dispersos, reatino o espírito desalentado. De tão austero tornou-se tão inviolável, que é difícil penetrar em sua personalidade. Vejo o orador sacro, o senador, o professor, o homem sério, o historiador o amigo, o sacerdote total. Cícero de Vasconcelos era, sobre tudo, uma figura humana inatacável e respeitável. Um padrão. E como isso é raro. Fez da vida um emblema do mérito; venceu o tempo sem vacilações, sempre uno, e íntegro, indivisível, tranqüilo. E longe bem longe das fáceis consagrações da fanfarras e da exaltação do delírio pessoal. Se a modestia como diz um escritor, é o único esplendor que se pode acrescentar à glória — está feito o acréscimo aos triunfos do ilustre viçosense.

Saí daqui, atendendo a chamado, rumo a São Paulo. A Providência lhe fez surpresa. Pois o seu lugar é no Bananal ou na Igreja de Santa Rita, não na Guanabara. Então é que foi

arrebatado no caminho por um chamado maior. Não para morrer, mas para viver a verdadeira Vida de suas pregações. Alguém chegou aos seus ouvidos e segredou-lhe a mensagem urgente, inadiável. E logo antigos cânticos litúrgicos o envolveram e o comoveram até as lágrimas. E a melodia penetrante tinha palavras mais convincentes ainda: "Aquele que é a vida, baixou a esta terra. Sofreu a nossa morte, e fez-la morrer com a abundância da sua vida. A vida baixou a nós, e nós não queremos subir até ela e viver?..."

Subiu. Resta-nos a memória daquele que soube ser para merecer a intimidade festiva de Deus.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Assim, será inserido em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador, Cônego Cícero de Vasconcelos, e enviadas condolências à família do extinto, ao Governo do Estado de Alagoas e ao Arcebispo de Maceió.

Em nome da Mesa Diretora do Senado Federal, associo-me às homenagens prestadas ao falecido ex-Senador que, conforme todos temos conhecimento, inclusive pelas palavras que acabam de ser proferidas pelo Senador Teotônio Vilela, firmou nesta Casa, e fora dela, tradições de alta dignidade moral, social e política, deixando, assim exemplos para todos os pósteros.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Entre os oradores inscritos para a sessão de hoje está em primeiro lugar, o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, a quem dou a palavra.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente. — Falando sempre em meu nome pessoal, não tenho recusado, mesmo integrando um partido de oposição, os aplausos que me parecem justos, aos atos políticos e administrativos do eminente Senhor Presidente da República. No meu último discurso saudei-o calorosamente porque o via ingressando na História, como o Consolidador de Brasília. Hoje, no exercício da liberdade parlamentar, não venho prestar idêntica homenagem ao Chefe do Estado. Venho, ao contrário, exprimir a minha profunda estranheza diante da inflexibilidade desrazonadora de Sua Excelência, no que tange às tentativas de reforma constitucional.

Várias emendas têm sido apresentadas pelo meu Partido à nova Constituição da República, buscando aprimorar esse Estatuto e melhor ajustá-lo aos preceitos fundamentais da democracia. A verdade, porém, é que, sem reservas nem cautelas, divulga-se pela voz da imprensa e pela palavra autorizada dos insignes líderes do Governo no Congresso Nacional, que o Marechal não consentirá no êxito daquelas tentativas reformistas. Era o Presidente da República. Não direi que essa intransigência de atitude se ajusta às características de um abuso de poder. Nenhum Congressoista foi cercado no uso de suas prerrogativas constitucionais. Nenhum sofreu a impunidade das ameaças ou o impacto das violências materiais. Há liberdade de palavra no exercício dos mandatos. Não se ouve, desta vez, o ruído dos passos marciais de soldados invadindo, de armas em punho, o recinto do Parlamento, destruindo a democracia e humilhando a soberania

nacional. Não. O Presidente comanda o seu exército civil. Coordena, disciplina e exige. Mas, as suas ordens são dadas, nos bastidores do Palácio, à maioria parlamentar de que ele está disposto.

Esta é que sofre o constrangimento. Poucos terão a coragem de divergir. Não, pelo impulso da timidez que humilha, mas, pelo império das contingências políticas e partidárias. E a vontade de um homem terá de prevalecer sobre o Congresso para conduzi-lo à prática de erro funesto. São os resabios da ditadura que passou. Passou ou vai passando, porque algumas de suas marcas ainda subsistem no bojo da Constituição revolucionária de 1967.

Não estranhemos os processos de arregimentação partidária no próprio ângulo da elaboração das leis. O que repudiamos é a imposição de disciplina nos casos e nas questões que extravasam da área política para constituírem problemas de civilização, de cultura e de estruturação jurídica-constitucional de um povo livre.

Quais são, Sr. Presidente, as emendas constitucionais que o meu partido está pleiteando? A Câmara as conhece. Uma delas diz respeito à eleição direta do Presidente e do Vice-Presidente da República. Deixemos a tradição brasileira; deixemos a citação dos grandes Mestres, e perguntemos aos homens cultos e livres deste País se é justo, se é democrático suprimir-se a uma nação inteira o direito de opinar, o direito de votar, o direito de eleger o seu próprio governo.

Quem não sente, Sr. Presidente, que o processo indireto daquelas eleições significa um golpe mortal na democracia, que se arrima na soberania da vontade popular? Quem não vê que o voto indireto é a porta aberta à instauração de um regime oligárquico em que as maiorias parlamentares irão se perpetuar no poder? E porque temer o povo? Porque afastá-lo das urnas? Porque privá-lo do direito de constituir o seu próprio governo quando é dele que emana a legitimidade de todo poder? Ah, Sr. Presidente, se as eleições populares, diretas, não forem restabelecidas, desgraçado estará este País, cujo governo perpetuado nas mãos de um grupo, não terá mais a quem temer!

E o caminho da irresponsabilidade, do crime e da impunidade. É a morte da democracia.

O Sr. Adão Steinbruch — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Pois não.

O Sr. Adão Steinbruch — Com a devida vênia de V. Exª permito-me aduzir às considerações brilhantes que está expendendo perante esta Casa o fato de vivermos praticamente sob o regime de um partido único, cujas dificuldades insuperáveis que se desenvolvem no país, para que se possa traduzir o pensamento de tantas correntes partidárias que tinham existência no Brasil. Foi um erro dos mais lamentáveis a extinção, primeiro, dos partidos políticos, para depois constituírem-se duas entidades partidárias, quando antigamente existiam inúmeras legendas. Mas partidos poderosos havia poucos. A essas certamente incumbia a política do País. Se malograram os seus esforços, não era o caso de acabarem com as outras legendas, algumas tão gloriosas e que tantos serviços prestaram à Nação.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Acrescento a intervenção de V. Exª. V. Exª tem toda razão ao manifestar o seu apoio ao sistema pluripartidário. Incontestavelmente num regime de democracia verdadeira, autêntica, não é possível suprimir grupos que enfeixam correntes de opinião pública, pequenos que estes sejam. — numa democracia autêntica não é possível suprimir, evitar a ma-

nifestação livre do pensamento dos homens, bem como a tentativa natural, que foi peculiar a todos os pequenos partidos, de fazerem propaganda de suas idéias, para mais tarde se tornarem grandes correntes de opinião pública, como ocorreu com todas as agremiações partidárias do mundo.

V. Exª tem toda razão. A supressão dos pequenos partidos é um atentado à liberdade de pensamento, é um atentado à liberdade de reunião, enfim é um atentado à soberania do povo, um atentado aos melhores preceitos da democracia vigente em todas as nações cultas do mundo.

Prosseguindo:

Outra emenda, Sr. Presidente, diz respeito à eleição dos Prefeitos das Capitais dos Estados.

Nós reivindicamos para o povo das Capitais o direito de eleger livremente o seu governo. Estaremos, com isso, desafiando a Revolução institucionalizada no Estatuto básico de 1967? A essa Revolução que jurou consolidar a democracia? Será possível que o honrado Marechal Costa e Silva julgue coerente e justo estabelecer a Constituição vigente a eleição direta dos prefeitos de todos os municípios do País e excluir desse processo apenas as Capitais dos Estados? Será possível negar que essa discriminação é intolerável, a não ser incoerente?

Ninguém ignora, Sr. Presidente, que as Capitais polarizam sempre os índices mais elevados de inteligência, cultura e civismo. Nelas estão ainda sediados os centros populacionais de maior densidade. Se a Constituição de 1967 assegura a autonomia municipal a todas as comunas grandes, médias e pequenas, porque exclue e elimina essa prerrogativa no que tange aos municípios das Capitais? Qual a razão de ser dessa humilhante discriminação? Uma Revolução que prometeu dar autenticidade à vida democrática do País, aperfeiçoando-lhe os métodos e processos, jamais poderia negar o direito de voto às populações mais livres, mais cultas e mais aptas à seleção dos seus homens públicos. O aperfeiçoamento e a pureza do regime democrático estão vinculados ao nível educacional do povo. E é que se estabelece na Constituição vigente é o contrário desta afirmativa irrefragável. Todos os municípios do País, os mais humildes, os menos cultos, são julgados capazes de exercer o regime, elegendo livremente os seus dirigentes. As Capitais não, porque nelas estão as populações de maior aptidão democrática, ou seja, de mais elevado teor de cultura e maior espírito de independência cívica.

Essa incoerência não pode subsistir na Constituição do Brasil, Sr. Presidente. Ela não pode honrar ao proclamado espírito revolucionário e é agressiva aos nossos foros de civilização.

Pergunte o eminente Marechal Costa e Silva o que pensam a respeito os seus bravos e cultos conterrâneos de Porto Alegre. Ouça o povo de São Paulo, a gloriosa gente que tem dado à democracia e à liberdade os mais singulares exemplos de atividade, coragem e compreensão cívica.

Ausculte o pensamento de Curitiba de Florianópolis, de Manaus, de Belém, de Vitória, de Belo Horizonte ouça a voz de todas as Capitais deste País, as grandes e as pequenas. Consulte a todas. E sentirá, então, que um repúdio generalizado e unânime centra esse texto constitucional, que matou a autonomia dos municípios das Capitais dos Estados.

Sentirá que não é possível ao Chefe do Estado manter-se inflexível diante dos anelos, reclamações e protesto de todas as comunidades mais cultas deste País.

Nós compreendemos bem que a Constituição política de um povo não

se faz para sofrer modificações no seu nascedouro.

É uma estrutura jurídica de bases firmes e estáveis, cujas modificações constantes são desconhecíveis e atenuantes.

Enfeixa normas e princípios fundamentais, que exprimem a civilização, a inteligência, a cultura, o ideal, as tendências, as aspirações e o ideal jurídica básica das nações politicamente organizadas.

Uma obra de primor jurídico e político. Não, porém, Sr. Presidente, a Constituição do Brasil a Constituição de 1957. Ela foi uma imprecisão jurídica, nascida de mãos hesitantes, em turbulência, ao ruir dos poderes, sob a pressão irresistível das forças do tempo.

Os próprios revolucionários ideológicos, moderados e puros, tinham e veem na Constituição, pelos erros e contradições que encerra, não uma nova honra a sua própria obra, e muito menos correspondentes esforços de reconstrução nacional.

Por que a proclamada intransigência do honrado Marechal? Por que a intransigência de as suas potências políticas, para esmagar a iniciativa dos reformistas? Por que essa intransigência, quando o que desobedece é o emburço do Estado fundamental erros evidentes, contradições e lacunas que se conflitam com a cultura nacional?

Marechal, A própria Revolução não pôde alicerçar as que visam ao fortalecimento do Estatuto básico da nação. Semos um poder de armas. Então de nós o pensamento de recorrer aos erros do passado. Mas, dentro de nós a consciência de que temos o direito de combater os erros da Revolução.

A reforma constitucional é um importante de civis e militares. Não há o que distinguir entre patriotas fardados e patriotas sem farda. A nossa história repele a discriminação. Se fosse possível revolver as cinzas dos heróis que tombaram em defesa do país, nós teríamos de ver que eles são indiscrimináveis. São idênticos. São as mesmas fecundaram o direito da liberdade, que nunca mais poderá morrer no corpo e na alma de todos os brasileiros.

Não Marechal. Defenda, o quanto puder, o pensamento da Revolução, mas não lhe envenene os erros. Prosiga como vai indo — consolidando Brasília, humanizando o Governo, defendendo o nacionalismo racional e puro e promovendo, com ênfase, a política de desenvolvimento nacional.

Não Marechal. Dê liberdade plena ao Congresso, aos seus líderes, aos seus amigos, aos seus correligionários, aos seus assessores leais, no sentido de que todos possam colaborar na obra de aperfeiçoamento da Constituição de 1957. Permita o diálogo honesto. E sim, bem que não é a Revolução que está em jogo. O que está em jogo é um problema jurídico-constitucional; é o aperfeiçoamento da Lei Maior deste País; é a cultura brasileira; o princípio federativo; é a liberdade; é a democracia.

Sr. Presidente, não encerrar as minhas palavras, desejo reafirmar a minha fé nos destinos do Brasil. Somos um povo capaz e forte em todos os aspectos. Não temos preconceitos de raça. Amamos a paz, a liberdade de trabalho. Homens e mulheres de todas as nações vivem nesta terra, irmãos. Resolvemos as nossas questões internas com os nossos próprios recursos sem interferência de nações estrangeiras. O constituinte nesta hora é a comunidade de civis e militares, criada de uma continuação sagrada, a continuação de servir à Pátria e à terra sempre maior. Que nos ajude o capital e a técnica das nações estrangeiras. Mas, se tudo nos faltar, os recursos, nada impedirá que sejamos fortes, grandes e respeitados

pelos nossos próprios esforços. Deus nos ajudará.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, tem a Casa o conhecimento de que o Sr. Cattete Pinheiro, representante do VII Congresso Nacional de Municípios, realizado em Manaus e Belém, no mês de julho próximo passado.

Foram-me os eminentes colegas, que como representantes do Senado Federal, a incumbência de dizer do momento do importante Conselho na Amazônia.

Como representantes da Região, inicialmente, devo aditar que tudo o que não tivesse sido possível tornar concreto, no desfecho daquelas trabalhos, seria plenamente compensado pela revelação, aos brasileiros de todos os Estados que foram a Manaus e Belém, daquilo que muitos ainda não tinham conhecimento: o processo real do desenvolvimento da Região.

O convívio, principalmente com vereadores e prefeitos de outras Estados, deu-me a satisfação de ouvir as impressões de muitos deles, entusiasmados com o que encontraram em plena sintonia: aquela cidade de Manaus e sua Capital do Amazonas representando a grandeza de maior entre tudo aquilo que o homem da Amazônia poderia apresentar, porque fruto do trabalho, do dinamismo, da ação do patriota daqueles que no Norte do País, naquela região tão desconhecida por uns, tão massacrada por outros, tão abandonada na realidade, — construída para que o mundo pudesse ver um dia uma cidade tropical que pode constituir — e constitui em verdade — orgulho nosso.

Viram os brasileiros dos outros Estados o que ficou representado ali, num verdadeiro tesouro arquitetônico, dos trinta anos do famoso ciclo da borracha; testemunharam o que ali foi constituído naquele período em que as aldeias da Amazônia davam ao Brasil a sua maior arrecadação; constataram que o homem da Amazônia ali não tem estado simplesmente a contemplar a grandiosidade da natureza; viram que a nossa civilização não é aquela que alguns pretendiam denominar como uma civilização feita de cocorós. O símbolo da bravura do homem da Amazônia é o seringueiro, e o seringueiro sempre viveu de pé. De pé ele corta a seringueira, de pé ele luta contra os índios, de pé ele caminha pela floresta para extrair durante tantos anos aquilo que constituiu também, durante três décadas, sustentáculo da economia brasileira.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Nas referências muito justas e muito verdadeiras que V. Exa. fez no seu discurso, a esta realização quase incrível que foi a construção da cidade de Manaus, peço V. Exa. acrescentar: tanto mais incrível, como acentuado de valor, unificação e coragem do brasileiro, quanto foi realizada há quarenta e seis anos atrás, sem nenhum dos recursos da moderna técnica em que é fácil construir cidades. Manaus devia tornar-se um ponto obrigatório para o conhecimento de todos os brasileiros porque poucas lições e poucos exemplos nós teremos, no Brasil, como aquela formosa cidade plantada pelo homem brasileiro, sobretudo pelo nordestino e pelo nordestino, no coração da selva virgem da Amazônia.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Agradeço a V. Exa. o brilho que o aparte com que me honra vem emprestar à minha oração.

Ao lembrar V. Exa. a contribuição do nordestino, continuaria dizendo que aquela civilização é construída de pé pelos brasileiros que para lá foram, de pé os nordestinos até os gaúchos, representados naquele grande Plácido do Campo, conhecendo os brasileiros do Acre para com ele afirmarem a bravura do gente brasileira, mantendo intacta a terra pátria. Já naquela altura os brasileiros lutavam contra o que se caracterizou como uma ação imperialista, no desejo de tomar aquela área do Brasil.

Não terei porque reconstituir a História. Ela já é conhecida de todos os Srs. Senadores. Mas lembro o fato que me traz à lembrança do eminente Senador Aloysio de Carvalho somente para completar essa análise e para justamente salientar o que é, o que tem sido o trabalho verdadeiramente ciclopico desenvolvido pela gente da Amazônia.

O Senhor Desiré Guarani — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com prazer.

O Sr. Desiré Guarani — A exposição de V. Exa. está traduzindo com inteira fidelidade o que foi o VII Congresso Nacional de Municípios, realizado em Manaus e em Belém. Para nós que temos participado de quase todos os Congressos de Municípios, verificamos que inteiramente o Congresso não teve o mesmo vigor de congressos anteriores, na sua participação e no debate de assuntos políticos.

E mais do que isto, verificamos até, o deixamos consignado em Ata, a tristeza de uma municipalista ao constatar que em um Congresso de municípios em que eram debatidas e aprovadas teses ratificando a tese exposta ainda há pouco pelo ilustre Senador Argemiro Figueiredo, da autonomia dos municípios das capitais — verificamos que um Congresso municipalista reunindo prefeitos e vereadores do Brasil inteiro era presidido por um prefeito nomeado e teve várias de suas Comissões técnicas presididas por prefeitos nomeados, o que a nosso ver é um verdadeiro paradoxo num Congresso municipalista, onde não só se defenderam teses de autonomia de municípios através das capitais como se ratificaram teses anteriormente aprovadas em todos os demais Congressos. No entanto, para o caso particular de Manaus, o Congresso foi realização de alta promoção, e se não pôde beneficiar todos os municípios brasileiros, pelas teses lá aprovadas e debatidas, beneficiou sem dúvida o Município de Manaus, e beneficiou-o especialmente com relação à Zona Franca de Manaus, que era assunto que estava encontrando dificuldades para a sua execução. Anteriormente já havia me manifestado duas vezes a respeito de pronunciamentos de Secretários da Fazenda de São Paulo e da Guanabara. E em virtude do Congresso de Municípios de Manaus, lá compareceu o Sr. Governador de São Paulo, Abreu Sobrinho, que tomou conhecimento da realidade da Zona Franca de Manaus e comprometeu-se a eliminar todo e qualquer embaraço que as autoridades fiscais em São Paulo estivessem opondo à efetivação da Zona Franca de Manaus. E já cumpriu a promessa, em virtude de decreto baixado reconhecendo a efetivação da Zona Franca de Manaus. Sob este ponto de vista, o VII Congresso Nacional dos Municípios realizado em Manaus e em Belém foi de grande e excepcional proveito para o Município de Manaus e para a Amazônia.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Agradeço o aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, durante os dias do VII Congresso Nacional de Municípios, a linguagem foi uma só, a revelação de vontade foi uma só: a integração e desenvolvimento da Amazônia. Pudemos sentir que de todos os lados do Brasil acorreram às capitais da Amazônia — Manaus e Belém — os nossos patriotas revelando consciência do problema nacional que representa a integração da Amazônia, e todos eles desejando de participar do seu desenvolvimento.

Ouvimos, da representação do Estado de São Paulo, que foi de auto-móvel pela Belém-Brasília, a impressão daquilo que lhes passou grandioso na rodovia do momento, preocupados com a desvalorização das terras ao longo de seus 2.200 quilômetros. Não somente nos solicitaram que trocássemos a tribuna do Senado, um apelo ao Governo da República, em especial, ao Senhor Ministro dos Transportes e ao Senhor Ministro da Agricultura, a fim de que não se continuasse a permitir a destruição de tão grande riqueza.

Cumpro a delegação a mim atribuída, na esperança de que, assim o fazendo, quando falarmos em reflorestamento e em incentivos fiscais para reflorestamento, lembremos de que temos uma obrigação fundamental, que é a de proteger as nossas reservas florestais.

O que ouvimos e vimos em Manaus; o que viram e ouviram os que tanto admiraram Belém, foi a fiel tradução do real anseio nacional pela integração da grande área que representamos. Repetiria: se tudo o mais tivesse sido negativo, como ponto grandioso teria ficado esta afirmação da nossa nacionalidade.

O Sr. Mário Martins — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Mário Martins — Quero agradecer que, no caso, V. Exa. pode também falar em meu nome e em nome do Senador Paulo Torres. Formos integrantes da comissão que teve a honrosa incumbência de comparecer ao Congresso dos Municípios.

Assim, V. Exa. fala em nome de todos nós, que secundamos suas expressões. Pessoalmente, entretanto, devo declarar que, para um homem do litoral, que pela primeira vez vai à Amazônia, senti-me com uma grande obrigação para com o nosso País, pois o que esperávamos encontrar na Amazônia era uma população amargurada, ressentida com os demais brasileiros pelo tempo tão grande que ficou abandonada. Percorrendo o comércio e mercado abastecedor de alimentos, tivemos a confirmação de que os jornais sempre disseram: Manaus é a capital brasileira de vida mais cara. Na verdade, os produtos alimentícios básicos para a população de Manaus quase sempre têm o dobro do preço encontrado no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília. No entanto, sua população tem um salário mínimo inferior ao daqueles capitais. Pois bem! Apesar dessa população viver sacrificada, o que nós verificamos foi um entusiasmo enorme para com o Brasil. Não se julgam orfãos nem se julgam com seus interesses feridos como se vivendo numa Pátria que lhes é madrastra. Acha que o Brasil está redescoberto a Amazônia. Assim, como homem da oposição, louvo o ato do Governo, criando a Zona Franca naquela região. Verificamos, conforme V. Exa. teve ocasião de dizer em seu depoimento, o número de automóveis de congressistas que partiram do Estado do Rio, da Guanabara e de outros Estados do Sul, para Pórtio Velho, cecendo, três ou quatro dias em baixa para chegar até Manaus. Quer dizer, praticamente existe no Brasil o espírito bandeirante do brasileiro do litoral, visto que, hoje, desde que disponha

de automóvel, ele não se limita a percorrer os asfaltos da parte urbana do Brasil; sente o chamame da Amazônia e para lá vão, atravessando os caminhos de onça, até Manaus. Há, a respeito, estatísticas. Quero aqui, louvar o trabalho da SUDAM neste sentido, trabalho, que tive oportunidade de ler além de outros. Através de um dado que me impressionou profundamente, é afirmado que, à margem da Brasília-Belem, existe população, onde antes era exclusivamente selva, de quinhentas mil pessoas, aproximadamente, pouco mais da metade da população de todo o Estado do Amazonas. Então, se conclui que, realmente, temos de caminhar para desprezar ou deixar em segundo plano outras iniciativas, a fim de dar prioridade ao sistema rodoviário para a Amazônia. Não é possível que continue com o meio de transporte que Deus lhe deu. Se de Porto Velho, como está planejado fosse levada a ante uma estrada até determinado Município, não sei se na fronteira de Manaus, pois são setecentos e poucos quilômetros, dentro de tempo não muito longo, talvez um ou dois anos, qualquer brasileiro, de qualquer parte do Brasil, poderia ir até à frente de Manaus, atravessando o Rio Negro. Portanto, estão eles sentindo que o pouco lhes estamos no momento, oferecendo, justifica a confiança que jamais deixaram de ter nos demais brasileiros. Como homem do litoral, embora tenha cantado muito a Amazônia, foi a primeira vez que ali fui. Mas, verifico que valeu a pena ir, pois eu lá voltei com mais energia para lutar não só pela Amazônia, mas pelo País inteiro. Estas as palavras que queria pronunciar, secundando a do ilustre representante da Amazônia, Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Grato a V. Ex^a.

Os apertes com que fui honrado vieram dar a ênfase desejada ao relato a que me propus, por honrosa incumbência dos eminentes colegas que comigo constituíram a representação do Senado, e que em linhas gerais, procurei fazer, no cumprimento da missão recebida.

Aqui fica assinalada a presença do Senado no VII Congresso Nacional de Municípios, atento, como sempre, aos grandes problemas do País.

Um sanitarista brasileiro, depois de visitar a Amazônia e nela realizar um inquérito sanitário, afirmou: "na Amazônia a dificuldade de viver só encontra paralelo na própria facilidade de morrer".

É uma frase que bem definiu uma época. Mas podemos, hoje homenagear o homem da Amazônia, dizendo que, embora seja para ele tão difícil a vida, ali resistiu e vive para o Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSE ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, teve a melhor repercussão nos meios empresariais brasileiros, notadamente em São Paulo, as palavras do Senhor Ministro do Planejamento, o Economista Hélio Beltrão, em sua visita de dia 27 de julho próximo passado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Suas declarações foram precisas e nos dá esperanças de que o Governo atual possa desvencilhar-se das dificuldades legadas pelo anterior, onde, sem medo de errar, podemos afirmar que o "tecnicismo" venceu o "tecnicismo".

Julgo não estar neste instante tendo encontros extemporâneos. Afirmando, com segurança, que andou muito

tem o Senhor Ministro quando disse que o empresariado brasileiro é, atualmente, "uma ilha cercada de governos por todos os lados". Isto é credência, efetivamente, como um nome franco, leal e necessário a um Governo que deseja desenvolver o País. Podemos dizer, mesmo, que estamos diante de um Governo não de planejamento, mas, sim, de "fajimento", o que nos faltava.

Na realidade, planejamento sem execução é desperdício. Somos de opinião de que planejar sem executar é pior do que realizar algo sem haver planejamento. Planejamento excessivo não significa a não ser confusão, gasto inútil de papéis, levando o Governo à fúria legislante. De nada vale firmarem-se decretos de difícil execução, que caem como folhas mortas, sem que ninguém possa segui-los. O de que precisamos é de administração séria, honesta, preservando o patrimônio nacional. Imperioso se torna que se dê aos brasileiros o seu legítimo valor, formando nesta terra uma geração de líderes, como, aliás, assim fizeram os Estados Unidos da América do Norte e, atualmente, o México o faz.

Desse encontro, que muito honrou as classes empresariais de São Paulo e interessa a todo Brasil, deixou bem claro o Senhor Ministro Hélio Beltrão das responsabilidades reciprocas entre o Governo e a Indústria. Relacionando os compromissos governamentais para com as empresas disse essa autoridade: "Podem os senhores ter a certeza de que o programa proposto pelo Governo é extremamente rigoroso consigo próprio, ou melhor, com a máquina governamental. Assumimos naquele documento — referindo-se ao Programa de Governo do Presidente Costa e Silva — uma série de compromissos:

O compromisso de reduzir as despesas do Governo, concentrando os recursos no que é realmente estratégico para o desenvolvimento, particularmente na infraestrutura econômica transportes, energia e comunicações — na produção e comercialização de alimentos e na infraestrutura social — educação, saúde, habitação;

O compromisso de reduzir a dimensão física do Governo, inclusive pela utilização crescente de contratos com o setor privado;

O compromisso de fortalecer, por todos os meios, a empresa privada;

O compromisso de chegar à pontualidade nos pagamentos do Governo;

O compromisso de não aumentar o número de servidores públicos;

O compromisso de lutar, pela progressiva estabilização de preços e manter os déficits sob rigoroso controle; e

O compromisso de reduzir gastos de custeio e aumentar a eficiência da máquina administrativa".

Eis, Senhores Senadores, o que prometeu o Governo pela palavra abalizada do seu Ministro do Planejamento. A nosso ver, faltou ser enunciado o compromisso governamental de diminuir a percentagem das suas despesas militares e aumentar a da aplicação nos ramos da educação, saúde, transportes e outros setores, onde residem as bases verdadeiras da economia nacional. Após enunciação dos compromissos assumidos pelo Governo resta, agora, enumerar as suas exigências, como é natural. Também nesse particular foi explícita a palavra do Governo quando pediu às empresas:

"a) Que saibam cumprir a sua parte na luta pela estabilização, isto é, que saibam promover o CRESCIMENTO SEM ENCARC-

CIMENTO, trabalhando no sentido de conter os componentes de custos que dependam da própria empresa, enquanto o Governo procura conter os que dele dependem;

b) Que, agora que se reanima o mercado, não se deixem tentar pelo propósito de recuperar ou amortizar desde logo prejuízos passados, mas que, pelo contrário, olhando no futuro, e na expansão da atividade econômica, acreditem numa política de maiores vendas a menor custo".

Falta aqui mencionar um compromisso importante que deve ser exigido à rede bancária operante no País, a fim de que possam os empresários brasileiros atingir posição de cumprir com o prometido. Esse compromisso é o de que os bancos também saibam conter a sede de lucros rápidos, modificando a situação alarmante de juros e despesas com sedes taquitosas, reduzindo ainda os ganhos de seus diretores, consoante e exigido no setor empresarial. Pois, a disparidade em certos setores da vida econômica é imensa e existe uma grande diferença entre os lucros bancários e os lucros comerciais, industriais e agrícolas. Para não ser longo, citaremos apenas o seguinte: um Banco, com o capital de cerca de NCr\$ 5.700.000,00, ganhou, no primeiro semestre deste ano, NCr\$ 3.700.000,00. Outro, distribuiu dividendos no valor de NCr\$ 518.000,00 e deu à sua Diretoria NCr\$ 432.000,00. Ainda outro, com mais de 300 agências tem um depósito pouco acima de NCr\$ 400.000.000,00, enquanto que um, em Portugal, com apenas 53 agências, possui em depósito NCr\$ 800.000.000,00 e, por isso, pode emprestar dinheiro à lavoura a 2% ao ano e, à indústria, a 4,5% ao ano. No Brasil, o único que reduziu sua taxa de juros foi o Banco do Brasil, para 22% ao ano. Na verdade, há pequena diminuição em alguns outros, porém ainda muito longe estão de atingir o índice desejado e indispensável ao desenvolvimento brasileiro.

Como poderemos produzir em condições, produzir barato e de forma a poder exportar os nossos produtos industriais e agrícolas?

Certo é que o luxo e o número de agências dos bancos encarece o dinheiro. Também a organização bancária precisa ser modificada para não onerar o seu custo de operação, consoante agora exige o Governo, pois com juros altos, como no sistema atual, nenhuma empresa tem condições de reformar suas fábricas, com o que teriam maior produtividade e poderiam criar novo ritmo de desenvolvimento no País. Um bom número de empresas nacionais, para poderem sobreviver e não entrarem no mercado paralelo, não puderam dar dividendos há quatro anos e, ainda, foram obrigadas a vender muitos dos seus bens a preços baixos.

Focalizando novamente aspectos da visita do Ministro do Planejamento a São Paulo, podemos dizer que também causaram com efeito as declarações com relação a vontade governamental de desburocratizar o Brasil. Efetivamente, está o Governo agindo acertadamente nesse particular ao procurar desterrar esse monstro que emperra o progresso nacional. Se tal objetivo for concretizado, obterá o Governo uma grande vitória.

Estamos esperançosos de que o atual Ministro do Planejamento, — homem capaz e conhecedor a fundo dos problemas brasileiros — até o fim do ano presente, dê novo rumo a esta nação, faminta de desenvolvimento e arcando com pesado ônus, herdados, desnecessariamente, de técnico confuso e embaraçado.

Sabemos que a luta será grande, sabemos que S. Ex^a encontrará enormes dificuldades, mas, com a coragem que tem e as mãos limpas que pos-

sui, saberá enfrentar todos os obstáculos e verá, brevemente, o País re-conhecido pela retomada ao desenvolvimento e, pela ação dinâmica, estabelecer-se-á no Brasil uma verdadeira independência, possibilitando-nos falar de igual para igual, com todas as nações e em qualquer lugar que necessário for.

Vejam os exemplos de países como a Alemanha, Inglaterra, Japão, França, Itália, Canadá, Espanha que não temem em comercializar com países socialistas, sem levar em conta o regime político dominante e aumentam, num crescendo sempre constante, as suas exportações de forma extraordinária, enquanto nós, aqui, somos impedidos, proibidos mesmo, de preparar um campo de ação para colimar tal desideratum.

Tenho em mãos estudo feito pelo "Journal of Congress" de Nova Iorque, que comprova que a República Federal da Alemanha, no ano passado teve um aumento de 210% com o comércio com a China comunista.

Portanto, Senhores Senadores, as palavras do Ministro do Planejamento faz-se mister juntar os esforços de todos os setores de produção nacionais pois temos condições de sobra para nos esguermos e, se o País for bem administrado, até o fim da década vindoura, nos constituiremos em potência mundial.

Outro importante acontecimento dos últimos dias foi a assinatura, no dia 28 de julho, na oportunidade do encerramento do I Congresso Nacional de Agropecuária, da Carta de Brasília, importante documento que pretende dar nova feição às atividades da agropecuária nacional. Trata-se de trabalho de valor, uma intenção muito louvável que, se concretizada pela ação eficiente trará benefícios ao setor agropecuario e aos seus ligados. Muito acertado o capítulo que determina que deverão ser adaptados as leis e regulamentos que interferirem em quaisquer das fases do processo produtivo da agropecuária, com o combate à morosidade, rigidez e confusão que muitas vezes aqui condenamos. Julgamos, também, de importância, a política de preços mínimos estipulada na Carta, concedendo empréstimos diretamente para os produtores, sem intermediários, sem burocracia e sem limite para os produtos básicos, com cálculo de preços para todas as zonas de produção e por três anos.

Uma outra medida que merece destaque, também, é a criação do FUNDEPE — Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária — que visa a utilizar os seus recursos na formação e consolidação de pastagens, águas, maquinaria agrícola, construções, silos, instalação de maneios e aquisição de reprodutores, além de ajudar ao fazendeiro, possibilitando-lhe o acesso a empréstimos e aquisição de máquinas para a lavoura. Se esta providência chegar a termo e funcionar realmente, estamos certos que a pecuária nacional crescerá, com o consequente enriquecimento do campo. E não nos esqueçamos desta grande verdade: O Interior forte progressista constitui a base principal do nosso desenvolvimento, especialmente em nosso País onde, 60% do total de nossa população ainda vivem no Interior. Ademais, o fortalecimento da faixa rural é o único remédio para contrabalançar uma população que será de 87 milhões no fim deste ano.

Imperioso se torna, portanto, nos sa lutar em torno de idéias e ideais e não em banais problemas de partidos políticos. O povo e o interesse nacional se sobrepõem a eles e eles subsistirão.

No tocante à SUNAB, necessário é fazer uma nova filosofia para não incorrer nos mesmos erros do passado. O mensário "Mundo Agrícola", d

junho, nos dá, a esse respeito, sugestões para redução dos preços dos alimentos, através de ação conjugada, em que acentua:

a) aumento da produtividade das lavouras e dos rebanhos, pela introdução de métodos racionais de exploração da terra;

b) melhoria do sistema de transportes;

c) Expansão do parque industrial de transformação de alimentos.

A estes, julgamos acertado acrescentar mais um:

d) Empréstimos a prazos e juros razoáveis, que não onerem a produção agrícola e de acordo com o ciclo do produto agrícola.

De fato, se estas medidas chegarem a se efetivar a SUNAB terá marcado bem tanto no ramo do abastecimento nacional.

Imprescindível a uma agricultura planificada e o uso de fertilizantes de conformidade com as necessidades do solo. No entanto, estamos totalmente prejudicados nesse setor. O Brasil entregou a petroquímica a firmas estrangeiras e descuidou-se de verificar que o metro cúbico de gás ou um barril de petróleo, vendido como combustível, rende menos de 7 a 10 vezes do que quando empregado na petroquímica. O pior é que quase todas essas vantagens foram entregues a firmas estrangeiras, inclusive os fertilizantes, dos quais mais de 80% estão nas mãos da Phillips Petroleum que, por sua vez, faz parte do grupo da ESSO. As especificações que o GETQUIM fez foram bem feitas, pois exigiam maioria de capital brasileiro, venda de amônia aos pequenos fabricantes, sendo que os preços dos fertilizantes deveriam ser os mesmos dos países do Exterior e, também, não deveria ser dado aval do Governo a ninguém. Entretanto, tendo sido todas essas condições aceitas pela Ultrafertil — única concorrente que aceitou "in totum" essas condições — ninguém sabe como, as mesmas foram desrespeçadas, inclusive ocorreu a ida do então Ministro da Fazenda a Washington a fim de dar aval do governo brasileiro à Ultrafertil para o empréstimo de milhões de dólares.

No setor mineral, vamos mal. O novo Código de Minas reduziu o brasileiro a sua expressão mais simples, apesar do imenso potencial que dispomos, pois somente aqueles que possuem aviões, técnicos e os que podem dispendir somas vultosas são os que se encontram em condições de requerer pesquisa e lavra, no caso somente os estrangeiros, deixando o nacional, ainda muito pobre, em condições desvantajosas e situação humilhante. O caso do destombamento do Pico do Itabrito é dos mais gritantes contra os interesses pátrios. Este pico, que é um monumento em riqueza mineral, teve o seu destombamento garantido por decreto do Governo passado, atendendo à pressão da empresa Companhia de Mineração Novalimense, cessionária dos direitos de lavra da St. John del Rey Mining Ltd., diretamente interessada na exploração da jazida, e sob o pretexto de devendo o Tesouro no pagamento de indenização pela desapropriação da jazida. Já em 1922, quando engenheiro da St. John del Rey Mining Ltd., fizemos prospecção no pé desse pico e, mesmo naquela época, ele já lhe pertencia. Ora, se o pico foi tombado pelo patrimônio histórico portanto, a Companhia de Mineração Novalimense, ao tornar-se cessionária dos direitos, sabia que não podia fazer uso em razão do ônus existente. O governo passado, no entanto, sem medir a gravidade de seu ato, destombou-o e, só depois de pronunciamento nosso, nesta Casa, é que voltou a tombá-lo. Porém, poucos dias antes de concluir o seu mandato, e sem consultar nem mesmo o Patrimônio Histórico Nacional, des-

tombou-o outra vez. Em virtude disso, perguntamos: Se o pico era tombado e disto tinha conhecimento a Companhia adquirente, porque pagar-se indenização?

No entanto, Senhores Senadores, enquanto isto aqui ocorre, no México passa-se o inverso. Agora mesmo, prosseguindo no seu caminho de exterminar o enregelamento do passado, o governo mexicano, constante a edição em espanhol da revista "The Economist", de 14 de julho, promoveu a mexicanização da empresa Azuleira Pan Americana, subsidiária da Pan American Sulphur Company, tendo os acionistas desta cedido ante as pressões mexicanas para compra de 66% do total das ações, pelo valor de 63 milhões de dólares. Esta é, senhores, a única empresa de extração do México e que já produz cerca de 1.500.000 ton. anuais e que, hoje, está em 66% nas mãos dos nacionais. É importante observar que o crescimento agrícola nesse país, já ultrapassou a 7% ao ano e, o industrial, no ano de 1965, atingiu a US\$ 1.400.000.000,00, em contraposição com o do estrangeiro de, apenas, 157 milhões de dólares.

No México já se formaram 370 novas empresas. Desenvolveu-se o país em todos os setores da produção agrícola e industrial. O capital tomado do Exterior ali não se destina à construção de casinhas ou escolinhas, nem mesmo a rodovias, mas são aplicados principalmente em setores rentáveis, seguindo a preferência do Governo, que sabe a melhor forma de desenvolvimento interno.

O México não toma dinheiro emprestado, a não ser para coisa rentável.

Aqui temos uma declaração do BID em que vamos tomar agora cerca de 14 milhões de dólares para serviço d'água. Será que não temos dinheiro dentro do país para um desenvolvimento de base desta nação?

E porque o Brasil não faz o mesmo? Nesse sentido, apresentei emenda neste Senado mas que, como outras da mesma natureza, rolaram por terra.

Ainda sobre a terra asteca, basta ler o livro "Lázaro Cardenas — Mexican Democrat", de William Cameron Townsend, para se aquilatar a bravura de um homem que lutou com dano e correção, saindo vitorioso em uma das maiores batalhas enfrentada pelos mexicanos. É suficiente ler a carta de Lázaro Cardenas entregue ao Embaixador estadunidense, Joseph Daniels, em 31 de março de 1938, em que declarava que o seu governo considerava a atitude do governo dos EE.UU., no caso da expropriação das companhias petrolíferas como uma reafirmação da soberania das nações deste Continente, reconhecendo o direito das nações de desapropriar, o que, aliás, foi reconhecido pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt. A campanha durou vários anos, sendo que em 19 de janeiro de 1940, Cardenas declarou a sua determinação de dispor sobre o meio de pagar a indenização. E, no dia 19 de novembro de 1941, pouco antes do ataque a Pearl Harbor, o Embaixador Daniels, com sua alta autoridade, concordou com a solução dada pelo governo mexicano, não para pagar 450 milhões de dólares como havia sido pedido mas, apenas, 40 milhões.

No Brasil, no entanto, ocorre totalmente o inverso. O caso da AMFORP foi de estarrecer. Não por falta de advertência ao Congresso Senhores Senadores, pois, de minha parte, foram realizados nove discursos, chamando a atenção do Governo para que não se realizasse a operação por preços absurdos, além da apresentação de 66 emendas julgadas pertinentes pelo presidente da Comissão, então o Senador Monsenhor Walfredo Gurgel. Nada, porém, adiantou. Todas elas foram varridas, esmagadas

pelo maior rôlo compressor que este Congresso já viu, até hoje. Não podíamos ter avaliado nem a 50 milhões de dólares o acervo obsoleto que nos era oferecido e no entanto, o nosso Governo já pagou e vai pagar cerca de 320 milhões.

(Interrompendo a leitura). — É bem diferente o comportamento do México comparado com o do Brasil. Enquanto aquele País amigo foi solicitado o pagamento de 450 milhões de dólares pagou somente 40 milhões; o Brasil por patrimônio, que não valia 50 milhões, pagou ou vai pagar 320 milhões de dólares.

(Retomando a leitura).

É bom que o atual Governo examine, cuidadosamente, os erros da administração anterior, procurando localizar os que tentam destruir o país, quais foram aqueles que, em seus gabinetes de ar condicionado em seus escritórios, não usaram de parcimônia ao doar a nação brasileira às firmas estrangeiras. Faz-se preciso fazer sear aos ouvidos embrutecidos dos "testas-de-ouro" a palavra "trabalho" a fim de que abandonem o "dulce far niente" insuportável, nocivo à vida nacional. Mas nocivo ainda e, sobretudo, repulsivo, é a ação corrosiva dos próprios patriotas que se associam a funesta tarefa de exterminar o país sem atentar para a gravidade de seus gestos. Aqui estamos nós para combatê-los, já que não ouvem mais a própria consciência.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Teinha a bondade!

O Sr. Aarão Steinbruch — Acentua V. Exa. muito bem, em seu brilhante trabalho, a culpa criminosas desses brasileiros que não hesitam em fazer negociações com grupos internacionais. Se a AMFORP — como o nobre orador informa — não valia 50 milhões e foi vendida por 320 milhões de dólares ao Brasil, certamente que as empresas procuraram resguardar os direitos de seus acionistas. O estranhável, realmente, é que brasileiros não hesitassem em compactuar com manobras criminosas desse tipo até hoje nenhum deles, nele que sei, respondeu perante um Tribunal de Justiça do País.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa., Senador Aarão Steinbruch.

De fato, a Nação precisa realmente usar meios drásticos para evitar o seu espoliamento. Já é tempo de lutarmos para um Brasil maior e melhor sem nos entregarmos e sem ficarmos devendo somas fabulosas.

(Retornando à leitura):

"Construamos um Brasil novo sobre os destroços de um tufão devastador que conseguiu cambalear as mais firmes empresas nacionais e só respiteou, em sua trajetória, as firmas alienígenas ou aquelas que "debaixo do pano", fingindo-se nacionais, mas com as estrangeiras profundamente envolvidas, ainda efetuam a tétrica missão de levar tudo o quanto podem, no menor prazo possível, obtendo sempre favores absurdos usando todo o poderio das embaixadas, os testas-de-ouro e, ainda, dispondo de fortíssimos meios de persuasão, utilizando-se de todos os meios de divulgação conhecidos.

Constatamos, no país, muita potencialidade e pouca riqueza. Tudo temos, porém, potencialmente. E, por isso, estamos mais empobrecidos do que há tempos passados onde se havia a falta de conforto não havia o desconforto da falta.

Antes de concluir minhas palavras. Senhores Senadores, desejo fazer menção ao fato de necessitar-se incrementar e enfrentar o campo educacional com coragem e abne-

gação. Os principais países do mundo tratam com o maior carinho a esse particular enquanto que nos descuramos quase completamente da importância transcendente do fator ensino em todas as suas particularidades. No ano que corre temos consignado no orçamento federal apenas a percentagem de 9,9% para a educação enquanto para o vindouro a perspectiva é mais sombria pois, apenas, encontra-se inscrito a percentagem de menos de 6,3, apesar de a educação agrícola fazer parte do Ministério da Educação quando, antes, estava ligada ao da Agricultura.

Enquanto o Brasil apresenta índice tão baixo, notamos que o México apresenta consignação de cerca de 20% e dá, para as classes armadas, o percentual de 10%.

Presigamos a educação e não nos esqueçamos dos problemas ligados à Saúde que, somente 3,7% do nosso orçamento não pode ser atendido.

Concluído. Senhor Presidente e Senhores Senadores renovo minha afirmação de confiança no regime democrático e soberania do país. Esperamos que o Brasil, dentro de breve, possa respirar um clima de progresso e dinamismo, caminhando pelos seus próprios pés. Minha fé na terra é inabalável. Deposito nos braços nacionais os meus votos e esperanças de um Brasil melhor e realismo a grandava dos relatos do grande Presidente Abraão Lincoln quando, no dia 19 de novembro de 1863, em Gettysburg, afirmou que "um governo do povo para o povo e pelo povo". (Muito bem; muito bem. Palmas.)

COMPANHIA PAÍS OS SENHORES SENADORES:

Flávio Brito,
Milton Trindade,
Sebastião Araújo,
Patrônio Pereira,
Manoel Villara,
Ruy Carneiro,
Pessoa do Quiróz,
José Leite,
Carlos Underberg,
Eurico Razzato,
Mário Martins,
Aurélio Vianna,
Milton Campos,
Lino de Mattos,
Armando Storni,
Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

Mém de Sá.
(Edmundo Levi) — Sobre a Mesa. Requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO
Nº 682, de 1967

Sr. Presidente:

Requeremos, regimentalmente, se oficie à Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, Estado do Rio, para que informe das razões que motivaram a retirada de todo o equipamento de carvão do Porto de Augusta dos Reis, no mesmo Estado.
Sala das Sessões 4 de agosto de 1967. — Paulo Torres — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e em seguida, despachado pela Presidência.

Encerrado o período destinado ao Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 1:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 166, de 1967, dos Senhores Senadores Vasconcelos

Torres, solicitando que a Mesa do Senado transmita à Sua Santidade de Paulo VI, congratulações pela publicação da Encíclica "Populorum Progressio", tendo Parecer favorável, sob nº 415, de 1967, da Comissão de Relações Exteriores

Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Será transmitido à Sua Santidade o Papa Paulo VI, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, o deliberado pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 297, de 1966, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Senado que manifeste ao Sr. U Thant, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, o seu apreço pela atuação que tem tido no desempenho do cargo, tendo Parecer sob nº 416, de 1967, da Comissão de Relações Exteriores, pelo arquivamento.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação a proposta de arquivamento constante do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Será arquivado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 511, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Mello Braga solicita seja oficiado ao Senado dos Estados Unidos da América no sentido de que aquela Casa considere com simpatia as pretensões do Brasil a serem levadas à consideração da Organização Internacional do Café tendo Pareceres, sob nºs 488 e 489, de 1967, das Comissões de Economia, pelo arquivamento; e de Relações Exteriores, pelo arquivamento.

Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação as propostas de arquivamento constantes dos pareceres.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas. O requerimento será arquivado.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 631, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Desiré Guarani solicita informações a serem prestadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico sobre financiamento na região amazônica.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Serão solicitadas as informações.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 611, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Lino de Matos solicita informações a serem prestadas pelo Banco Nacional de Habitação sobre Cooperativas Habitacionais do Distrito Federal.

Em discussão o requerimento. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Serão solicitadas as informações.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 644, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Desiré Guarani solicita informações a serem prestadas pelo Banco Central do Brasil.

Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Serão solicitadas as informações requeridas.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 655, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Gilberto Marinho solicita transcrição, nos Anais do Senado, de discurso pronunciado pelo Dr. Antônio Viana de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, por ocasião de sua investidura no cargo.

Em discussão o requerimento. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição requerida.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 656, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Gouvêa Vieira solicita transcrição nos Anais do Senado, do editorial publicado no "Jornal do Brasil" de 28 de junho do corrente ano, sob o título "Um Brasil de Heróis".

Em discussão o requerimento. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição requerida.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está esgotada a Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Lino de Matos. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Desiré Guarani. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Fernando Corrêa. (Pausa.)

S. Ex.^a desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem pedido do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, gostaria para aqueles que não são muito intimistas com a mídia a exposição de que o Governo Civil e Santa Iria procuraram libertar-se de certos sistemas que não se adequavam com a formação do povo brasileiro, no convívio do diálogo ou no debate com as forças que não lhe apoiavam os atos. Sobretudo, Sr. Presidente, havia esperança de que este Governo, não sendo composto de homens de idade tão avançada como o anterior, e, mais ainda, de mentalidade não tão retrógrada como a do anterior, fosse procurar o diálogo, a convivência, a política para o encaminhamento com a sociedade brasileira.

Desgraçadamente, Sr. Presidente verificou-se não ser essa a intenção do atual Governo, ou, pelo menos, não ter S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, até aqui, força para confirmar essa possibilidade esperanças. Diariamente, estamos lendo e recebendo notícia da guerra aberta que, no Brasil, se desenvolveu contra os meios brasileiros, principalmente os meios que estudam, passando a ser praticamente, crime no Brasil um jovem se interessar pela cultura, pelo aprimoramento da sua inteligência, da sua formação intelectual.

Antes, porém, de entrar no assunto que me traz à tribuna e tem esta importância, quero informar à Casa que, até então, nós tínhamos conhecido então desses fatos pelo noticiário, mas agora ele já vem se aproximando ao nosso círculo. Nesta manhã, aqui em Brasília, às seis horas, a Polícia invadiu a residência de um dos jornalistas que trabalham no Congresso, colunista da "Última Hora", o profissional Flávio Tavares. Invadiu sua casa, vasculhou todos os cômodos, não respeitou sequer um quarto onde estava uma senhora, a sua sogra, que tinha vindo a Brasília para amparar a sua esposa que se encontra doente. E depois de duas horas, de revolver tudo quanto era gaveta e armário, arrecadando tudo quanto era papel que lá encontrava, acabando de fazê-lo nas primeiras horas do dia de hoje terminou por levar o jornalista preso para um desses departamentos improvisados de campo de concentração na Capital da República.

Tratando-se de um jornalista, conhecida tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, como Flávio Tavares, a Câmara dos Deputados procurou saber, junto às autoridades, das razões de tal brutalidade. Por sinal esta não é a primeira, porque, já em tempos idos, prenderam esse jornalista e o soltaram depois de nada encontrarem contra ele.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MÁRIO MARTINS — Pois não.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex.^a lembra, muito bem, o caso desse brilhante jornalista. Realmente, quando preso, conseguiu provar sua total e completa inocência. Novamente preso, na manhã de hoje, me faz lembrar uma passagem do livro "Memórias do Cárcere", de Graciliano Ramos, quando lhe disseram que, embora estivesse preso injustamente — no período de 1936, se não me falha a memória —, toda vez que ocorresse alguma coisa no País ele seria imediatamente preso outra vez. Parece que tal prática começa a ser posta em ação no País novamente.

O SR. MÁRIO MARTINS — Vou dar um testemunho do mesmo teor, durante o Estado Novo era delegado da Ordem Política e Social, no Rio de Janeiro Serafim Braga, autoridade

famosa por sua violência, por sua violência em torturar presos. Em certa ocasião, prendeu um jornalista. No fim de um mês, soube o pol. que não havia nada contra ele. Passados mais alguns meses o prendeu e quando da quarta vez, — nunca encontraram culpa alguma — o levou p. o. s. ou, junto ao Delegado Serafim Braga, dizendo do abuso que era a Polícia, por quatro vezes, o deter sem qualquer razão, a resposta foi que: — primeira vez, fora mandada da Polícia — expressão bem policial — a segunda, terceira, quarta, quinta, sexta e outras porque, já existindo um processo, haveria ele de fazer alguma coisa para confirmar a primeira prisão.

Esta é a mentalidade de uma Polícia não criada para garantir a população e o cidadão, mas para dar vazão a determinados instintos, inferiores de criaturas a serviço de verbas secretas e de promoções não regulares.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — No caso do jornalista Flávio Tavares, ainda há que precisar bem duas particularidades: a primeira, é que ele, da vez anterior que sofreu coação idêntica, não provou, apenas, a sua inocência. Deixou-se lúcido sua estranheza, a respeito dos fatos de que foi acusado, que, segundo fui informado, não foi submetido a processo algum. No caso presente há a grosseira violação do seu domicílio. Pouco importa, segundo se diz, que a polícia agiu até lhe pedindo a declaração de que consentiria em que ela entrasse no seu lar para vasculhá-lo. É um pedido gracioso, que ninguém, individualmente, pode recusar. Tanto mais porque se trata de polícia mobilizada à sua porta, pronta para entrar no seu domicílio, sabendo-se, pois, que ela foi, exatamente, para isso. Além de tudo, há o ato de hipocrisia praticado pela polícia, para maior ofensa moral à própria família da pessoa coagida.

O SR. MÁRIO MARTINS — Tem razão V. Ex.^a

Mas, dizia eu, Sr. Presidente que o Presidente da Câmara dos Deputados, por solicitação de ilustres Membros daquela Casa, teve entendimento com o Coronel Florimar Campelo, Diretor-Geral da Polícia Federal. Essa autoridade informou o Presidente Batista Ramos que a prisão recente do jornalista Flávio Tavares fora solicitada pelo Comandante da Polícia do Exército, Presidente do inquérito que apura as atividades de um grupo em Ubatubá.

Não sei se a Casa se recorda de que, há um mês, aproximadamente, lembrei aqui, com minúcias, estar sendo chamado um funcionário da Secretaria do Senado para ir depor, num inquérito policial-militar, no Rio de Janeiro, pela terceira ou quarta vez por sua própria conta e risco, sob a acusação de que, há 16 anos, havia sido Presidente da Associação de Alunos Secundaristas do Distrito Federal. Vê-se que, realmente, grassa uma doença no Governo: a de não largar ou de ir buscar, de perseguir a nova geração, aqueles que estão estudando ou aqueles que estão escrevendo, naturalmente confiados numa Constituição, criticando o Governo, criticando as autoridades e, possivelmente, criticando a nós próprios, mas dentro de seu direito de brasileiros e dentro de uma obrigação profissional.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MÁRIO MARTINS — Pois não!

O Sr. Ruy Carneiro — Ouvi, hoje numa Rádio do Rio de Janeiro, a notícia de que havia sido preso o jornalista Flávio Tavares. Estranhei o fato, pois, hoje, seguidamente, a coluna desse jornalista que faz a parte política de "Última Hora". Supunha houvesse engano ou, então, a prisão se efetivara no Rio de Janeiro. Isto

porque ouvi a informação em final de noticiário. Depois, vim a ter a confirmação aqui, o que me encheu de estranheza. Na realidade, V. Ex.^a está fazendo um histórico em torno da vida do jornalista ao nos dizer que ele já foi preso outras vezes, nada se encontrando contra ele. É fato corroborado pelos colegas que apartaram V. Ex.^a. Nunca ouvi nada contra o jornalista, nem ouvi dizer que fosse comunista ou que pregasse a subversão. Faz, portanto, muito bem V. Ex.^a em trazer seu depoimento. Confesso que, a mim, pelo menos, me surpreendeu a notícia. Pensei, como disse há pouco, houvesse fato ocorrido no Rio.

O SR. MARIO MARTINS — Veja V. Ex.^a: segundo depoimento prestado aos Deputados pelo Presidente da Câmara — Deputado Batista Ramos — o Coronel Florimar Campelo, Diretor-Geral da Polícia Federal, acrescentou que o jornalista fora detido porque alguns dos presos de Uberlândia tinham apontado "o jornalista de 'Última Hora' que trabalha em Brasília", como um dos mentores de um plano de terrorismo a ser iniciado no próximo dia 24, visando a derrubada do Presidente Costa e Silva, apontado como ditador.

Então, as autoridades teriam prendido um jornalista considerado mentor de um complot para depor o Presidente Costa e Silva, na véspera do Dia do Soldado, em que as ruas estão cheias de tropas, de tanques, mais do que nos outros dias, quando os quartéis estão em plena atividade!

De modo, Sr. Presidente, que quero lançar o meu protesto, com relação a esta prisão, e apelar para o Presidente da República para que não se deixe envolver, como tem acontecido com outros Presidentes, não apenas em nosso País mas no estrangeiro, pelo terrorismo palaciano.

Há aqueles que criam o medo dos complot para que as verbas secretas sejam polpudas, para que o Presidente tenha medo de andar nas ruas para que pense que vai encontrar uma bomba em cada esquina, e com isso, aqueles que atuam nesse trabalho subterrâneo, prosperem.

Tenho em mãos a legislação criada pelo Serviço Nacional de Informações. Não há nela nenhum artigo que autorize o que se está fazendo por aí. Diz o Decreto que ao Serviço Nacional de Informações incumba assessorar o Presidente da República, estabelecer e assegurar informações, proceder a inquéritos no âmbito governamental difusão.

Não consta dos decretos, nem dos regulamentos, invasão de casa ou prisão.

No entanto, ontem, na Guanabara foram presos 50 estudantes, e hoje foi preso o jornalista, nosso colega, Flávio Tavares.

Para impedir a realização do XXIX Congresso da UNE, em São Paulo, foi a arregimentação que parecia que o Brasil ia ser invadido por um inimigo externo.

De fato, segundo as informações das autoridades, 17.000 policiais foram distribuídos pelas grandes rodovias, pelas rodovias, pelos aeroportos. Em Belo Horizonte, uma delegação de 10 estudantes norte-americanos, que a convite das autoridades brasileiras estão percorrendo o Brasil — eu os vi no Estado do Amazonas — não puderam ir a São Paulo. São Paulo foi cortado, São Paulo que não pode parar foi rasgado do mapa desapareceu, porque as autoridades em Belo Horizonte, além de vasculharem as malas dos rapazes americanos e dos brasileiros que os acompanhavam, o que são autoridades recomendaram que não fossem a São Paulo porque não era ambiente próprio para estudantes, naquela oportunidade.

Então, são 17.000 policiais pelas estradas a parar ônibus, a fazer descortes até que provem que são ou não estudantes. A circunstância, hoje, no

Brasil, de alguém andar com livros nas mãos, se não tiver cabelos brancos, é quase uma acusação de subversivo. Se alguém tiver nas mãos por exemplo, uma gazua, poderá ter trânsito livre, poderá passar; mas, se portar livros, passa a ser elemento subversivo, perigoso à ordem pública.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex.^a quer excetuar os que têm cabelos brancos. Mas o que se verificou em São Paulo, com todo aquele aparato policial descrito por V. Ex.^a, jamais visto outro igual, o que se viu foi a prisão de monges, de beneditinos, de sacerdotes de diversos ramos do catolicismo, freiras que foram protestar contra a prisão de alguns, inclusive porque não tinham documentos, na hora, embora estivessem com vestes sacerdotais, foram detidos. E mesmo V. Ex.^a, um Delegado de Polícia de um dos maiores centros do Brasil, não hesitou em dizer que a polícia estava capacitada para agir, para bater, portanto que ninguém circulasse nas ruas. Vê V. Ex.^a a que ponto chegamos.

O SR. MARIO MARTINS — Vou chegar lá. Apenas acrescento que não foi somente um delegado de polícia que teve afirmações deste tipo. "Aqui no 'Jornal da Tarde', órgão conceituado filiado ao 'Estado de São Paulo', do Sr. Júlio Mesquita. Verifiquem V. Ex.^as como estamos caminhando para o terrorismo:

"O juiz Tinoco Barreto, presidente da segunda Auditoria Militar, não gostou da cobertura que o JT está dando à reunião de estudantes que foi balizada de congresso da UNE. As autoridades policiais — estaduais e federais — também não gostaram.

O Juiz Tinoco declarou que, uma vez que o congresso da UNE é proibido, divulgá-lo ou publicar fotos sobre ele constitui apologia de fato criminoso e, assim cede, os jornais que publicaram fotos e notícias sobre a reunião podem ser enquadrados na Lei de Imprensa, artigo 19, item 2º."

Já não há sequer noção do ridículo. Por que esta guerra toda contra a União Nacional dos Estudantes? Perguntei e acredito na pesquisa desta Casa, que é bem organizada, conforme constantes proclamações de reconhecimento neste sentido feitas: o que é que há em matéria de UNE: Dia 18 de janeiro de 1966 um Decreto nº 57.634 que diz:

"O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo M.J.N.I. número 60.914, de 1965, com fundamento no art. 6º do Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Ficam suspensas, pelo prazo de seis meses as atividades da União Nacional de Estudantes (UNE) em todo o território nacional.

Art. 2º O Ministério Público Federal, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1964, promoverá a dissolução judicial da sociedade."

O que há de positivo, depois disso, é a Lei Suplicy e, revogando a Lei Suplicy, onde nada se fala sobre UNE, publicado no Diário Oficial de 28 de fevereiro de 1967, é o Decreto-Lei número 228, que reformula a representação estudantil e dá outras providências. No decreto em questão, se diz que promoverá a dissolução judicial da sociedade. Se a organização teve suas atividades suspensas por seis meses, e se esse prazo já decorreu e não houve a dissolução, ao que me consta — não sou especializado na matéria — não seguiu historicamente o assunto — não sei porque toda essa atoarda, principalmente porque na

nova Constituição que o Congresso foi forçado a votar pelo poder das armas que o cercavam, se diz no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, parágrafo 27, que todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião. O parágrafo 28 diz que é garantida a liberdade de associação e nenhuma associação pode ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial.

Então, nós estamos aqui a falar da Constituição, a brigar pela Constituição, a dizer que somos os guardiões da Constituição quando não temos o menor apelo por ela e admitimos que, diariamente, violentamente, por atacado, o Governo venha agredir essa Constituição. O Governo segue um rumo que, cada vez mais, o vai desmoralizar perante o mundo, porque ele é minoria, minoria política, minoria no conceito público e minoria ate biologicamente com relação à população brasileira. Em vez de jogar policiais contra a maioria, que é a mocidade estudantil, como se fosse uma guerra, porque não usa esses homens para atuar no contrabando, nos entorpecentes? Por que dar constantes demonstrações desse processo que vem desfrutando a sociedade nacional? Por que essa volúpia de impedir congressos de estudantes quando, pela Constituição, eles se podem reunir? Os jovens estudantes, demonstram uma vitalidade da qual nos devemos orgulhar, uma coragem que honra o País, porque estão lidando com gente armada, com gente que não tem nenhum respeito pela figura humana. Como verificamos, reuniram-se 398 estudantes nas barbas da Polícia, do SNI e de todas as forças de opressão; depois, então, que lançaram o seu manifesto e proclamaram que estavam realizando o 29º Congresso Nacional, a Polícia afirma que do fato tinha conhecimento, queria apenas ver até onde aquilo iria, e só deu a batida no convento, após tudo realizado, para prender sacerdotes como se fossem contraventores.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Um instante, por favor.

Gostaria de chamar a atenção da Casa, porque estou desconfiado, e mesmo preocupado, de que estamos caminhando para criar uma questão religiosa no Brasil. Para que não se diga que os depoimentos, as opiniões são minhas, de um homem que, realmente, tem ojeriza à violência; que não suporta a tirania, que não admite a covardia, que é alérgico a todos esses processos em que se tritura a dignidade de qualquer criatura humana, vou citar alguns depoimentos de alguns sacerdotes que não estavam envolvidos na questão. Um deles é da Guanabara, Frei Eliseu, do Convento dos Dominicanos do Leme, figura das mais respeitáveis do clero do Estado da Guanabara. Diz ele, com relação ao fato:

"É preciso não confundir uma luta em prol dos direitos da pessoa humana com atividade criminosa: num país em que a defesa desses direitos for crime, há justificativa para a revolução, situação de que fala o Papa Paulo VI na 'Populorum Progressio'."

E mais adiante, com relação à prisão de Frei Francisco, chamado Frei Chico, diz:

"O que me escandaliza é que não haja bastante padis e cristãos leigos, presos em defesa dos direitos da pessoa humana, e não que aqueles padres, com Frei Chico, tenham sido presos em São Paulo."

"A atuação do padre não é política, no sentido de que não se filia a nenhuma ideologia, pois o evangelho não tem ideologia. Mas todas as vezes em que o regime político não atende aos direitos da pessoa humana, é justificável uma defesa radical desses direitos. Mais do que justificável, é uma opção absoluta."

E mais adiante prossegue:

"O direito de reunião, proclamado pela Igreja através na 'Gaudium et Spes' e 'Populorum Progressio', não pode ser desapeitado, a não ser que essa reunião tenha como motivação um complot contra a sociedade, que então não seria justificável."

Outro sacerdote, e este mais conhecido, o Cardeal D. Agnelo, de São Paulo, também endereçou uma condenação ao Governador de São Paulo. O Sr. Abreu Sodré, que até a uns anos atrás sustentava uma bandeira — "O prego da liberdade é a eterna vigília" (riso) — se considerava um dos moços renovadores que davam trazer a mensagem contra a tirania, porque a UDN teria sido criada precisamente para combater o Estado Novo, a ditadura, o poder absoluto, o poder pessoal, o poder político.

Pois bem, esse ex-jovem na idade e nas idéias, recebeu do Cardeal Dom Agnelo um apelo e uma condenação aos processos que as autoridades paulistas estavam usando.

Outro sacerdote, também muito conhecido não só em São Paulo como em todo o País, o Bispo de Santo André, D. Jorge Marcos de Oliveira, também se manifestou. Lerei apenas pequeno trecho:

"A prisão de Frei Chico foi uma glória para o clero brasileiro", porque a hierarquia católica se sentia humilhada "ao ver tantos estudantes e operários e jornalistas e políticos e militares e juristas presos e perseguidos e tão poucos sacerdotes serem perseguidos e metidos em cárceres". E, então: "A prisão de Frei Chico, graças a Deus, veio saldar uma grande dívida de solidariedade."

Será então que o Presidente da República não percebe que se está formando realmente uma frente que não é frente ampla, mas uma frente nacional para resguardar a tranquilidade da família brasileira, a dignidade do Brasil, que não pode ser confundida com a ação de bealeguins? É o que informa aqui, para vergonha nossa, essa lei que criou o SNI. Vou ler três capítulos, porque nós, em geral, temos visto tantas coisas que vamos perdendo a memória de algumas delas. O decreto que criou o SNI, no Capítulo VII diz:

"Os serviços prestados ao SNI pelo pessoal civil e militar constituem serviços relevantes e títulos de merecimento a serem considerados em todos os atos da vida funcional."

Quer dizer: há programação da delegação, há estímulo à delação, a felação, o prêmio ao "dedo duro", ao delator.

Todos nós temos nojo de delatores. Pois bem, introduziram isto na vida funcional dos servidores públicos civis e militares: inocularam a delação nas classes armadas por lei.

No parágrafo seguinte, temos:

"Enquanto exercerem funções no SNI, os civis são considerados, para todos os efeitos legais, em efetivo exercício nos respectivos cargos."

Mais adiante:

"Os militares em serviço no SNI são considerados em comissão militar."

A seguir:

"Os civis e militares em serviço no SNI farão jus a uma gratificação especial fixada, anualmente, pelo Presidente da República."

Queríamos fazer um apelo, por intermédio dos nossos eminentes colegas que representam, nesta Casa, o pensamento do Governo e da nação, sua bagagem de lutas parlamentares e na vida pública, afirmações inteiramente contrárias a esses processos, que não vieram para aqui à sombra desses processos mas, em decorrência do momento, por razões óbvias, face à situação em que se encontrava a Nação, julgaram por bem apoiar o Governo, mas numa tarefa que ficasse definida, que não atentasse, como essas leis, contra essa mentalidade, contra esse sentimento, contra o caráter do Brasil.

Os estudantes realizaram o seu XXIX Congresso, emitiram nota oficial a respeito, publicaram fotografias, lançaram o seu manifesto. E já agora não estão sozinho. Até aqui, os moços se queixavam de que estavam caminhando, lutando e agora eles sentem que a Igreja — a Igreja que realmente cumpre com o exposto na palavra de Cristo — considerava do seu dever ser solidária com esses que não estão transigindo, que estão protestando dentro de uma programação, aliás estabelecida pelo atual Pontífice.

Para surpresa deles, os padres não eram brasileiros. Então ficaram de mãos escaldantes, pois perceberam que os padres eram de nacionalidade norte-americana. Podiam admitir tudo — eles que têm tanto interesse em defender os Estados Unidos — mas jamais que aqueles padres, que estavam acolhendo, ou que ainda que inatencionalmente tivessem acolhido os estudantes e que depois lhe deram solidariedade, fossem norte-americanos. Imediatamente a embaixada atuou. Vieram manifestações dos Estados Unidos. O assunto teve repercussão internacional muito mais alargada do que nos casos anteriores. E o Brasil cada vez mais vai ficando, vai-se configurando como nação que está submetida a um governo ditatorial, a um governo que gasta suas verbas de saúde em polícia e que considera a segurança nacional não a segurança da família, nem a segurança territorial, nem a segurança de seus bens, mas a segurança de grupos, que se infiltraram nesses organismos, com ordenados duplos, enquanto todo mundo vive em deficit dentro de seus salários. A Lei do SNI tem permitido não a dobradinha a quem se encontra como pioneiro numa região brasileira, mas com o vencimento dobrado em serviço de porão, subterrâneo, de delação, serviço sombrio, esverdeado.

Sr. Presidente, trago, aqui, o meu protesto e como representante da Nação, venho dizer que há necessidade de alguém, junto àquele Palácio, que tenha autoridade moral, prestígio intelectual, dentro ou fora da ARENA, dentro das relações do Presidente da República, para advertir S. Ex. de que o País está sendo levado para um desfiladeiro e que aumentam cada vez mais as dissensões do povo brasileiro.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com muito prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex. leu um depoimento do Cardeal D. Agnelo Rossi, de São Paulo, que critica acerbamente o comportamento do atual Governador de São Paulo Mas, hoje li no Estado de São Paulo que S. Eminência enviou carta àquele matutino, verberando o procedimento do jornal, que procurou envolver todo o Clero na conspiração que a Polícia inventou se está processando no Brasil e que esse Cardeal,

usando de palavras claras diz que, mesmo que se considerasse ilegal a reunião, deveria ser esse o procedimento do Governo para combater manifestações desta natureza ou usar de outras armas, como paciência, a tolerância, a compreensão. Parece que o Sr. Ministro da Justiça, pelo fato de haver anunciado que não seria realizada a reunião, sentiu-se ferido em sua vaidade e resolveu movimentar esse aparato policial contra estudantes e contra outras pessoas que circulam pelas ruas de São Paulo.

O SR. MARIO MARTINS — Digo a V. Ex. que não ficou só em primeiro. Houve depoimentos, interrogatórios e relaxamento das prisões. Além dos noticiários insuspeitos dos jornais e das fotografias, passo a ler um telegrama endereçado ao Sr. Governador Abreu Sodré:

Militantes da Ação Católica dos Meios Independentes protestam pela prisão de Frei Chico (Frei Francisco de Araújo). Prior do Convento dos Dominicanos em São Paulo, ocorrida ontem naquela cidade. Bem como revelam os insultos dirigidos aos frades que seguiram o Prior, acompanhando de perto as atitudes e os pronunciamentos desses sacerdotes, situados na mais fidedigna posição da Igreja, conforme o "Vaticano II" e as recentes encíclicas da Santa Sé. Não entendem a razão das repressões impostas ao referido dominicano e aos seus companheiros. — Brenca Alves.

Por sinal esposa de um dos Secretários de Estado da Guanabara.

Além disso, houve uma campanha organizada, numa tentativa de humilhação aos sacerdotes que se postavam na calçada, aguardando fosse colto seu companheiro, o Prior a que faz alusão o telegrama.

Foram, então, tratados à chacota, à ameaça de agressão, sob insultos. O que significa que as autoridades não mais respeitam os Ministros de Estado e nem aqueles que têm uma bastão maior, que têm uma arma na mão. Neste andar, sem querer ser profeta — e desejo não ser — estamos realmente provocando uma revolução. A mocidade não vai entregar o seu corpo sem reagir, tampouco seu país.

Sr. Presidente, se não houver uma providência por parte do Governo, o responsável por estar levando este País a uma situação que terminará em revolução da qual não sabemos quem será o dirigente. Será uma reação de quem está acuado, de quem não pode sequer fazer um protesto, de quem se arreceia de andar pelas ruas, de quem não se pode reunir; ou assinar um manifesto, enfim de quem se sente desamparado da Constituição.

Ora, Sr. Presidente, quando um povo está impedido de cumprir a Constituição este povo tem o direito de perder a serenidade e entrar na fase da exacerbação, o que não desejamos, pois ninguém poderá controlar.

Gostaria que a Mesa, a exemplo do que não sei se bem ou mal, com o exemplo de V. Ex. não fez a Câmara dos Deputados, se interessasse pelo jornalismo preso nas condições a que aliado.

O Sr. Beterra Neto — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex. fez muito bem em citar o caso do jornalista Flávio Tavares. É um comentarista político que se apresenta diariamente na imprensa. O seu trabalho não é uma missão clandestina. Quem lê as observações políticas publicadas diariamente pelo jornalista Flávio Tavares na "Última Hora", vê nele um equilibrado homem que apesar de suas observações contrárias ao nosso sistema procura, de qualquer modo, ser um sustentáculo dos restos de Democracia que vamos atravessando. Analisada a sua missão através de seus trabalhos diários, verifica-se que é construtiva, que merece do Governo

— que fez promessas de propósitos de redemocratização — o maior respeito e amento. É contraditório o corpo. Tanto do Governo em relação ao jornalista Flávio Tavares levando-se em conta sua atuação pública de jornalista.

O SR. MARIO MARTINS — V. Exa. tem bastante razão, na argumentação que apresenta.

Concluindo, Sr. Presidente, tomo a liberdade de sugerir à Mesa, ainda que por iniciativa própria, procure, a exemplo do que fez a Mesa da Câmara dos Deputados, saber da sorte deste homem que acompanha nossos trabalhos como comentarista político selecionado, de categoria, sobre o qual jamais houve, nesta Casa, qualquer reclamação, pela lisura com que escreve, pelo testemunho real que apresenta, pela crítica construtiva que, diariamente, faz. Se amanhã não tivermos mais jornalistas acompanhando as nossas palavras, os nossos atos, poucos terão conhecimento do que aqui fazemos. Tudo ficará sepultado neste plenário. Um Congresso que funciona numa cidade sem responsabilidade popular, sem os jornalistas ficaria inteiramente enterrado na memória do povo brasileiro. Não teriam repercussão as atitudes corajosas que esta Casa tem presenciado nem as afirmações patrióticas que aqui ecoam. A ação desses jornalistas leva uma mensagem de esperança ao Brasil que vive, como nunca, uma fase de descrença. Não houvesse a divulgação desses atos, o povo brasileiro se consideraria desamparado, órfão e envergonhado por ter vivido nesta época.

Sem qualquer favor pessoal ou gesto de generosidade, acredito que a Mesa poderá, dentro do sentimento democrático que caracteriza os seus membros, tomar uma providência junto às autoridades, para saber, ao menos, que iremos acompanhar, passo a passo, tudo o que fizerem com esse moço, para que não aconteça com ele o que tem ocorrido nesta época com outras jovens criaturas neste País. É o apelo que faço à Casa, certo de que estou interpretando, neste momento, os sentimentos de todos os homens de bem do País. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa examinará a sugestão do Sr. Senador Mário Martins e tomará as providências que julgar oportunas.

Tem a palavra como Líder do Governo, o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, confesso que me enganei, reconheço que cometi um equívoco ao pensar que a guerra no Oriente Próximo fosse desfalcar o nosso País de petróleo. Vejo, e dando as boas-vindas a S. Exa. após o recesso, que o Sr. Senador Mário Martins continua com a sua cativante usina oposicionista plena de combustível, e combustível bem estentóreo.

Verifico que o honrado representante do dobre de guanabarrino e capixaba prossegue naquela sua vocação não contestada ainda nesta Casa, nem sequer imitada ao por isso mesmo não superada, de transformar uma gota de orvalho numa tempestade, se não mesmo, num furacão do Pacífico ou num tornado da Jamaica. Mas é bom Sr. Presidente, já que S. Exa. reconhece e proclama a solidão de Brasília, que os seus discursos sejam sempre revestidos de dramaticidade para que a repercussão seja alcançada na plenitude dos seus desígnios.

Sr. Presidente, quero dizer, preliminarmente, que me unem ao jornalista Flávio Tavares laços de uma amizade de quatro anos na intervência da Bancada de Imprensa. Lamento mesmo que S. Exa. seja jornalista credenciado na Câmara dos Deputados.

Se me permitisse, já que foi feita uma sugestão à Mesa, sugiro que V. Exa. solicite, Presidente eventual desta Casa, o reclame para a Bancada de Imprensa do Senado.

Com isso devo dizer que estimo, e muito, e sinceramente, e em todas as ocasiões e em todas as circunstâncias, o conhecido e festejado colunista de "Última Hora".

E digo ainda que não conheço o fato que conduziu as autoridades a essa fase, ou de convite para esclarecimentos, ou de período detentivo. Não conheço fatos ligados intimamente a S. Exa., mas conheço o jornalista. Lido quase sempre os seus artigos e verifico neles, de permoio com a serenidade, com a crítica, o cuidado de defender as instituições parlamentares e, por via de consequência, o regime democrático. E ainda mais: quem com ele mantém contato ou interlocução, verifica que é um homem não vocacionado para demonstrações violentas.

Então, Sr. Presidente, faço votos, e intimamente tenho a certeza, de que o articulista do jornal "Última Hora" demonstrará cabalmente que a suspeita era infundada embora um dos deveres primeiros das autoridades policiais seja suspeitar não apenas do jornalista, mas do operário, do comerciante, do industrial, do deputado, do senador, da sociedade em geral, sempre que surjam indícios veementes ou não, pouco importa, para estabelecer linhas de suspeita.

Hoje de manhã, procurado por um colega seu, de imediato mantido contato com a Polícia Federal, com a sua direção geral e desejo dizer ao Senado, tendo em vista as acusações formuladas pelo Sr. Senador Mário Martins, que o episódio até aqui pode ser resumido nos termos que subseqüentemente mencionados.

Há três ou quatro meses a Polícia Federal e autoridades do Exército tiveram notícia da realização de reuniões de caráter subversivo no Município de Uberlândia. Chegou ao conhecimento daquelas autoridades que se planejava, que se esquematizava a formulação de atos de terrorismo e de guerrilhas.

Aprofundaram-se as investigações, como era do dever das autoridades, no cumprimento da lei. E, recentemente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foram apreendidas enormes quantidades de explosivos, estocados em vários pontos do Município de Uberlândia. Especificando: foram apreendidas várias "bombas-relógio", foram apreendidas várias bolas conhecidas com "bolas de pingue-pongue", dentro das quais se colocam ácidos de implicações divergentes e que provocam explosões de grande porte e poder demolidor.

Essas bombas-relógio e essas bolas de pingue-pongue estão na Polícia do Exército e na Polícia Federal, à disposição de muita gente neste país, para ver, para constatar, inclusive agora o Senador Mário Martins.

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Ainda, mais, Sr. Presidente, há denúncia de que existem grandes quantidades de armas e munições escondidas em vários pontos, em vários cantos e em vários recantos do Município de Uberlândia. E a Polícia Federal e a Polícia do Exército, Sr. Presidente — enquanto nós, inclusive o Senador Mário Martins, estamos na ribalta de um teatro, na fascinação de um cinema, no espetáculo enternecedor de uma praia de banho, ou então repousando nas nossas residências — a Polícia Federal e a Polícia do Exército informam que já apreenderam bombas-relógio e bombas pingue-pongue que, se fossem explodidas poderiam alcançar e enlutar várias famílias, inclusive a minha e a do Senador Mário Martins.

Aquelas autoridades tornaram-se inquietas, de noite e da madrugada, buscando, na perseguição daquelas instrumentos, daquelas armas e daquelas munições, prevenção e tranquilidade para a sociedade brasileira.

O Sr. Mário Martins — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Mário Martins — É evidente que eu, como qualquer pessoa neste país, que não viva na intimidade dos atuais detentores do Poder, é evidente que nenhum de nós está em condições de afirmar ou desmentir a origem desses atentados. Apenas, gostaria de chamar a atenção de V. Exa. homem culto, sobretudo em matéria política, além da jurídica, e como vemos na política...

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. faz drama eu faço poesia para o nosso debate não ficar monótono...

O Sr. Mário Martins — V. Exa. está vivendo uma vida feliz, acha que o povo está contente e eu não, o que é natural. V. Exa. que tem cultura histórica, política, sabe que é uma das características dos regimes do tipo desse que está presente no Brasil, a construção deste tipo de terrorismo para impressionar, primeiro, o Chefe do Governo — se é que ele não está envolvido no assunto, e eu quero acreditar que não — segundo, para criar ambiente de simpatia popular. Durante dois anos estive na Argentina e acabei escrevendo um livro sobre o Perigo Peronista na América. Obtive provas de fatos e tive, inclusive, diálogos com determinados policiais de Perón, que deixaram certas coisas transparecer e dos quais colhi informações para fazer o livro. Volta e meia quando Perón falava no Teatro Colon, ou em comícios, havia um organismo especial para fazer detonar uma bomba-relógio, 15 minutos antes da chegada de Perón, a fim de criar um ambiente, que justificasse a atitude do ditador ao mobilizar a fúria popular e que desse margem à sua manifestação de ódio contra a classe média no caso.

Mussolini, fez isso, Hitler também. Não estou dizendo que, no caso atual, haja a mesma coisa, porque, não conheço a origem da bomba. É preciso, no entanto, não se dar crédito, exclusivamente, a uma das partes. V. Exa. me convida para ver a bomba, mas não me convida para ver a bomba autenticada. V. Exa. não pode fazer isso, como eu também não posso.

O SR. EURICO REZENDE — Neste ângulo não é possível discutir com V. Exa.

O Sr. Mário Martins — Há os técnicos. V. Exa. não se lembra daquela bomba que explodiu, num areopólio do Nordeste Recife, e que disseram que era para matar o candidato Costa e Silva. Matou um oficial. Nunca mais se ouviu falar nos responsáveis por esta bomba, com toda a aparelhagem de investigação, com todo o Serviço Nacional de Informações, com toda a polícia secreta. E o que se disse — e o povo costuma ser considerado como o representante da voz de Deus — foi que aquela bomba tinha sido, justamente, ali colocada porque não queriam um candidato que se iria opor aos designios da outra candidatura do Governo de então. O fato é que com todo esse armamento, com todas essas verbas com todos esses técnicos, com todos esses policiais, soldados, oficiais e tanques, nunca se soube a origem daquela bomba contra o atual Presidente Costa e Silva. Houve o silêncio; jogou-se uma pedra sobre o assunto, à espera de outras bombas.

O SR. EURICO REZENDE — Nobre Senador Mário Martins, posso garantir a V. Exa., se V. Exa. teve o apoio de toda sua bancada nas manifestações do seu pronunciamento, que,

neste aparte, V. Exa. não tem o apoio de nenhum Senador do MDB, porque não pode ter, nobre Senador.

O Sr. Mário Martins — V. Exa. quer ser nosso Líder.

O SR. EURICO REZENDE — Não pode ter, porque, quando as autoridades realizam sindicâncias e apreendem bombas-relógio e procuram apreender armas e munições, deve-se-lhe, pelo menos, um crédito de confiança. Ninguém, neste País, comete a injustiça de colocar, nos seus propósitos oposicionistas, a sua omissão ou, então, um desgraçado estímulo a atos que nunca existiram, no Brasil, mas que, de alguns anos a esta parte, começaram a aparecer entulhando várias famílias brasileiras.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. declarar que o nobre Senador Mário Martins, pela idoneidade de seus pronunciamentos, tem sempre apoio de seus companheiros de Bancada.

O Sr. Mário Martins — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Josaphat Marinho — Nem é preciso que, em cada caso, a solidariedade seja manifestada, tão certos nós estamos do critério com que Sua Excelência procede. Em segundo lugar, permita-me ainda observar que, como homens da Oposição, não podemos dar crédito de confiança ao Governo, senão diante de esclarecimento documentado e publicado. Quando o Governo o fizer lealmente, também nós, lealmente, lhe reconheceremos a verdade, se a verdade estiver positivamente. Convenha, porém, que, no caso de que se trata, a bomba-relógio aparece, segundo declarações de V. Exa., em Uberlândia, e o jornalista Flávio Tavares torna-se bomba ping-pong, na Capital da República nas mãos da polícia.

O SR. EURICO REZENDE — Em primeiro lugar, desejo nobre Senador Josaphat Marinho, declarar ter ficado surpreso com o aparte de Vossa Excelência, embora tenha sentido nele um certo constrangimento.

O Sr. Josaphat Marinho — Não, Excelência! Não queira fazer injustiça a seus colegas, penetrar a consciência para dar a interpretação que convenha a seus pontos-de-vista de homem do Governo. Não temos por que ter constrangimento, ao dar solidariedade a um homem de bem e de caráter como o Senador Mário Martins.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Excelência no campeonato da admiração pelo eminente Senador Mário Martins pode empatar com todos nesta Casa, mas superar não. O que quero dizer é que o aparte do eminente Senador da Guanabara, foi infeliz.

O Sr. Josaphat Marinho — Vossa Excelência poderia dizer isso no seu ponto de vista mas não pode transformar o ponto de vista dos correligionários do Senador Mário Martins para servir ao seu pensamento de homem de governo.

O SR. EURICO REZENDE — O governo federal, não é político...

O Sr. Josaphat Marinho — É político!

O SR. EURICO REZENDE — ... trata de da defesa da sociedade e manda dizer ao Senado que foram apreendidas, no município de Uberlândia, bombas relógio e bombas ping-pong. A única atitude de responsabilidade nesta Casa será no sentido de exigir uma comprovação, e não como fez, concessa vênha, o Senador Mário Martins, de logo manifestar a sua desconfiança e ir buscar na palhaçada peronista elementos com que dizer, senão mesmo afirmar

que esta operação em defesa da família brasileira e da nossa sociedade, é uma mentira, é uma hipocrisia, é uma palhaçada.

O Sr. Guido Mondin — Vossa Excelência permite? Eu gostaria de lembrar a V. Exa. e à Casa que o que se está constatando com o Brasil confere com o que nos está informando o Cabo Anselmo nas suas manifestações em Cuba. Está conferindo exatamente. De sorte que vamos aguardar para conferir o pronunciamento do Cabo Anselmo com o que está se constatando no Brasil, o quanto há de verdade no seu pronunciamento do que se está preparando para o Brasil. É essa situação eu não a vejo assim como o Senador Mário Martins o faz. Eu estou apreensivo. Minha preocupação tem assim o espírito de quem está vendo dias futuros muito negros precisamente porque ocorre em toda a América Latina situação que colhe o Brasil e dentro da qual teremos muito que fazer para salvaguardar a nossa liberdade.

O Sr. Mário Martins — Se o nobre Senador Eurico Rezende permitisse, gostaria de chamar a atenção para as palavras que tive oportunidade de proferir quando ocupava a tribuna. Dizia que, nesse andar de opressão, nós acabaremos fabricando uma verdadeira revolução.

O SR. EURICO REZENDE — A palavra opressão tem sido uma constante nos pronunciamentos de Vossa Excelência. E a ênfase, é a densidade emocional que...

O Sr. Josaphat Marinho — Não é opressão a prisão de um jornalista qualquer fato que o incrimine de em Brasília, sem conhecimento de subversão?

O SR. EURICO REZENDE — Não, Excelência. Vou entrar, especificamente, no caso Flávio Tavares.

O Sr. Josaphat Marinho — É este o episódio que está em debate. Tudo o mais é fumaça para esconder a aparato policial.

O SR. EURICO REZENDE — Esta é a afirmativa que faço, em nome do Governo, não para merecer homenagem da Oposição mas, pelo menos, para merecer homenagem da Oposição mas, pelo menos, para merecer o respeito. O Governo de madrugada, de dia e de noite, através dos seus agentes, trabalhando de cansaço em cansaço e de fadiga em fadiga, apreendeu grande quantidade de bombas-relógio e ping-pong está no encalço de armamentos espalhados pelo Município de Uberlândia. E não é novidade porque várias bombas-relógio já explodiram por este País, causando um lacrimatório de dor, de desolação, de viuvez e de orfandade. As guerrilhas estão perlongando toda a geografia da América Latina, apontando uma possibilidade bem patente, quase que visual, plenamente auditiva, totalmente investigatória e com a esquematização de um plano terrorista, de um plano de guerrilhas neste País de dimensões continentais.

Será possível, Sr. Presidente que Oposição está? Será possível que quando o Governo procura prevenir contra atos de terrorismo apontando não indícios veementes, mas a prova material, através da apreensão de bombas-relógios e bomba ping-pong, ainda aí surge nesta Casa alta do País a oposição política, Sr. Presidente? Imagine V. Exa. se, diante dos protestos da Oposição, o Governo fôsse cruzar os braços e esperar que acontecesse primeiro o terrorismo para depois responder aos discursos da Oposição!

Nós iríamos para uma faixa de consequências imprevisíveis.

O Sr. Mário Martins — Nós não queremos, nós não estamos fazendo apelos para que o Governo cruze os braços. Queremos que ele abra os braços a seus compatriotas sobretudo aos jovens, que não têm atuação.

O SR. EURICO REZENDE — Ainda falar no que está ocorrendo no Município de Uberlândia. A questão estudantil é outra história que virá depois.

O Sr. Mário Martins — Mas Vossa Excelência sabe que não foi apenas na Argentina que fatos dessa ordem ocorreram. Tivemos aqui o Governo de um homem eminente, como o do Senhor Arthur da Silva Bernardes, que, na sua gestão conseguiu um patetismo do qual ele se penitencia, e pronunciando uma frase: "Eu que tive a suprema coragem de parcer um covarde".

Pois bem, é próprio, depois confessou que foi vítima desta engrenagem, desse que querem se valer à custa do terrorismo. Nós temos memória para saber o que, dentro dos fatos históricos, significa essa questão de bombas, essa questão de incêndios. Sabemos que o incêndio do Reichstag, foi o início da ascensão de Hitler, porque esses homens que trabalhavam deliberadamente na criação da difusão do pânico o que querem no Brasil, é levar pânico aos homens de responsabilidade, quando muito mais fácil seria seguir a palavra invocada pela Igreja, e que não seguem. V. Exa. tem de memória as últimas encíclicas em que se reconhece ao oprimido, batido por um governo que não lhe faz justiça social, o direito da rebelião. De modo que, neste andar, até agora não acredito em bombas, mas neste andar haverá realmente gestos varonis de rebeldia. Ninguém poderá deter uma reação que se sente escorçada e perseguida. V. Exa. sabe que alguns secundários, de 12, 13 e 14 anos, têm suas fichas levantadas pelo Serviço Secreto do DOPS, pelo SNI. V. Exa. tem visto como diretores de Faculdade já chamam a Polícia, em vez de dialogar com os estudantes. Os reitores, os professores já estão apelando para o caso-tête, chamando a Polícia para dissolver as aulas nessa base. V. Exa. poderá dizer que esses moços são impertinentes, mas não foram mais do que possivelmente tenha sido Vossa Excelência naquela idade talvez muito saudosa.

O SR. EURICO REZENDE — Ainda não tanto.

O Sr. Mário Martins — Então o felicito.

O Sr. Josaphat Marinho — Devo dizer a V. Exa. até pelo dever de cortesia, que sua palavra pessoal não está sendo posta em jogo.

O Sr. Mário Martins — Evidente!

O Sr. Josaphat Marinho — Nenhum de nós cometerá a deslealdade de acreditar-lo capaz de, consentidamente, nos transmitir uma inverdade.

O Sr. Mário Martins — Evidente!

O Sr. Josaphat Marinho — Em jogo estão informações que foram transmitidas a V. Exa. desacompanhadas da documentação capaz de gerar credibilidade.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. quer uma investigação dessas.

O Sr. Josaphat Marinho — Permita-me V. Exa. concluir a frase. A Oposição de hoje não pode esquecer o Plano Cohen de 1937, quando também se falava em processos de subversão.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Excelência, hoje, por essa preocupação diante da infelicidade do primeiro aparte do eminente Senador Mário Martins, acaba de escorregar na primeira casca de banana-da-terra, casca comprida; agora, foi casca de banana-ouro. E vou dizer por quê. Pela tese que V. Exa. defende, as autoridades terão de publicar, diariamente, um boletim, mais ou menos nestes termos: "Apreendemos tantas bombas-relógio no lugar tal, na fazenda do Senhor Fulano de Tal. Amanhã, iremos a outra fazenda, ali per-

to, ali numa casa, em cujas cercanias — é o termo de que Vossa Excelência gosta — há uma jaqueira" ...

O Sr. Josaphat Marinho — A linguagem é de V. Exa. Não a transfira a terceiros.

O SR. EURICO REZENDE — "O dono da casa se chama Joaquim, proprietário, pecuarista". E, numa segunda-feira, daria outro boletim. Só assim é que o Governo nos tranquilizaria...

O Sr. Mário Martins — De boletim em boletim estamos fartos!

O SR. EURICO REZENDE — ... e realizaríamos no seu espírito a comprovação do status válido das suas investigações.

O Sr. Josaphat Marinho — Não, Excelência! Esta é uma Casa do Poder da República. Não estamos aqui para pisar em cascas de banana. Escoregemos o Governo, sózinho!

O SR. EURICO REZENDE — O nobre Senador Mário Martins não adredita na procedência criminosa dessas bombas-relógio, e V. Exa. deseja que o Governo divulgue diariamente o que fez ontem e o que vai fazer amanhã num inquérito que, por sua própria natureza, só pode ser sigiloso.

O Sr. Josaphat Marinho — "A ingenuidade da "publicação" é afirmativa de V. Exa., mas esta — repito — é uma Casa da República que merece fé para conhecer a verdade, mesmo quando esta for sigilosa.

O SR. EURICO REZENDE — A Oposição está desorientada. Não sabe a quantas está em matéria de equívocos e de perplexidade.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas o equívoco é governamental! Não há surpresa alguma. O Governo da República é um equívoco.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente, faço um apelo ao duplo opositorista: que leve-se a sério esse episódio...

O Sr. Josaphat Marinho — Vamos ser tolerantes para com os escorregos de V. Exa. Pode continuar ladeira abaixo.

O SR. EURICO REZENDE — Façamos, Sr. Presidente, menos política partidária no instante em que esta em jogo a segurança social, a integridade das nossas famílias!

O Sr. Josaphat Marinho — Façamos também menos violência em nome da segurança social!

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Lamento informar ao nobre Senador Eurico Rezende que seu tempo está esgotado. Há outros oradores inscritos. Pediria a V. Exa. concluir sua oração...

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente,erei breve ao concluir.

O Sr. Mário Martins — Esse é um relógio sem bomba. (Riso).

O SR. EURICO REZENDE — Prefiro, Sr. Presidente, continuar a falar sério. Compreendo a galhofa e o sorriso dos nobres representantes oposicionistas, mas que esses sorrisos não se transformem em lágrimas diante do que poderá vir se o Governo não prosseguir nessa atividade que é também na defesa das honradas famílias dos eminentes Senadores Mário Martins e Josaphat Marinho.

O Sr. Mário Martins — Não é uma ameaça que V. Exa. está fazendo?

O SR. EURICO REZENDE — Não, estou fazendo votos para que o sorriso de V. Exa. continue, ainda, ornamentando a tranquilidade de seus cabelos brancos...

O Sr. Mário Martins — Muito obrigado.

O SR. EURICO REZENDE — ... porque a cada bomba-relógio que o Governo apreende, corresponde uma

família que se salva, um edifício que fica de pé. Mas V. Exas. podem prosseguir nas atividades oposicionistas...

O Sr. Mário Martins — E não há dúvida de que prosseguiremos!

O SR. EURICO REZENDE — ... que o Governo prosseguirá no cumprimento de seu dever, o primeiro dos quais é o de defender a vida do cidadão.

Sr. Presidente, foram presos vários terroristas no Município de Uberlândia e dentro deles um capitão da Aeronáutica, reformado pela revolução. Vários desses elementos presos, em declarações prestadas no inquérito policial militar, cuja abertura se justificou porque naquela atividade estava envolvido um militar, fizeram acusações ao jornalista Flávio Tavares, acusações que faço votos sejam desatadas. Então, a Polícia Federal, que participou também, de mãos dadas com a Polícia do Exército, foi ao apartamento do jornalista Flávio Tavares e pereutiu a campanha. O Sr. Flávio Tavares atendeu. Foi convidado, então, para prestar esclarecimentos na Polícia do Exército no inquérito policial militar, prestar esclarecimentos, coisa que diariamente se faz no Poder Judiciário.

O Sr. Mário Martins — Sabemos disso.

O SR. EURICO REZENDE — Lá então, segundo informação que me foi prestada pelo honrado Coronel Florimar Campelo, Diretor Geral da Polícia Federal, o jornalista Flávio Tavares, desejando demonstrar positivamente a tranquilidade de sua consciência, ou então receoso — e recelar é um direito que todos temos — que após sua saída se colocassem ali materiais subversivos para comprometer-lo, exigiu que os agentes da autoridade percorressem, vasculhassem seu apartamento, para constatar então — e isso é uma prova a favor dele e não contra ele — a inexistência de qualquer suporte, de qualquer fundamento, de qualquer circunstância que justificasse a mais leve suspeita.

Levado para prestar esclarecimentos, se se constatar sua inocência, ou melhor, se não se caracterizarem as acusações que foram feitas a ele, não pela Polícia Federal nem pela Polícia do Exército mas pelos terroristas de Uberlândia, inclusive pelo Capitão reformado da Aeronáutica, ele, como qualquer outro cidadão, retornará ao recesso do seu lar e à frente do seu trabalho. Mas se o comprometimento se caracterizar, como qualquer homem deste País, ele continuará a ser investigado ou processado dentro da lei que este Congresso votou, a posição, Sr. Presidente, da Polícia Federal e da Polícia do Exército neste episódio.

Verifico, mais uma vez, que se deseja, nesta Casa, fazer drama, fazer passionalismo sem se procurar recrutar elementos básicos sérios. Porque a regra geral, desgraçadamente, é o impressionismo para perturbar a atividade governamental em favor da recuperação deste País.

O Sr. Josaphat Marinho — E' o que V. Exa. está fazendo.

O Sr. Mário Martins — V. Excelência considera o jornalista Flávio Tavares um homem idôneo?

O SR. EURICO REZENDE — Considéro. Será para mim uma surpresa se ele estiver comprometido, mas seria também uma surpresa para mim, tendo ocorrido acusação daqueles terroristas, que a Polícia Federal e a do Exército não houvessem procedido como procederam. Logo, a alternativa é válida. A surpresa é nossa, mas poderia na opção continuar sendo nossa se se apurasse acusação. Assim se justifica a atitude das autoridades governamentais.

O Sr. Mário Martins — Vossa Excelência considera o jornalista

Flávio Tavares um homem idôneo. Aliás, não é só V. Exa., é notória a sua idoneidade. Se vivêssemos num regime decente, num regime democrático, o jornalista seria convidado a prestar o seu depoimento e depois iria para sua residência, não iria fugir, mesmo porque a Polícia dispõe de meios capazes de impedir.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. vai me permitir, a questão não é só de dever moral da polícia é também um dever legal. Se há acusação, a polícia não pode dispensar porque a pessoa é idônea. O que a polícia faz, quando o acusado é idôneo é tratá-lo, tendo em vista que é idôneo, e examinar com mais rigor a acusação, e não liberá-lo. Vossa Excelência diz que, se vivêssemos num regime decente e num regime democrático, o fato não teria ocorrido. Então os terroristas também poderiam dizer: se vivêssemos num regime democrático e num regime decente a polícia federal não apreenderia as bombas-relógios e as bombas ping-pong.

O Sr. Mário Martins — Mas é evidente. O que pergunto a Vossa Excelência é isso: onde afinal está o jornalista? V. Exa. parece que está bem informado, poderia dizer.

O SR. EURICO REZENDE — Colhi informações, já disse ao Plenário, com o Cel. Florimar. O jornalista está prestando depoimento na sede do inquérito policial militar.

O Sr. Mário Martins — Desde as seis horas da manhã?

O SR. EURICO REZENDE — Não sei, Excelência. Naturalmente há interrupções para uma palestra, uma palestra cativante do jornalista. Há interrupção para o almoço. Mas V. Exa. pode ficar tranquilo que a sua integridade física e a sua integridade de pessoa humana estão sendo e serão respeitadas.

O Sr. Mário Martins — Poderia V. Exa. dar outra informação? Onde é a sede desse inquérito policial?

O SR. EURICO REZENDE — Devo dizer a Vossa Excelência que não procurei saber onde se desenrola o inquérito policial-militar, porque isso não me parece relevante. Mas, se V. Exa. ou qualquer outra pessoa puder dizer-me onde se encontram os armamentos em busca dos quais andam a Polícia Federal e a Polícia do Exército, nós poderíamos trocar as informações. Mas, confesso que não sei onde é a sede do inquérito policial-militar.

O Sr. Mário Martins — Vossa Excelência não está me convidando para entrar para o SNI, que paga regularmente para esse mistério que chega a invadir, às seis horas da manhã, a residência de um jornalista, porque alguém declarou numa outra cidade que ele era o mentor intelectual, o industrial das bombas.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, curvo-me diante da advertência de V. Exa. de que meu advertência de V. Exa. de que meu tempo está terminado e peço desculpas ao eminente Senador Mário Martins...

O Sr. Mário Martins — Não há por que. O crédito de V. Exa. é grande e vem de longe.

O SR. EURICO REZENDE — ... por não poder abarcar, em meu pronunciamento, a questão dos estudantes.

Meu tempo está esgotado. Sendo o assunto o prato do dia da Oposição, espero que na próxima semana, prosseguiremos na novela e então poderei prestar maiores esclarecimentos...

O Sr. Oscar Passos — Não se trata de novela.

O SR. EURICO REZENDE — Se V. Exa. sentiu alguma coisa aí pode dizer, porque não ouvi nada!

O Sr. Oscar Passos — V. Exa. está achando que é novela porque não lhe dão as costas. Do contrário, não seria novela.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. devia pactuar comigo na questão dos estudantes, o que seria de seu dever não só de patriota mas de seu dever legal como militar que é, a respeito dessa esquematização terrorista no Município de Uberlândia. O aparte de V. Exa. não deveria se referir aos estudantes, mas às bombas.

O Sr. Oscar Passos — Ficou demonstrado que a revolução falou muito em comunismo sem que pudesse apresentar um só fato concreto até hoje! V. Exa. é da época do Plano Cohen e devia saber como são os fatos desvirtuados!

O SR. EURICO REZENDE — Então, V. Exa. não acredita em comunismo?

O Sr. Oscar Passos — Não acredito no comunismo da Revolução.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. então está riscando do mapa a Rússia e Cuba.

O Sr. Oscar Passos — Dizer que estamos fazendo novela, não admito.

O SR. EURICO REZENDE — Quando ouvi o aparte do eminente Senador Oscar Passos, brioso general do Exército brasileiro, senti-me em termos de conforto, de esperança pensando que S. Exa. fosse aplaudir o Governo por haver desbaratado uma quadrilha de terroristas.

Então, Sr. Presidente, nem em termos civis, nem em termos militares o Governo não pode contar com a colaboração da honrada Oposição.

Peço desculpas ao nobre Senador Mário Martins por não poder penetrar na área da discussão sobre o tema estudante. Mas se S. Exa. ...

O Sr. Mário Martins — Pelo qual V. Exa. revela um grande desprezo,

O SR. EURICO REZENDE — ... na próxima semana, quiser conversar iremos ter aqui uma interlocução, que considero, desde já, seria, porque contida no dorso de esclarecimentos necessários e definitivos.

Sr. Presidente desejo aqui louvar o Governo pela atitude vitoriosa livrando a família brasileira de uma desgraça que estava programada e também fazer votos no sentido de que o jornalista Flávio Tavares prove, centímetro por centímetro, circunstância por circunstância, a tranquilidade da sua consciência, para o seu bem e para alegria dos seus amigos e admiradores. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, dificilmente terá passado pelo Parlamento uma figura tão austera como a do Deputado Raul Pila. Da antiga representação do Rio Grande do Sul, chefe do extinto Partido Libertador, não podendo, porque traindo a sua consciência, conforme asseverou, continuar no mandato popular, dele se despediu para se retirar à vida privada, dando, assim, um exemplo nunca antes seguido, se não me equivoca, por outra qualquer figura política do país. Entretanto, S. Exa. não está alheio aos acontecimentos e teve a oportunidade de, ainda ontem, dar entrevista ao matutino "O Estado de São Paulo", na qual, com lucidez e clareza, expôs a

"Não. Tudo pode acontecer, inclusive um acidente feio. Mas não é razoável esperar o breve restabelecimento na normalidade democrática. Tal ceticismo deixei, a bem clara nos dias seguintes preferidos ao abandonar a atividade política. Deixava-a porque já não encontrava no País as mínimas condições para exercer e, mais, por não ter esperanças."

de que tão cedo se restabelecessem.

Mas com isso não digo que não voltaremos à democracia, um dia. O regime atual ir-se-á fatalmente desgastando. E' a vida. Demais, estes regimes não têm em si mesmos a faculdade de regenerar-se, que possui a verdadeira democracia, como todo organismo normal, quando não tenha sofrido um acidente fatal. O desgaste deste regime é irreversível.

E' evidente que o desgaste, só por si, não trará a restauração da democracia, porque outras formações anômalas se poderão desenvolver. Será necessário, portanto, um esforço construtivo consciente e bem inspirado. A quem caberá desenvolvê-lo? Eis a questão proposta.

Não me animo a predizê-lo. E' claro que a mocidade, especialmente a mocidade universitária, caberá um importante papel, como tem ocorrido, em todas as grandes reformas políticas e sociais. O seu idealismo, o seu entusiasmo, o seu impulso são indispensáveis. Mas as grandes obras exigem, também, experiência e reflexão, e estas não são apanágio da mocidade. E' necessária a mocidade, mas não só a mocidade. Ao demais, se há moços e velhos, convém não esquecer que há, também, moços-velhos e velhos-moços, isto é, moços sem idealismo e entusiasmo, e velhos que não perderam a antiga flama. A idade, só por si, não é, pois, critério bastante. Ainda menos seguro me parece esperar em grupos sociais ou econômicos. A minha esperança repousa no ressurgimento da Nação como tal, com a consciência dos seus supremos interesses, quando o natural e inevitável desgaste do regime o ensejar. Até lá, o que se pode fazer é debater, doutrinar, preparar a consciência nacional para a mudança e evitar os erros do passado, aproveitando as dolorosas lições que eles nos deixaram.

A isso é preciso acrescentar, como adverte o repórter, a influência dos acontecimentos internacionais. Cada vez mais, o nosso mundo é um mundo só, em que pese aos anacrônicos nacionalismos da época. A derrota dos países totalitários facilitou grandemente, se diretamente não determinou, a queda do Estado Novo. Agora, a situação internacional poderá concorrer para prolongar o atual regime, além do razoável. Mas quem o poderá prever com segurança? As vezes, um acontecimento imprevisível desvia o curso da História.

O certo, para mim — concluiu o professor — é o desgaste natural da atual organização política não só no seu mecanismo aparente, mas também no seu motor profundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levy) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SE. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, por ser o último orador inscrito nesta tarde, por este motivo podem ficar tranquilos os nobres colegas, que já concluírem os nossos trabalhos.

Sr. Presidente, eu não queria deixar que esta sessão se concluisse sem um pequeno registro, mas, embora pequeno, têm ele assim o cunho da minha admiração.

Trata-se, Sr. Presidente, do sexto aniversário, hoje, da Rádio Educadora de Brasília.

Quando não já vivíamos há um ano aqui em Brasília, a Capital da Esperança surgiu, numa iniciativa do como sabe V. Exa., a Rádio Educadora de Brasília. Lali pa a cá, nesse transcurso de seis anos de ação, pudemos observar e quanto tem feito ela pela Cultura não apenas da Capital mas de toda a imensa área que suas ondas abrangem. E' curioso que, sendo ela um veículo de divulgação, necessite — e na verdade há necessidade — que sobre a Rádio Educadora se faça também divulgação.

Gostaria quando assinalo o sexto aniversário dessa Rádio de sugerir aos que me ouvem liguem seus aparelhos para essa emissora porque dela ouvirão excelentes programas educativos particularmente no que tange à boa música.

Mas não é apenas isso. Quero recordar até num preito de agradecimento que quando eu dirigia em Brasília, o Movimento Escoteiro, encontrei na Rádio Educadora de Brasília o maior apoio para as atividades que então desenvolvemos — e eu não precisaria assinalar o que significa, em benefício da infância e da juventude, o movimento escoteiro que ela, Rádio, compreendeu dando-me mão forte através de desenvolvimento de um programa que perdurou por muito tempo.

Tem hoje a Rádio aniversariante a direção de um amigo da Casa, o jornalista Esau de Carvalho, que tem dado o máximo de sua inteligência no atendimento das finalidades da rádio mantida pelo Ministério da Educação e Cultura.

Por isto, Sr. Presidente, é bom que, num instante assim, se fale da ação da Rádio Educadora de Brasília porque há em nossa Capital uma série de iniciativas que se desenvolvem no anonimato.

Nós mesmos de quando em quando, nos surpreendemos, verificando quantas iniciativas de alto mérito aqui se desenvolvem, sem o necessário conhecimento por parte da população. Mas no caso da Rádio Educadora, eu gostaria que maior se fizesse a sua audição, que maior número de aparelhos a ela estivessem ligados, para assim corresponder ao esforço que ali se faz no sentido cultural.

Portanto quero festejar o evento. Seis anos podem apresentar um admirável acervo de realizações por parte da emissora e eu quero deixar aqui o meu abraço, desde a sua direção, a todos os que nela labutam, o meu apoio para que prossigam nesse afã e que continuem, através da boa música e de programas verdadeiramente educativos, a brindar Brasília com aquilo que ela, como cidade e como todas as outras cidades precisam — programas culturais em benefício da população. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levy) — Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que estão convocados para uma sessão conjunta a realizar-se segunda-feira próxima, às 21 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Da Sessão Ordinária de 7 de

agosto de 1967

(Segunda-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1963 (nº 136-D-48 na Casa de origem) que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários, tendo Pareceres, ns. 483, 484, 485, de 65 das Comissões.

de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; de Legislação Social, favorável nos termos do substitutivo que oferece; de Saúde, favorável ao substitutivo; e de Finanças, 1º — pela audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

2º — pela sustação do estudo da proposição, até a chegada, ao Congresso Nacional de projeto de lei, do Executivo, de reforma da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levy) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos).

Oração Fúnebre proferida pelo Bispo-Auxiliar de Porto Alegre, Dom Edmundo Luiz Kuntz, por ocasião da Missa de 7º Dia pelo falecimento do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que se publica nos termos do Requerimento nº 675, aprovado na sessão de 3 de agosto de 1967, de autoria do Sr. Daniel Krieger.

AS DIMENSÕES HUMANAS E ESPIRITUAIS DE CASTELO BRANCO

Palavras do Bispo-Auxiliar de Porto Alegre — Dom Edmundo Luiz Kuntz — por ocasião da missa de 7º dia, na Catedral de Porto Alegre.

Costernados e enlutados, homens crentes desta cidade e deste Estado, se reúnem em torno do altar, de Cristo para sufragar a alma e reverenciar a memória do ex-Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, abrupta e tragicamente roubado ao convívio dos brasileiros, há 7 dias, no Ceará, seu torrão natal, em lamentável acidente de aviação.

Esqueçamos, por instantes, a dor e estanquemos o pranto nos quais mergulhamos com toda a Nação. Ao invés de correr à tumba muda e fria que enclausura seu corpo morto, corramos à tribuna eloquente e cálida de sua vida na qual falou o seu espírito forte. No entanto, ministro de uma ação religiosa, a renovação do sacrifício da cruz, nem a missão, nem o local me dão credenciais para fazer falar a alma do soldado e do estadista. Muito menos de julgar dos seus acertos ou dos seus erros estratégicos e políticos. E' vocação de outros e, sobretudo, da história. Mas há algo que podemos, que devemos e que queremos ouvir neste momento: a sua alma de homem. E tanto mais a desejamos ouvir, quanto mais o carinho nos leva a pensar nas palavras inidiváveis da sua segunda visita a Porto Alegre, aos 13 de de março de 1965: "AQUI NO RIO GRANDE RECEBI A EDUCAÇÃO DE HOMEM".

Que é porém o homem? Variadas são as opiniões que ele emite a respeito de si mesmo. Numas se exalta até a divindade. Noutras porém se deprime até ao desespero. São exageros que escapam a uma visão realista e cristã. Na verdade, o homem não se engana quando se reconhece superior aos entes materiais em se afirmando como ser pessoal e como ser social; como ser pessoal, dele difere e os excede em sua vida interior, consciente e livre; como ser social, sobre eles prevalece e os supera em sua vida exterior, solidária e comunitária.

I. As dimensões humanas de Castelo Branco como ser pessoal

Antes de mais nada o homem se define como pessoa: só ele é dono de seus atos e mais ninguém. Na intimidade profunda, no âmago do coração, é ele, só ele, que escolhe o seu

caminho e decide o seu destino. Nesta autodeterminação, neste emocionante senhorio está a verdadeira dignidade humana. Deus a respeita porque Ele assim a criou. O homem é por isso o ponto culminante e o centro convergente do Universo, a coroa fulgurante da criação. Esmenê-lo, o rei, se rege pelo próprio arbítrio e goza de liberdade. A sua dignidade exige que possa agir de acordo com opções conscientes e livres, isto é, movido e levado por convicções pessoais e não por forças internas ou externas ou de uma coação externa.

As decisões lidicamente humanas, conscientes e livres, são tomadas no núcleo secretíssimo da consciência, sacro mistério em que o homem está sozinho com Deus e onde ressoa uma voz poderosa e indestrutível: "faz isto e evita aquilo". Fica a escolha livre da pessoa seguir ou desprezar os ditames desta voz da consciência. Seguindo-os, promoverá sua dignidade humana; desprezando-os, a maculará.

"Fidelidade à consciência", eis a marca mais característica da nobre personalidade do saudoso ex-Presidente. Os ouvidos do seu coração conservam-se sempre abertos à sua voz. Obedecia ao império de suas ordens. Não a substituíram os mandamentos da vida austera da caserna. Não a abafaram o trar dos canhões e o matraquear das metralhas nos campos de combate da Itália. Nem a distanciarão os mais altos degraus da hierarquia militar e nem a vertiginosa altitude de primeiro homem da República. Sempre lhe foi fiel. Mesmo que lhe custasse a aura da popularidade junto aos queridos membros do seu povo; mesmo que perclitasse o renome de soldado ou a fama de estadista; mesmo que a deposição de cargos sobrevesse, mesmo que o exílio ameaçasse, mesmo que companheiros o abandonassem, mesmo que amigos o criticassem, não trairia a norma última das ações humanas: a reta consciência. Acontece não raro que a consciência erra, enganada por condicionamentos externos e mesmo internos, sem perder no entanto a dignidade. Assim também o soldado e o estadista porventura cometessem erros. Mas ninguém arrancará de sua fronte esta coroa de glória: fidelidade à voz da consciência. E esta é a suprema medida da grandeza de um homem; a construtora dos caracteres firmes e das personalidades de escol.

Eis a alma de homem de Castelo Branco em sua primeira dimensão — que desejávamos fazer falar a todos os brasileiros, neste templo e nesta missa de sétimo dia.

II. As dimensões humanas de Castelo Branco como ser social

Deus não criou o homem solitário. A primeira comunhão de pessoas existe desde os primórdios da raça humana: varão e mulher. O homem é de fato, por natureza íntima, um ser social. Sem relações com os outros não pode nem viver, nem desenvolver seus dotes (Gaudium et Spes, 12). Por isso nasce, cresce e existe em comunidade. Em consequência a ética que regula a conduta humana e o convívio social jamais pode fundamentar-se num individualismo exclusivista. Seria destruir o próprio homem que por estrutura essencial é feito para viver com outros. E assim a liberdade pessoal, individual, tem a sua fronteira inarredável e insubstituível no bem comum: cada ser humano responsável por todos os homens. Quem pensa só em si e não nos outros desfigura a fisionomia humana, não é homem, é monstro.

Sensa de responsabilidade pelos outros e bem generoso de si mesmo, são os dois ingredientes que estruturam a alma social do marechal e do Presidente Castelo Branco. A sua vida se norteou por uma estrela: servir. Aliás é esta a virtude cardinal de todo soldado que comanda e que obedece. Sem o espírito de serviço o co-

mandante se torna um tirano e o subornado um paião. Mas esta estrela luziu em todo o seu brilho, quando lhe confiaram o leme da nau do Brasil. Singrava ela, então, por mares revoltos e até borascosos. As finanças combalidas, a moda desvalorizada, as massas agitadas, exigiam mais do que nunca o homem social, esquecido de si até o esgotamento total e voltado para os outros até a plenitude heróica. Errou, excedeu-se, decepcionou o governante? E' cedo demais para julgá-lo definitivamente e não compete a mim fazê-lo. Não errou, porém, nem excedeu-se, nem decepcionou o homem: houve senso de responsabilidade, houve despojamento interior, houve doação até o sacrifício. Proyam-no de sobrejo leis impopulares julgadas necessárias, atitudes irreversíveis opinadas benéficas, palavras francas reputadas imperiosas. Era o ser pessoal vencido pelo ser social. Era o individualismo superado pelo bem comum.

Eis a alma de homem de Castello Branco em sua segunda dimensão, que desejávamos fazer falar aos brasileiros, neste templo e nesta missa de 79 dias.

III. As dimensões espirituais de Castello Branco como cristão.

Estas virtudes humanas, que por isso mesmo são divinas, eluíam espontaneamente da alma cristã de Castello Branco, animada da força mais dinâmica do universo; a fé. Fé adulta, amadurecida, que superou o infantilismo e que adere a Cristo pessoalmente por opção consciente e livre. Não era crença de encomenda nem de chavões. Por isso não usou de discursos altisonantes para proclamá-la. Manifestava-a ao natural, na vida de todos os dias. Meditava-a nos seus mistérios pelo método mais popular, o rosário, que sempre trazia consigo. Alimentava-a pela frequência fiel à missa dominical, mesmo nos dias mais carregados de compromissos. Quem não sente o valor que dava à renovação do sacrifício da cruz, no gesto simples e revelador, indo à missa cedinho com o irmão Cândido ao ouvir o toque dos sinos da capela da Serra do Estevão, numa das últimas manhãs de sua existência? Quem não sente vibrar a sua alma cristã na regulamentação do Dia Nacional de Aça de Graças? Quem não sente a confiança de um coração filial na visita de presidente recém-empossado a uma Igreja, onde permanece diante de Cristo Eucarístico em prolongada oração? Quem não sente palpitar o amor do Evangelho no enteneceador decreto que instituiu o Dia da Caridade? São poucos e palidos exemplos que não retratam a profundidade de uma fé que se incarnou numa vida.

Morreu o soldado e o estadista. Não morreu o homem e o cristão. A alma de Castello vive para sempre nas citações de suas virtudes. Que ela nos inspire a não desesperar do sentido da vida, mas nos ajude a descobrir a chave de seu segredo: fidelidade à consciência reta em nosso crescimento pessoal, social e cristão.

Que a grande alma humana e cristã de Castello Branco descanse na paz do Senhor!

Editorial publicado no "Jornal do Brasil" de 28 de junho, sob o título "Um Brasil de Heróis" que se publica nos termos do Requerimento número 656, aprovado na sessão de 4 de agosto de 1967, de autoria do Sr. Gouvêa Vieira.

UM BRASIL DE HERÓIS

Finalmente ontem, sobrevoando uma vez mais a localidade de Japurá

onde estão os destroços do C-47 desaparecido dia 15, os pilotos da FAB viram sobreviventes. Uns empinavam uma pipa de aviso, outros jaziam no chão em tórno.

Não foi um encontro de sorte. Foi o resultado de mais de 140 missões aéreas, com o emprego de 12 equipes médicas, 34 aviões, 136 tripulantes, 43 homens de operações em terra, 17 para-quedistas da FAB e 11 do Exército. Foi o resultado de uma quínta heróica de buscas efetuadas por homens de disciplina e de coração.

Há sempre um remédio, no Brasil, para quem desanima do Brasil. E' deixar para trás o Rio, São Paulo, Brasília, as grandes cidades amornadas por um País de política pessoal e de administração indolente, e mergulhar no interior do Brasil. Nos banhados do Sul, nos alagados de Mato Grosso, na vastidão do Planalto Central uma imensa população de brasileiros constrói o País. O nome tutelar desse interior é a Força Aérea Brasileira.

Nas linhas do interior perigoso, ao longo dos grandes rios que buscam o Amazonas, os homens da FAB se distinguem quase por um tipo especial. São homens que amam aquele tipo de trabalho. Se não o amassem não o agüentariam, procurariam outros percursos mais amenos. O bom humor, a alegria com que vivem sua rotina arriscada irradiam uma atmosfera de fé entre os que trabalham em condições igualmente duras. Em zonas de floresta densa, de rios grandes mas em geral ermos, a vida começa pela ordem criada na selva pelos campos de pouso. Mas há longos intervalos entre eles e nem sempre os aviões são de último modelo. Como lhes compete, entretanto, manter em contato com o mundo os postos avançados das Forças Armadas, do Serviço de Proteção aos Índios e todo um elenco de povoados arrancados recentemente à selva, os pilotos da FAB cumprem à risca suas missões. E quando acontece, como dia 15, que um avião desaparece na selva, então se vê em toda a sua grandeza simples como é uma vida de bravos a que esses homens vivem.

A dívida do Brasil litorâneo, do Brasil político, do Brasil administrativo para com os brasileiros que trabalham no interior e para com os elementos das Forças Armadas que tornam esse trabalho possível é uma dívida imensa. O que eles exigem, sem dizer e quase sem saber, é que se construa um País à altura deles, um País que erga afinal voo acima das picuinhas políticas e da ineficiência palavrosa. De Rondon a Bernardo Sayão, aos irmãos Vilas Boas, aos pilotos da FAB, temos tido e continuamos a ter no interior do País uma raça heróica. Lá eles não abandonam os que se perdem na selva. O Brasil não pode deixar ao abandono, na selva mesquinha dos golpes e da politicagem, esse admirável e obstinado espírito dos que constroem uma pátria grande a despeito de tudo.

Discurso pronunciado pelo Dr. Antônio Viana de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, por ocasião de sua investidura no cargo, que se publica nos termos do Requerimento nº 655, aprovado na sessão de 4 de agosto de 1967, de autoria do Sr. Gilberto Marinho.

— "É com humildade cristã que assumo a presidência desta Casa. Aceitei o novo cargo para o qual me distinguiu a confiança do Governo com o mesmo espírito com que foi convocado pela Revolução, isto é, o de trabalhar sem descanso para que

a Administração Pública seja exercida com eficiência e probidade. Foi o que, com a inestimável ajuda dos ilustres Diretores da Instituição e do seu nobre e bravo funcionalismo, procurei demonstrar nos três anos em que dirigi as duas expostas Cartilhas de Hipóteses e de Habitação. O duro do trabalho executado, se não é excepcional, constitui, entretanto, resposta satisfatória ao desafio revolucionário. Realmente, tornamos os financiamentos um direito do povo e não uma mercê dos poderosos ou propiciada pela corrupção. Multiplicamos em proporção geométrica as escrituras e nos 3 anos de administração revolucionária, concedemos mais empréstimos do que no decênio anterior. Comemoramos, assim, um êxito relativo e aceitamos uma nova missão, que, ao cabo, não passa de uma complementação, em maior escala, do trabalho já realizado. Procuraremos, destarte, ser fiéis a esta mensagem da Revolução, isto é, a de promover, no importante setor que ora nos é confiado, o desenvolvimento do País dentro de critérios da mais alta moralidade. É incontestável que, nos últimos anos, esta Casa se projetou com grandeza no cenário nacional. Crescem, por isso, as responsabilidades dos que a dirigem e dos que nela trabalham. Torna-se, portanto, necessário aparelhá-la adequadamente, para que o seu desenvolvimento não se parelize e não gere problemas técnicos e administrativos insolúveis. As duas brilhantes Administrações que antecederam à que ora se inicia estavam, felizmente, atentas à situação e deixaram, deste modo, em execução medidas de alto alcance, fundamentais para o futuro da Instituição.

O Conselho Administrativo da Caixa, sob o comando energético dos ilustres presidentes Arnaldo Blank e Ignácio Loyola Costa, enfrentou o prosseguimento das obras de construção da nova sede, empreendimento que levaremos a bom termo em curto prazo, não só porque é um precioso patrimônio público que nos cumpre defender, como também se constitui indubitavelmente na base física em que se deve assentar o progresso da Instituição.

A extensão das leis trabalhistas aos servidores desta Casa é outra importante medida que nos cumpre adotar imediatamente e a que daremos prioridade absoluta, para que possam os mesmos ter a remuneração condigna a que fazem jus pela sua alta qualificação profissional. É, porém, de intuitiva evidência que, para a justa e racional aplicação do regime trabalhista, tenha a infraestrutura da Casa de sofrer profunda modificação, a fim de adaptar-se à execução dos no-

vos e crescentes encargos que o Governo lhe atribui, os quais suscitam problemas técnicos e administrativos que não estamos habilitados a resolver satisfatoriamente. Surge, assim, uma nova Caixa, cuja imagem grandiosa já vislumbramos não apenas na sua majestosa futura sede e na re-forma administrativa que há de proporcionar aos seus nobres servidores, aos heróicos construtores da sua pujança, uma remuneração condigna, mas principalmente no crescente apreço do Governo e da opinião pública.

Tentaremos, também, com prudência e cautela, mas com firmeza e obstinação, dar ao Plano Nacional de Habitação a grandeza de que carece, entrosando-nos, assim, mais intimamente com os dirigentes do Banco Nacional da Habitação, os quais jamais nos faltaram com os seus ensinamentos e valioso apoio.

Procuraremos, outrossim, libertar progressivamente a Instituição da dependência quase absoluta em que vive dos depósitos dos Poderes Públicos, apelando para a poupança privada, por meios de estímulos adequados à captação de recursos privados. Complementaremos, igualmente, a implantação do sistema eletrônico em todos os Serviços de Contabilidade da Instituição, já instalado com êxito nas principais Agências da Carteira de Depósitos. Nada disso, porém, se atingirá sem mais trabalho e sem mais disciplina, e, sobretudo, sem a ajuda do Todo Poderoso. De nada adianta ao homem construir a sua Casa se não é o Senhor quem a edifica. É por isso, que, pondo a minha confiança em Deus, convoco os meus dignos Companheiros de Diretoria e os nobres servidores desta Casa para a execução de tão nobre e penosa missão. Aos descontentes com a minha designação para o honroso cargo, direi, somente, que nenhuma de minhas ações será ditada pelo orgulho, pela ambição, pelo ressentimento ou pelo rancor. Serei apenas fiel aos princípios da minha formação moral e aos ideais da Revolução e eliminarei imolavelmente a indisciplina, a sabotagem, a corrupção e quaisquer outros obstáculos que venham eventualmente a se anteopor ao cumprimento do meu dever, pois a minha e não a deles cabem as graves responsabilidades, que acabo de assumir.

Agradeço, por fim, às autoridades civis e militares, aos funcionários e guiramos com a sua presença, dando amigos a honra com que me distinguem e prestígio a esta solenidade. — Antônio Viana de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1967, que "Estabelece normas sobre a fiscalização de mercadorias estrangeiras, e dá outras providências."

A V I S O

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 4 (quatro), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove) e 10 (dez) do corrente mês de agosto;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 1º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 10, às 19:00 horas (dezenove);

4 — As emendas só serão recebidas

quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto; e

7 — A apresentação do Parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 17 (dezesete) de agosto às 15:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

Congresso Nacional, em 3 de agosto de 1967. — Senador José Ermírio, Presidente.

Local de Funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão:

Diretoria das Comissões, 11º andar do Anexo do Senado.

Telefone: 2-4533, Ramais 244 e 245.

Secretário: Cláudio I. C. Leal.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 4, DE 1967 (CN), QUE "ESTABELECE NORMAS PARA A FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ ERMÍRIO
Vice-Presidente: JOÃO CLEOFAS
Relator: HAMILTON PRADO

ARENA

SENADORES

1. Mem de Sá
2. Carvalho Pinto
3. Paulo Sarasate
4. João Cleofas
5. Teotônio Vilela
6. Manoel Villaza
7. Raul Giuberti

DEPUTADOS

1. Hamilton Prado
2. Arnaldo Nogueira
3. Vasco Amaro
4. Martins Júnior
5. Walter Passos
6. Furtado Leite
7. Hanequin Dantas

MDB

1. José Ermírio
2. Rui Carneiro
3. João Abrahão
4. Bezerra Neto

1. Henrique Henkin
2. Paulo Campos
3. Reinaldo Sant'Ana
4. Tales Ramalho

CALENDÁRIO

- Dia 2/8 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;
Dia 3/8 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;
Dias 4, 7, 8, 9 e 10 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;
Dia 17 — Reunião para leitura do parecer do Sr. Relator, às 15 horas;
Dia 23 — Apresentação do parecer, pela Comissão;
Dia 24 — Publicação do parecer; e
Dia 29 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta.
Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal Neto.

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1967, que "Dá nova redação ao Art. 3º, Inciso III, da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958" (Que cria o Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências).

A V I S O

- 1 — A Comissão receberá emendas nos dias 4 (quatro), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove) e 10 (dez) do corrente mês;
- 2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
- 3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1967 (CN), QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º, INCISO III, DA LEI Nº 3.381, DE 24 DE ABRIL DE 1958 (QUE CRIA O FUNDO DA MARINHA MERCANTE E A TAXA DE RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS)".

COMPOSIÇÃO

Presidente: MARIO MARTINS
Vice-Presidente: ALBERTO HOFFMAN
Relator: VASCO FILHO

ARENA

SENADORES

1. Wilson Gonçalves
2. Eurico Rezende
3. Rui Palmeira
4. Patrônio Portela
5. Carlos Lindenberg
6. Flávio Brito
7. Guido Mondim

DEPUTADOS

1. Humberto Bezerra
2. Lyrio Bertolli
3. Raimundo Diniz
4. Parente Prota
5. Nunes Leal
6. Vasco Filho
7. Alberto Hoffman

MDB

1. José Ermírio
2. Desiré Guarany
3. Mário Martins
4. Josephat Marinho

1. Athlé Couri
2. Waldir Simões
3. Bernardo Cabral
4. Dias Menezes

CALENDÁRIO

- Dia 2 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;
Dia 3 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;
Dias 4, 7, 8, 9 e 10 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;
Dia 17 — Reunião da Comissão, às 21:00 (vinte e uma horas), para apreciação do parecer do Relator;
Dia 22 — Apresentação do parecer, pela Comissão;
Dia 23 — Publicação do parecer; e
Dia 29 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta.
Secretária: Carmelita Sousa.

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 5, de 1957, que "Regulamenta o Artigo nº 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-Combatentes da 2ª Guerra Mundial."

A V I S O

- 1 — A Comissão receberá emendas nos dias 4 (quatro), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove) e 10 (dez) do corrente mês;
 - 2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
 - 3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 10 (dez), às 19:00 (dezenove) horas;
 - 4 — As emendas só serão recebidas quando o original se fizer acompanhado de 3 (três) cópias;
 - 5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das Normas, para recebimento de recursos;
 - 6 — Durante o decorrer do citado período, haverá na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e
 - 7 — A apresentação do parecer do Relator, perante a Comissão, dar-se-á no dia 23 (vinte e três) de agosto, às 21:00 (vinte e uma) horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.
- Congresso Nacional 3 de agosto de 1967. — Deputado Jamil Amiden, Presidente.
- Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões — 11º andar do Anexo do Senado Federal. Telefone: 2-4533 — ramais 241 e 244. Secretário: Alexandre Marques de A. Mello.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 5, DE 1957 (CN), QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 178 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, QUE DISPÕE SOBRE OS EX-COMBATENTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL".

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jamil Amiden.
Vice-Presidente:
Relator: Alípio Carvalho.

ARENA

Senadores:

1. Ney Braga
2. Milton Trindade
3. Arnon de Melo
4. Leandro Maciel
5. Júlio Leite
6. Aloysio de Carvalho
7. Paulo Torres

Deputados:

1. Raymundo Brito
2. Paulo Biar
3. Vicente Augusto
4. Alípio Carvalho
5. Luiz Cavalcante
6. Haroldo Veloso
7. Teotônio Neto

MDB

Senadores:

1. Aurélio Vianna
2. Oscar Passos
3. Argemiro de Figueiredo
4. Aarão Steinbruch

Deputados:

1. Jamil Amiden
2. Anacleto Campanella
3. Celestino Filho
4. João Hercúlio

CALENDÁRIO

- Dia 2-8 — É lido Projeto em Sessão Conjunta;
Dia 3-8 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;
Dias 4, 7, 8, 9 e 10-8 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;
Dia 23-8 — Apresentação do parecer, pela Comissão;
Dia 24-8 — Publicação do parecer; e
Dia 31-8 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta.
Secretário: Alexandre Marques de A. Mello.

Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei nº 6-67 (C.N.) "Que integra o Seguro de Acidentes do Trabalho na Previdência Social e dá outras providências."

1ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 3 DE AGOSTO DE 1967

INSTALAÇÃO

As 21:20 horas do dia 3 de agosto de 1967, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Teotônio Vilela, Milton Campos, Menezes Pimentel, Duarte Filho, Leandro Maciel, Manoel Villaza, Arnon de Melo, Aarão Steinbruch, Argemiro Figueiredo e os Senhores Deputados Rui Santos, Teotônio Dantas, José Saly, Garcia Neto, Francisco Amaral, Franco Montoro e Dalmir Vieira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo do Projeto de Lei nº 6-67 (CN) — "Que integra o seguro de acidentes do trabalho na Previdência Social e dá outras providências".

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aurélio Viana e José Ermírio e os Senhores Deputados Armando Corrêa, Leopoldo Pêras, Ademar Jurema e Léo de Almeida Neves. De acordo com o artigo 32 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Milton Campos, que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Senador Teotônio Vilela.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

- | | |
|-----------------------------|----|
| Senador Aarão Steinbruch | 13 |
| Senador Argemiro Figueiredo | 2 |
| Em branco | 1 |

Para Vice-Presidente:

- | | |
|----------------------|----|
| Senador Duarte Filho | 13 |
| Deputado Garcia Neto | 2 |
| Em branco | 1 |

Votos

O Senhor Senador Milton Campos declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Aarão Steinbruch e Duarte Filho, passando a presidência ao Presidente eleito.

Assumindo a presidência, o Senhor Senador Aarão Steinbruch agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão elegendo-o Presidente deste órgão, e presta a ler as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão que, submetidas a votação são aprovadas por unanimidade.

De acordo com as normas acima citadas o Senhor Presidente designa Relator da matéria o Deputado Rui Santos que agradece a confiança e promete tudo fazer para cumprir a missão que lhe foi confiada.

O Senhor Presidente solicita ao Senhor Relator que determine a hora para a próxima da Comissão, a fim de apreender seu parecer. Foi fixado o dia 23 de agosto, às 21 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, a presente ata que depois de lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes a reunião. — Milton Campos — Teotônio Vilela — Menezes Pimentel — Arnon de Melo — Duarte Filho — Leandro Maciel — Manoel Villaca — Aarão Steinbruch — Argemiro Figueiredo — Rui Santos — Tourinho Dantas — José Saly — Garcia Neto — Francisco Amaral — Franco Montoro — Doin Vieira.

COMISSÃO MISTA PARA ESTUDO DO PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1967 (C.N.).

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão. É o seguinte o texto das Normas Disciplinadoras aprovadas:

NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, ficando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinados à apresentação de emendas ao Projeto (letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra o, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, intransferivelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis)

de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra f, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator ter álgual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com supemendas; e,
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas normas.

Art. 12. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Resolução nº 1, de 1964 (C.N.)), artigo 8º, letra k).

Art. 15. As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas normas serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1967. — Senador Aarão Steinbruch, Presidente; Deputado Rui Santos, Relator.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 6, DE 1967 (C.N.), QUE "INTEGRA O SEGURO DE ACIDENTES DO TRABALHO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Aarão Steinbruch.

Vice-Presidente: Senador Duarte Filho.

Relator: Deputado Rui Santos.

ARENA

Senadores:

1. Teotônio Vilela.
2. Milton Campos.
3. Menezes Pimentel
4. Arnon de Melo.
5. Duarte Filho.
6. Leandro Maciel.
7. Manoel Villaca.

M.D.B

Senadores:

1. Aarão Steinbruch.
2. Aurélio Vianna.
3. José Ermirio.
4. Argemiro Figueiredo.

ARENA

Deputados:

1. Rui Santos.
2. Tourinho Dantas.
3. Armando Corrêa.
4. Leopoldo Peres.
5. José Saly.
6. Garcia Neto.
7. Aderbal Jurema.

M. D. B.

Deputados:

1. Francisco Amaral.
2. Leo de Almeida Neves.
3. Franco Montoro.
4. Doin Vieira.

CALENDÁRIO

Dia 3 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 3 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 7, 8, 9, 10 e 11 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 23 — Reunião para apreciação do parecer, às 21:00 horas;

Dia 29 — Apresentação do Parecer pela Comissão;

Dia 30 — Publicação do Parecer;

Dia 4-9 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta.

AVISOS

1. A Comissão receberá emendas nos dias 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez) e 11 (onze) de agosto;

2. As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, no horário de 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas, e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3. Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão; dia 11 (onze), às 19:00 (dezenove) horas;

4. As emendas só serão recebidas quando o original se fizer acompanhado de três cópias;

5. Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, constante do parágrafo único do artigo 3º das Normas, para recebimento de recursos;

6. Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebimento de recursos;

7. A apresentação do parecer do Relator, perante a Comissão, dar-se-á no dia 23 (vinte e três), de agosto, às 21 (vinte e uma) horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 4 de agosto de 1967. — Senador Aarão Steinbruch, Presidente.

Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei nº 2, de 1967, (C.N.) que "Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de NC\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo."

1ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 1967

Instalação

As dezesseis horas do dia três de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Carvalho Pinto, Ney Braga, Menezes Pimentel, Mem de Sá, José Leite, Clodomir Millet, Fernando Corrêa, Lino de Mattos e Pedro Ludovico e os Senhores Deputados Joaquim Parente, Carlos Alberto e Ulysses Guimarães, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 2, de 1967 (C.N.) — "Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de NC\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros novos) para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo."

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Pessoa de Aguiar e Antônio Balbino e os Senhores Deputados Antônio Feliciano, Cunha Bueno, Luis de Paula, Leão Coelho, Nasser de Almeida, Alceu de Carvalho, Francisco Amaral e Pedro Marão.

De acordo com o artigo trinta e dois do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Lino de Mattos, que declara instruídos os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, desquando pr. os escrutinadores o Senhor Senador Clodomir Millet e o Senhor Deputado Joaquim Parente.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Carvalho Pinto — 11 votos
Senador Mem de Sá — 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Mem de Sá — 10 votos,
Senador Ney Braga — 1 voto.

Deputado Joaquim Parente — 1 voto.

O Senhor Senador Lino de Mattos declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Carvalho Pinto e Mem de Sá, passando em seguida a presidência da Comissão ao Presidente eleito.

O Senhor Senador Carvalho Pinto assume a presidência, agradecendo a confiança manifestada pelos membros da Comissão, passando em seguida a ler o calendário estabelecido para a Comissão, bem como as Normas Disciplinadoras dos seus trabalhos e submete sua aprovação aos demais pares, que as aprovam unanimemente.

De acordo com as Normas acima citadas, o Senhor Presidente designa para Relator da matéria o Senhor Deputado Ulysses Guimarães.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes a reunião. — Carvalho Pinto — Ney Braga — Menezes Pimentel — Mem de Sá — José Leite — Clodomir Millet — Fernan-

do Corrêa — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Joaquim Parente — Carlos Alberto — Ulysses Guimarães.

É O SEQUINTE O TEXTO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS APROVADO:

COMISSÃO MISTA PARA ESTUDO DO PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1967 (CN).

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão.

NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvidor a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará, como não aceita aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra b, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, prorrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra f, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que não fará encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em bloco, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão imediatamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas normas.

Art. 12. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Resolução nº 1, de 1964 - CN, artigo 8º, letra k).

Art. 15. As emendas e o Parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, 1ª prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 1967. — Presidente: Senador Carvalho Pinto; Vice-Presidente: Senador Mem de Sá; Relator: Deputado Ulysses Guimarães.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1967 (CN), QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR, PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, O CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS NOVOS), PARA A INSTALAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO".

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Senador Mem de Sá

Relator: Deputado Ulysses Guimarães

SENADORES

ARENA

1. Carvalho Pinto
2. Ney Braga
3. Menezes Pimentel
4. Mem de Sá
5. José Leite
6. Clodomir Millet
7. Fernando Corrêa

MDB

1. Lino de Mattos
2. Pedro Ludovico
3. Pessoa de Queiroz
4. Antonio Balbino

DEPUTADOS

ARENA

1. Antonio Feliciano
2. Cunha Bueno
3. Luis Paula
4. Joaquim Parente
5. Lopo Coelho

6. Nasser de Almeida
7. Carlos Alberto.

MDB

1. Alceu de Carvalho
2. Francisco Amaral
3. Ulysses Guimarães
4. Pedro Marão

CALENDÁRIO

Dia 2-8 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 3-8 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 4, 7, 8, 9 e 10 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 22-8 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 23-8 — Publicação do parecer; e Dia 25-8 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta.

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 4 (quatro), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove) e 10 (dez) de agosto;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 1º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 10 (dez), às 19:00 (dezenove) horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original se fizer acompanhado de três (3) cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto prazo de 24 (vinte e quatro) horas, constante do parágrafo único do artigo 3º das Normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator, perante a Comissão, dar-se-á no dia 22 (vinte e dois) de agosto, às 16:00 (dezesseis) horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Congresso Nacional, 3 de agosto de 1967. — Carvalho Pinto, Presidente.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 1967.

As dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e sessenta e sete, presentes os Senhores Senadores João Abrahão, Presidente, Eurico Rezende, Petrônio Portela, Aurélio Vianna, José Leite, Júlio Leite, Carvalho Pinto, Catterete Pinheiro, Mário Martins, Fernando Corrêa, Argemiro Figueiredo e Gouvêa Vieira, sob a Presidência do Senhor Senador João Abrahão, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, do Senado Federal, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Jose Feliciano, Lobão da Silveira, e, Atílio Fontana.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida considerada aprovada.

Havendo número legal o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão, informando aos Senhores Senadores presentes, que se encontra no Senado o Engenheiro Arquiteto Dr. Oscar Niemeyer, atendendo a convite da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre o futuro aeroporto de Brasília.

O Senhor Presidente determina que o Secretário faça introduzir na Sala da Reunião, o convidado, Dr. Oscar Niemeyer.

Seguindo, o Senhor Presidente cumprimenta o ilustre Arquiteto e após sua apresentação aos demais membros da Comissão, concede-lhe a palavra para os desejados esclarecimentos, segundo notas taquigráficas abaixo registradas.

NOTAS TAQUIGRAFICAS

REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA, COMANDANTE DA 6ª ZONA AEREA A RESPEITO DA CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE BRASÍLIA.

O SR. PRESIDENTE — Senador João Abrahão.

O SR. PRESIDENTE — (Senador João Abrahão) — Declaro aberta a reunião, iniciando apresentando ao Brigadeiro Alfredo Corrêa, Comandante da 6ª Zona Aérea os agradecimentos da Comissão do Distrito Federal pela sua gentileza em atender ao nosso convite para que pudéssemos utilizar ideias a respeito do problema do aeroporto de Brasília.

Assim fazendo, queremos ainda explicar que o objetivo da Comissão do Distrito Federal, através de seus membros, é procurar um denominador comum e contornar o impasse que se criou perante a opinião pública no que se refere à questão desta obra.

Antes de conceder a palavra aos Srs. Senadores, queremos deixar bem claro a satisfação que temos em receber o nosso convidado, a quem pedimos que fique muito à vontade para que possa, espontaneamente, atender, se possível, às perguntas dos Srs. Senadores.

Tem a palavra o Sr. Brigadeiro Alfredo Corrêa, para sua exposição.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. e aos ilustres Senadores que pertencem a esta Comissão, e oportunidade que me proporcionam deste contato de um elemento militar, com a responsabilidade do Comando da 6ª Zona Aérea, sediada em Brasília, com os mais elevados representantes da nossa gente, do nosso povo.

Vim a Brasília com o seu objetivo de abrir ao Senado, de abrir ao Congresso, as portas da 6ª Zona Aérea, não só para o esclarecimento de assunto da natureza do de que vamos tratar, hoje, mas para todos os assuntos que interessam ao Parlamento Nacional.

Estamos inteiramente às ordens do Congresso. As nossas organizações, as organizações da FAB, sediadas nesta Zona, estão, inteiramente abertas ao Congresso, em todos os seus setores, inclusive naquela parte exclusivamente reservada aos Oficiais do alto escalão, isto possibilitará aos Srs. Congressistas o conhecimento de muitas coisas interessantes que irão facilitar, para o futuro a ajuda de que nós necessitamos, do Congresso, permitindo-nos também ajudar mais ao Congresso.

O nosso espírito é de absoluta colaboração, de peito, de coração aberto aos representantes do nosso povo, porque nós também somos elementos do povo.

Considero o problema relativo ao Aeroporto de Brasília encerrado já há um certo tempo. Hoje, se faz em torno dele alguma exploração, inclusive desgastando o Congresso e a nossa organização. Até certo ponto, os próprios jornais que publicam matéria sem querer talvez, nos colocam em situação de choque, que não existe, pelo contrário, existe coração aberto, existe desejo de colaboração, de esclarecimentos.

Este problema do Aeroporto de Brasília que já não é novo, nasceu quando da construção de Brasília, com a necessidade de pousar, nas proximidades do local escolhido para a cidade um avião teco-teco, em campos que prá-

ticamente não se poderiam considerar como campos de pouso. Aí foi crescendo uma organização que se chamou Aeroporto, aí pou a pou os nossos aviões da Força Aérea Brasileira que, todos conhecem, prestaram grande auxílio no início da construção de Brasília, como prestam em todas as oportunidades, em todas as ocasiões em que, em qualquer lugar do Brasil, se necessita do nosso apoio. Os aviões da Força Aérea Brasileira foram aterrando nesse campo, pouando nesse campo. Depois, criou-se uma organização militar, organização essa que cresceu e que hoje já consideramos como uma base aérea — pode-se dizer — de primeira classe.

Temos três tipos de base aérea: de 1ª, de 2ª e de 3ª classe. Estamos pedindo que a de Brasília, passe à base de primeira classe, dado o vulto das instalações que temos, como também o pessoal que compõe a unidade, do pessoal que está sediado dentro da base aérea de Brasília. Temos aqui, inclusive o comandante do Grupo de Transporte Especial, que executa o transporte das maiores autoridades do País — o Governo, Senadores, Deputados e outras personalidades de projeção. É uma base específica, é uma base de transporte, e, não, uma base considerada de guerra. Estamos prevendo a instalação de uma base caráter bélico, para abrigar um grupo de caça, a fim de proteger Brasília. Propusemos ao Estado-Maior que se já instalada em Planaltina.

A base aérea de Brasília, que somos obrigados a aproveitar, nasceu em lugar errado, errado tanto para uma base militar como para um aeroporto civil de cidade como Brasília.

Esse local foi utilizado e aproveitado durante o tempo da construção da cidade e vai ser aproveitado ainda por algum tempo e, definitivamente, por nós, dado o vulto de instalações que já colocamos lá dentro.

Então surgiu o problema de se melhorar aquelas instalações precaríssimas que chamaram de Aeroporto de Brasília. Construíram barracos de madeira, em caráter provisório, naturalmente, e que perduram nesse caráter inicial da formação e no crescimento da Capital. Mas agora, porém, essas instalações que existem não comportam mais as necessidades de Brasília, mesmo porque já não oferecem mais segurança. São, como disse, instalações precárias, feitas de madeira, que estão quase caindo. Mesmo o aumento da cidade, o aumento da incidência dos aviões comerciais em Brasília já determinam a necessidade de uma estação maior de passageiros.

O Ministério da Aeronáutica tomou providências, designando uma comissão que está tratando desse assunto e estudando a localização possível do futuro aeroporto de Brasília. Acontece, porém, o seguinte: na fase que estamos vivendo surgiu a necessidade, por implicação de caráter internacional, de se construir também no Brasil, ou melhor, na América do Sul, um aeroporto grande, que será o único deste Continente, um aeroporto para aviões de grande porte, supersônicos, que estamos tentando trazer para Brasília.

Por uma série de razões, que são várias, — eu levaria algumas horas aqui, se tentasse descrever todas as circunstâncias que determinam a localização de um aeroporto — basta que eu diga a V. Exas. o seguinte: não estamos em condições, hoje, de em curto prazo, determinar a localização desse aeroporto intercontinental.

Nós queremos que esse aeroporto venha para o Brasil. Já existem outros países interessados neste problema e muitos deles têm aeroportos, pelo vulto de sua infraestrutura e, inclusive, pelas pistas de que dispõem, pela situação de passageiros, por toda a organização que serve de apoio ao aeroporto, que estão em melhores

condições de construí-lo do que nós no Brasil, mesmo considerando os maiores aeroportos que temos, no Rio e em São Paulo.

Existem, por exemplo, países que têm aeroportos que estão em condições de com ligeiras modificações, ligeiras ampliações, poderem oferecer esses aeroportos como internacionais. O Peru tem esse aeroporto, muito interessante: na Argentina, há o aeroporto Izeiza, que conheço de perto, onde passei dois anos e meio. Esses países estão procurando, por todos os meios, conseguir a esse passo esse aeroporto intercontinental. Advogamos o direito de ser escolhido em ponto no Brasil para construí-lo, pela nossa situação geográfica, pelo nosso desenvolvimento, pois considero perfeitamente, sem nenhuma vaidade, o Brasil como líder da América do Sul. E mais, com a convicção do que eu aprendi na minha vida de militar, estudando o problema estratégico, o Brasil será o centro, a base de um futuro centro de poder que será, finalmente, queiram ou não, o maior centro de poder do mundo. A América do Sul vai conseguir esse centro de poder do futuro e o Brasil será a parte fundamental desse centro.

Hoje os estrategistas do mundo, inclusive os próprios norte-americanos, admitem que isso vai acontecer e que ocorrerá tão mais rapidamente quanto maior for o entendimento que possa existir entre os elementos civis e militares bem intencionados do Brasil.

É com essa satisfação que venho, hoje, trazer este meu depoimento e apelar para que os elementos do Congresso procurem entrar nos portões que nós abrimos no Congresso para que nós conheçamos mais de perto, a fim de que mais de perto sintam as nossas necessidades de construir, mais depressa, nesse grande País, essa base, que será, fatalmente, dentro de 100 anos, um centro de desenvolvimento.

Esse aeroporto intercontinental, pelos nossos ligeiros estudos, está mais ou menos estabelecido que deverá cair num polígono compreendido entre Salvador, na Bahia, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Ora, é muito justo que a Força Aérea, que também está colaborando com o progresso de Brasília, que também está interessada no desenvolvimento dessa porta de entrada para a Amazônia, desta Capital do futuro maior centro de progresso do mundo, lute por que esse aeroporto intercontinental seja aqui construído, coincidindo, na medida do possível, com o aeroporto internacional que Brasília deverá possuir. Isso nos traz uma série de vantagens, especialmente para Brasília, coração do Brasil.

A Comissão designada pelo Ministério da Aeronáutica já está estudando esse problema, que não é fácil, hoje, dado o desenvolvimento técnico-científico que atira com a aviação mais para cima. Basta que se olhe para trás e veja o desenvolvimento da nossa aviação, para que se tenha a convicção desse progresso assegurado, a cada dia que passa.

Às vezes, num dia, temos desenvolvimento de tal monta que modifica planos que estão feitos, que estão sendo trabalhados durante anos, e que vemos que passam, esses planos, a ser obsoletos, com o desenvolvimento técnico, científico, com o progresso da aviação.

Estamos esperando aviões de grande porte, aviões supersônicos.

Os Estados Unidos da América do Norte, o país que, atualmente se apresenta com praticamente 100 anos de avanço, de progresso sobre o nosso, está fazendo testes, está utilizando cidades como cobaias para verificar as implicações no povo, na gente das proximidades de aeroporto dessa natureza para aviões supersônicos, principalmente quando há aquela passagem da barreira do som.

Os médicos, hoje estão voltados para esses problemas que devemos observar porque esse tipo de aeroporto, para comportar tal tipo de avião, apresenta uma série de implicações. Assim é que o Ministério da Saúde vai ter que tomar parte, colaborando para a escolha, inclusive, do local.

Para a construção de tal tipo de aeroporto há uma série de providências preliminares que necessitam do estudo de uma comissão durante, pelo menos, seis meses, e ressalto que é uma grande comissão de alto nível que deve estudar tais problemas.

Todo esse trabalho é necessário para que se possa escolher o local, para que se possa então, a começar a projetar o aeroporto que será construído especificando todas as possíveis soluções para os problemas que certamente surgirão. Essa construção, ainda, envolve problemas de tal ordem, problemas de engenharia, que durará no mínimo 10 anos, depois de escolhido o local, depois de projetado tudo que precisa um aeroporto dessa natureza.

O problema, como os Senhores podem observar, não é pequeno, é muito to grande e envolve uma série de elementos na fase inicial de sua construção.

Pois muito bem, a Força Aérea Brasileira está estudando esse problema e não descurou do problema do aeroporto de Brasília, sem considerar o aeroporto intercontinental. Então, começou a pensar em melhorar a estação de passageiros. Pensou que, como nesse lugar errado, onde existe o aeroporto atual, nós já havíamos empregado uma grande quantidade de dinheiro, já havíamos empenhado muita coisa no progresso dessa base de transporte; pensou em melhorar essas instalações que existem, hoje, como aeroporto de Brasília com o objetivo de fazer uma estação de passageiros para a base de transporte militar que está plantada nesse local. E como vamos ter de carregar esse fardo pesado em benefício do povo de Brasília, então, faremos uma estação de passageiros, que será utilizada exclusivamente para uso do transporte militar nesse campo, que todos os Srs. conhecem muito bem e sabem o que é, realmente, sem vaidade minha, por pertencer à FAB, por pertencer ao corpo do CAN — a obra de beneficência executada pelo Correio Aéreo, obra formidável de congracamento levando recurso a essas cidades completamente isoladas, onde o povo vive em condições mais baixas de miséria, de cultura e de saúde. A FAB arca sempre, através desse transporte, pelo Brasil afora, como esse ônus, trabalhando com orgulho, com devoção, para servir ao País.

Se V. Exas. examinarem a atuação da FAB em tempo de paz, essa Força tremenda e agressiva em tempo de guerra — porque, pela própria natureza, temos, hoje, um grande movimento — verificarão que temos possibilidade de assumir um encargo verdadeiramente grande. A FAB emprega quase a totalidade das verbas que são destinadas ao nosso Ministério — 79,7% — em benefício dos municípios — graças a Deus!

Verificarão, ainda, que o País emprega com a Força Aérea Brasileira apenas 11% do seu orçamento. E não reclamamos isso; carregamos isso como uma cruz, porque queremos salvar o Brasil.

Quando V. Exas. se aproximarem mais da nossa Força Aérea, quando virem o que se faz na Força Aérea, não precisaremos pedir; temos absoluta certeza de que o Congresso vai oferecer-nos aqueles recursos, aqueles bens de que estamos necessitando. Vivemos carregando esses fardos pesados sem sobrecarregar os representantes da nossa gente, porque vivemos numa época de recuperação, em que os problemas são todos difíceis.

Pois bem, pretendemos, então, fazer em Brasília uma estação de passageiros que atenda às necessidades da FAB, prestando colaboração a Brasília, para que essa estação possa atender às necessidades do povo da Capital federal enquanto se estuda o local, enquanto se projeta a futura estação de passageiros do Aeroporto Civil de Brasília, que poderá servir para aviões domésticos, internacionais, intercontinentais. Estamos fazendo esforços para que isso aconteça, levando em conta, naturalmente, os meios disponíveis.

Esta a resolução que a FAB adotou. Havia alguns projetos, inclusive esse do arquiteto que se chama Dr. Niemeyer, reconhecido internacionalmente como um homem de capacidade indiscutível, e que nós também não discutimos. Ao contrário, apoiamos essa capacidade técnica. Tanto que se os Srs. Senadores tiveram oportunidade de visitar uma das nossas obras, a escola que temos em São José dos Campos, verão que ela foi construída por projeto do Dr. Niemeyer. E que estamos muito satisfeitos com o que está lá e que nos tem projetado no mundo como uma das melhores obras arquitetônicas que existem. Já ouvi a opinião de engenheiros de diferentes países e colhem palavras de elogios que só nos envaidecem, apesar de essa obra ter-nos levado grande parte das nossas verbas do Ministério da Aeronáutica.

Mas dela nos orgulhamos, porque é em benefício do Brasil, da formação de homens para diferentes setores de atividades, que vão ajudar a carregar as costas este Pedestal do futuro centro de poder do mundo.

O Dr. Oscar Niemeyer, como outros arquitetos e o próprio Doutor Sérgio Bernardes, apresentaram projetos, que também foram levados em consideração, para a construção da estação de passageiros do Aeroporto de Brasília.

Acontece que a FAB resolveu o problema da maneira mais econômica, mais eficiente e mais rápida, de bem servir, de construir uma estação de passageiros para base de transporte. É o que vamos fazer. As concorrências já foram aprovadas e a obra vai começar, sem que isso possa absolutamente ferir, digamos, o amor próprio do Dr. Niemeyer ou de qualquer outro arquiteto que tenha colaborado com projeto ou esboço dessa estação de passageiros. Isso apenas foi colocado de lado, temporariamente. Se outros arquitetos porventura quiserem apresentar projetos nós agradeceremos muitíssimo essa colaboração, porque quanto maior for o número de projetos maior será o cabedal na mão da Engenharia da Aeronáutica, que é o órgão competente para a escolha dessa infraestrutura, para que saia amanhã um Aeroporto civil realmente à altura da nossa Capital.

Não existe polêmica, não existe razão de exploração da Imprensa, e se este caso for olhado mais de perto vão ver que não haveria necessidade deste encontro, a que compareço com muita honra. E sempre estarei à disposição dos ilustres Senadores do Brasil, tantas vezes quantas forem necessárias para qualquer esclarecimento.

Não havia necessidade deste desgaste se anteriormente tivéssemos estabelecido um contato mais aproximado, que julgo de utilidade e salutar especialmente para nós, da Força Aérea Brasileira.

Muita s vezes, quando um homem de visão visita as nossas organizações, apresenta sugestões que são uma maravilha para nós. É uma pedrinha que estava faltando, sugerida por uma cabeça brilhante que chega até lá mas é preciso o que fiquem conhecendo de perto como agimos, porque às vezes não somos bem entendidos pelo próprio Senado, pelo próprio Governo, voltado para uma sa-

rie de problemas e que, em certas ocasiões, olhe-nos sem aquela importância que nos devia dar. Então, quando se percebe, desencadeia-se uma série de operações que vão ao encontro de nossas necessidades.

Por exemplo: o problema do aeroporto de Brasília, que os jornais tanto têm publicado. A imprensa necessita de assuntos para viver. O interesse é que, tanto os elementos do Governo como os que pertencem a esta forma, a esse poder, — e não a considero os órgãos de difusão do pensamento, — devem aproximar-se, devem conversar-se mais, para que possam orientar nosso País, para não obrigar às vésperas o Congresso a tomar determinadas medidas que, a certo ponto, seriam desnecessárias, se a opinião pública fosse devidamente esclarecida, dentro do princípio de patriotismo de que tanto nos orgulhamos.

Os Senhores Senadores vêem o esforço da Força Aérea em Brasília. Embora tenha cingido há pouco tempo, outros companheiros meus, por aqui já passa um, já se sacrificaram também nessa mesma direção. Agora propuseram às outras Forças a criação de um colégio militar conjunto das três Forças Armadas, a criação de um CPOR conjunto, para formação de oficiais, aproveitando essa raparica, essa mocidade formidável que está na nossa universidade e sedentária de pregação cívica, que falta em todo o nosso território e não apenas em Brasília. Então estamos preocupados em transmitir a essa mocidade essa vibração cívica. Eu, por exemplo, embranqueci meus cabelos sempre vivendo com essa idéia. Mas a verdade é que, quando nos observam a nós, militares, sempre não têm idéia das dificuldades que enfrentamos, de nossas lutas para pagamento de nossas contas, ao final do mês. No entanto, vivemos satisfeitos e trazemos nossos filhos para este meio.

Ainda no meu caso, tenho um filho que é cadete da Aeronáutica e do qual me sinto muito orgulhoso, mesmo sabendo que ele encontrará, na vida militar, a série de dificuldades que encontrei. Tenho outro filho que está estudando economia e que, naturalmente, vai ganhar muito mais que aquele que seguiu minha carreira e que se vai sacrificar, como eu, pelo Brasil. Sinto orgulho disso. Sei também de muitos civis formidáveis que se sacrificam da mesma forma, pelo mesmo ideal. Mesmo porque não há distinção, entre o civil e o militar. O civil é o militar à paisana e o militar é o civil fardado. A guerra é total. Quando tivermos necessidade de morrer para defender o Brasil sei que eu, que estou fardado, não vou morrer sozinho. Morreréi de braço com os civis, com o irmão que somos todos.

Então, não há essa preocupação nossa de distinção. Pelo contrário, preocupa-nos a aproximação cada vez maior, e quanto mais houver essa aproximação entre nós, militares e civis, mais o Brasil ganhará com isso e mais rapidamente formaremos esse centro de poder.

Dal nossa preocupação de fazer do aeroporto militar em Brasília servir, temporariamente, à população de Brasília, até que o aeroporto da Capital seja localizado, projetado e construído.

Ninguém tenha dúvida, isso vai demorar, no mínimo, andando muito rápido, cinco anos. Isso a toque de caixa e a Força Aérea Brasileira está aí para aguentar cinco anos; não sózinha, vamos precisar do apoio da Prefeitura de Brasília, vamos precisar de compreensão do Congresso, temos necessidade de trabalhar em conjunto, para bem servir o País.

Esse problema do aeroporto de Brasília, para mim, já era coisa superada.

Ele teria de sair certo, correto, com a melhor das intenções, vai sair. E o aeroporto de Brasília, em cujo projeto, inclusive, o Dr. Niemeyer colaborou, é coisa para um futuro próximo e vamos concluir o projeto do Dr. Oscar Niemeyer e mesmo um memorando, ampliado pelo próprio arquiteto, como se fosse a síntese de todos os pontos de que quer que se ouça, sem dúvida de caráter político, porque não nos interessa ler na consagração do aeroporto, as encasneladas de ideias, idéologias, o projeto de uma obra formidável para que o País possa servir nas suas organizações de caráter.

Tenho a impressão de que esse problema do aeroporto de Brasília já está perfeitamente esclarecido e pôde-se ir diretamente à disposição de todos os Senhores Senadores e de quem quer que seja para qualquer esclarecimento que eu esteja à altura de dar, apenas fazendo a seguinte ressalva: não sou engenheiro, sou oficial-morador. De maneira que meus conhecimentos técnicos especializados no assunto são limitados. Conheço alguma coisa, como os Srs. Senadores também. É possível que, pelo fato de ter enviado esta farda durante trinta anos e de ter pilotado aviões, tenha alguma experiência. E é essa experiência que ponho à disposição dos Srs. Senadores, de criação de aeroporto, para, na medida do possível, responder as perguntas que forem formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Depois da exposição feita pelo Brigadeiro Alfredo Corrêa, vamos deixar livre a palavra para os Senhores Senadores. Antes, porém, gostaria que o senhor informasse quanto custará à Nação a construção desse aeroporto provisório de acordo com a concorrência que foi feita.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — Por tudo que conheço desse problema, a concorrência foi pública e aberta pela nossa Diretoria de Engenharia, como de direito. E, pelo que me consta — já está escrito em algum lugar, de que não me recordo, — essa obra importará em sete milhões de cruzeiros novos.

Então, quando se vê uma soma dessa natureza, pode-se pensar que é muito dinheiro. Se os Srs. Senadores considerarem a construção de aeroporto na França, que importa em 450 milhões de cruzeiros novos, se os Senhores considerarem, por exemplo, um vai ficar em muito mais que isso, concluirão que sete milhões são praticamente nada.

Mas acontece que esses sete milhões de cruzeiros não serão empregados provisoriamente e, sim, definitivamente. A estação de passageiros não é obra para se desmanchar amanhã, não é provisória. Vai servir como estação de passageiros, vai servir à população civil enquanto se constrói o aeroporto civil e vai servir, futuramente, como base militar de Brasília. Portanto, sete milhões não são nada pela utilização que a obra vai ter. Mesmo que fosse desmanchada futuramente. Aqui mesmo, em Brasília, muita coisa construída está sendo desmanchada, como, aliás, se faz em muitos outros lugares. Mas, essa não é para desmanchar, vai ser aproveitada como aeroporto militar, o dinheiro empregado vai ser aproveitado, é dinheiro limpo.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Tem a palavra o Senhor Senador Petrólio Portela.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Senhor Presidente, parece-me que o problema do aeroporto está condicionado à localização definitiva do aeroporto civil de Brasília.

Pergunto a V. Ex.ª se essa conclusão minha é válida.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — Exatamente. Perfeitamente verdadeira.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Então o problema do projeto não apresenta nenhum impasse, não há dúvida, qualquer que seja ela, no conhecimento, digamos, à tramitação do projeto Niemeyer. O que existe é um atraso a ser feito relativamente ao aeroporto civil de Brasília, onde se localizará a estação de passageiros a ser planejada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, ou outro que se habilitar para tanto.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — Quanto mais, melhor.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Então.

O problema se situa, então, na base, partindo do princípio de que haverá um tipo de natureza técnica na localização atual do aeroporto. Não é isso?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — Perfeitamente.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Eu me dou por satisfeito e felicitado V. Ex.ª pela magistral explicação que nos está prestando, elucidando um problema que estava situado, segundo me parece, a base, digamos, supostamente verdadeira. Então, a argumentação que se tem desenvolvido não é ainda tempestiva.

Espero — e são os meus votos — que o arquiteto Oscar Niemeyer colabore para que as suas linhas, mais uma vez, se finquem em Brasília — as linhas arquitetônicas maravilhosas dos seus projetos. Em razão disso, só tenho razões para felicitar V. Ex.ª e, já agora, me felicitar, porque ontem eu dizia que tinha a certeza de que não era possível uma prevenção contra um homem do porte técnico e artístico de Oscar Niemeyer. Evidentemente que não. Outros homens discordam das suas idéias, mas sua obra não tem nada a ver com a ideologia. Não posso entender onde poderíamos encontrar ideologia num projeto de aeroporto, principalmente porque os pressupostos técnicos têm de ser atendidos. Não é verdade?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — Perfeitamente!

O SR. PETRÔNIO PORTELA — De maneira que sou muito grato a V. Ex.ª.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Sr. Presidente, temos que reconhecer que o ilustre Comandante da 6ª Zona Aérea é um ótimo expositor. E não vamos aceitar a tese de que não eram necessárias estas ruínas — a de ontem como a de hoje — porque, na verdade, estávamos na mais completa perplexidade diante das notícias que corriam, no Brasil inteiro, sobre o assunto, que não é simples, que é de grande importância, principalmente num mundo conturbado e ameaçado como o nosso.

Dizia-se que o Ministério da Aeronáutica havia rejeitado, *in limine*, o Projeto Niemeyer. Hoje, estamos aqui, e o País será completamente esclarecido sobre este assunto. A palavra oficial do Comandante da 6ª Zona Aérea esclarece completamente a questão: não houve rejeição desse projeto. Ele não foi, sequer, analisado, porque o momento ainda não chegou. Em segundo lugar, foi declarado, taxativamente, que a Aeronáutica reconhece o valor, a cultura técnica no campo da arquitetura, do nosso contemporâneo Oscar Niemeyer, e citou como um exemplo para o mundo a obra realizada em São José dos Campos, com o que, realmente, todos somos acordes. Terceiro, que o Ministe-

rio vai abrir perspectivas para todos os arquitetos do Brasil, a fim de que, havendo essa concorrência no domínio da competência de cada um, se chegasse a um entendimento muito melhor do problema. E, quípro, a questão é de localização.

Então, e, cumulo, hoje, uma exposição do Senador Gonçalves Vianna, quando S. Ex.ª nos tratava de assuntos técnicos no âmbito da Aeronáutica, e a primeira ocasião em que o campo havia sido mais esclarecido, o atual campo de política pública, porque nas condições de tempo, pode chegar a qualquer momento a uma solução que não encaregamos ao País uma obra de caráter técnico, de caráter econômico, já foi a solução para o OVACAR. Então, a questão é de caráter técnico para que a obra seja feita e o futuro aeroporto de Brasília, segundo a Aeronáutica, deve ser uma obra digna da capital de um país novo que, dentro de pouco anos, será referência de primeira classe no campo econômico-financeiro. É preciso evitar que, aquele tempo, não se tenha chegado a um entendimento para a pacificação geral do mundo.

Então, não sei o que os devotados perguntar mais. A obra não é de emergência para aproveitamento do que já existe, para um fim determinado — transporte aerodoutar, partindo-se daqui para as regiões as quais distantes do País. Todos sabemos da grande obra das rotas aéreas deste País. Não vamos discutir o assunto, que é do conhecimento de todo o povo brasileiro. Aproveitar-se, provisoriamente, a obra a ser realizada para pouso de aviões comerciais de passageiros até que o aeroporto definitivo seja localizado e construído.

Estou vendo se consigo apreender o pensamento do Brigadeiro Alfredo Corrêa. Ainda se discute se esse aeroporto será exclusivamente doméstico ou servirá também às linhas internacionais ou ainda às rotas intercontinentais, pois algumas nações assim o desejam.

Pelo que vimos ontem, acreditamos que a questão não é ideológica e felizmente, porque seria triste que se fixasse o problema neste aspecto. Estamos satisfeitos porque vemos confirmado o nosso pensamento. A promoção feita pela Comissão do Distrito Federal — sabíamos — haveria de clarear os espíritos.

Vimos, ontem, um homem de grande cultura, numa linguagem simples, demonstrar o seu apreço pela Aeronáutica do Brasil e o seu desejo de trabalhar para a grandeza deste País. Propagava-se que a Aeronáutica não queria o diálogo e foi o que nos levou a sensibilizar-nos. No entanto, hoje, vimos um homem de categoria de nossas Forças Armadas, numa linguagem também simples, expor o pensamento da Aeronáutica a respeito do assunto e acredito que era isto e é isto que o Senado deseja, a Comissão do Distrito Federal deseja, o Brasil deseja — esse entendimento, essa compreensão. Interessa-me a política da Aeronáutica, a política administrativa, a política de construção deste País. É o que me interessa sobremaneira, porque acima de tudo somos brasileiros. Este, o ponto fundamental.

Brigadeiro, desejo sinceramente que as palavras que proferiu, hoje, aqui, sejam para um melhor entendimento e uma melhor compreensão. Que o Arquiteto Niemeyer se sinta mais feliz ainda por ter sido entendido, porque as palavras do Brigadeiro revelam a compreensão, e que nós tenhamos, então, o seu belo projeto talvez aperfeiçoado, talvez modificado ainda, apreciado pela Aeronáutica. É que aquele que foi o mais completo, à época da construção do Aeroporto, seja feito. Espero que tenhamos, o mais depressa possível, iniciada a grande obra, que projetará ainda mais a Capital da República do Bra-

sil neste nosso mundo, — a construção de um aeroporto internacional em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abranches) — Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Brigadeiro Alfredo Corrêa, o problema Aeroporto de Brasília, a controvérsia que se julgou existir, como bem disse o nobre Senador Aurélio Viança, deixou de existir. De maneira que desejo pedir permissão ao Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal para, fugindo um pouco ao assunto, congratular-me com V. Ex.^a pela expressão que usou quando afirmou "o militar é um civil tardado". É o que estamos necessitando de compreender, neste País, numa hora tão difícil e decisiva para a nacionalidade. Sinto, com emoção, que estamos justamente no regime que o País reclamava, dos militares compreenderem que nós civis, principalmente políticos, nós Congressistas, aqui estamos no melhor desejo de servir a Nação.

Acreditamos que os militares, acima de tudo, estão a serviço do Brasil.

Deveria, em data oportuna, falar da tribuna do Senado às autoridades competentes para que fosse criado o CPOR de Brasília, e V. Ex.^a com seu entusiasmo de pai, contagiou-me. É preciso que se faça, cada vez mais, justiça à juventude de Brasília. Ela, absolutamente, não quer senão servir ao País, o que ela deseja realmente é que se lhe dê oportunidade de viver como a juventude sempre desejou viver e precisa viver.

De maneira que o apelo que faria da tribuna não tinha mais por que fazê-lo, pois sei que a idéia está justamente em boas mãos, nas mãos de V. Ex.^a. Espero que o CPOR, que a criação do CPOR seja, muito em breve, uma realidade. É porque o CPOR se constituirá num dos grandes centros que nossa juventude vai frequentar, para, sobretudo, aprender a amar cada vez mais o Brasil, minhas congratulações a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abranches) — Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, Sr. Brigadeiro Alfredo Corrêa, quanto a mim, a questão de que estávamos cogitando, de que estávamos tratando está inteiramente liquidada. Já havíamos ainda há poucos instantes, eminente Companheiro nosso do Senado trazer os esclarecimentos que o Sr. Brigadeiro Alfredo Corrêa acaba de confirmar com excepcional brilhantismo.

A meu ver, a questão tinha dois aspectos: o econômico e o técnico. Quanto ao aspecto econômico, verificamos que os recursos que a Nação vai despendendo, para a construção do aeroporto de Brasília, a que V. Ex.^a se referia, a aplicação vai ser perfeita, vai ser justa, vai ser necessária pois vai tratar-se, sobretudo, da construção de uma obra de caráter definitivo. Esse o aspecto econômico. O aeroporto vai ser construído para fins militares mas servindo, providamente, para a aviação civil, nacional ou internacional.

Quanto ao aspecto técnico nós tínhamos ouvido, ontem, o grande arquiteto Oscar Niemeyer e a brilhante exposição que fez com simplicidade, como salientou-se aqui, e nos foi inteiramente satisfatória, pois vimos a ausência de animosidade e um interesse superior de servir ao Brasil, ao progresso de Brasília e à consolidação, cada vez maior, desta grande cidade que hoje é a Capital da República.

Sob o ponto de vista técnico — como disse V. Ex.^a e alguns companheiros que falaram — é preciso que não se tenha uma visão bilateral. Não é apenas a grande capacidade técnica do cientista Oscar Niemeyer

que virá influir na decisão da construção da obra, porque ela encerra, além da capacidade técnica de caráter civil a capacidade técnica de caráter militar e, naturalmente, haverá uma junção para a construção da estrutura da obra a se realizar.

Assim sendo, diante desses esclarecimentos temos o seguinte: primeiro, não se trata do aeroporto civil definitivo. Em segundo lugar o aeroporto militar, virá suprir as falhas do aeroporto civil, ou a quase inexistência, deste, circunstância que me agrada e satisfaz de modo completo.

Só tenho razões, esclarecidas todas as dúvidas como estão, no momento, de congratular-me com V. Ex.^a, não só pelo brilho da exposição que acaba de ser feita, como pelo espírito patriótico que V. Ex.^a acaba de salientar, como disse o nobre Senador Cattete Pinheiro, convocando a união de elemento civil e militar para o engrandecimento, o progresso de nossa Pátria.

Eu me congratulo com V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abranches) — Com a palavra o nobre Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS — A FAB não carece de nenhuma manifestação de solidariedade quanto aos trabalhos que tem realizado no País porque, se há um campo onde o País inteiramente está integrado é naquele em que o Brasil é uma Nação de vocação aérea.

Não precisamos rememorar o orgulho que a Nação tem de sua aviação militar, de seus pioneiros, como, também, não precisamos lembrar que esta Casa, ou melhor, o Congresso de certo modo, ainda que às vezes com sacrifício de verbas para serviços civis, sempre tem atendido às solicitações dos diferentes Ministérios militares. Mas registro com prazer, e não apenas como um registro de ordem protocolar, as palavras do Brigadeiro Alfredo Corrêa, palavras que não me surpreenderam, por sinal, quando lembra a necessidade de uma identidade mais próxima entre civis e militares.

Quero valer-me desta oportunidade para dizer que a minha maior preocupação nestes anos, sobretudo nos últimos três anos, é ver, devido à contingência de fatores políticos nos atentados contra a segurança nacional, que a paixão ou outra razão venha criando um certo fôssco entre os civis e os militares. É mais grave ainda: entre as gerações novas e as gerações velhas.

De modo que a palavra levantada, de início, pelo Brigadeiro dá-me ânimo e vem confirmar certa dissensão que tenho tido com companheiros de Partido, sobretudo na última convenção realizada em Brasília: ainda que tenhamos, justa ou não, natural ou não, certas mágoas transitórias de alguns setores que haviam, em determinado pronunciamento militar de certo modo, torcido a serena trajetória política do País, nós temos que nos inspirar para não permitir que essa vála aumente.

Ao contrário, nós temos que nos entender. É e nesse propósito que aqui estamos. Eu fugiria a esse propósito se dissesse ao Brigadeiro que estou satisfeito com a sua exposição com relação a determinados detalhes do problema. Ao contrário dos seus colegas, eu ainda não estou sentindo como a minha sensibilidade talvez um pouco embotada de jornalista e de homem público, não estou sentindo ainda que o problema tenha sido solucionado. Admito que ele venha a ser, realmente, se dermos corpo a esse pensamento — cada um de nós deve revestir-se de humildade, ainda que ocupe alto cargo ou que disponha de grande força, dessa humildade cristã que deve haver quando existir divergência entre duas partes.

No caso, penso que há divergência de autoridade, ainda que possa ser di-

vergência operante. No meu modo de encarar os acontecimentos, considero que o Ministério da Aeronáutica é, realmente, o organismo com autoridade, de para falar sobre determinados aspectos do assunto, talvez os mais fundamentais. Entre esses, vamos dizer, o que se refere à segurança nacional, o que se refere à segurança de voo, o que se refere à previsão de ordem técnica, que já existe e se admite que se vá multiplicando, com relação a aeronaves e outros sistemas relacionados com a aviação.

De outra parte — porque não estamos encarando a pessoa do arquiteto, não estamos nem admitindo que se confirme a frase bíblica que foi uma das frases mais amarguradas de Cristo, quando disse que "ninguém é profeta na sua terra" — não quero encerrar circunstância de um homem consagrado no mundo inteiro, inclusive para abordar projetos desta ordem, vir a ser aquele que, na verdade, na sua terra, não é compreendido.

Ele, o arquiteto, encarou o assunto, como membro de um organismo ao qual pertence, que é aquele que tem a incumbência de zelar pela paisagem arquitetônica da nova capital do Brasil. Do mesmo modo que é do dever dos homens da Aeronáutica zelar pela segurança de voo, pela segurança nacional no terreno militar e, também, pela previsão do adiantamento da aeronáutica no mundo, a esse arquiteto, como membro desse organismo, compete zelar pela preservação da paisagem da cidade, em todos os seus ramos.

Ontem, tive oportunidade de lembrar que quando — e eu pertenço, na Câmara dos Deputados, à Comissão que tratava da mudança da Capital — começaram a surgir os primeiros passos para a construção de Brasília, um dos Poderes, no caso o Poder Legislativo — que era do mesmo nível, perante a Constituição, que o Poder Executivo — com ela concordando, formou uma comissão de técnicos, de engenheiros pertencentes ao seu corpo legislativo, tanto da Câmara quanto do Senado, que aceitou um princípio: o de que a linha mestra, a linha paisagística do progresso e do desenvolvimento da Região, cabia ao órgão que havia sido constituído por lei. A nós, parlamentares, a nós membros de um Poder equivalente ao outro Poder, caberia o direito de resguardar a parte funcional, cooperar para que parte funcional se desenvolvesse em absoluta associação com a parte arquitetônica. O mesmo aconteceu com o outro Poder, o Judiciário, todos cooperando para que, de um lado, formassem aqueles que tinham a responsabilidade na arquitetura da cidade e, também, na parte urbanística, e, inclusive, do seu progresso. Enquanto que os Poderes Legislativo e Judiciário entravam com sua cota no sentido de dizer o que desejavam para funcionar bem com as suas necessidades e carências.

Ora, se esses dois Poderes assim agiram, o Poder Executivo também deu o mesmo exemplo, fazendo uma delegação de atribuições a essa Comissão, de modo que cada Ministério ficou exclusivamente com a prerrogativa de dizer quais eram as necessidades do seu ramo e trocar impressões, inclusive corrigir, se fosse o caso. Mas ficavam, praticamente, submetidos aos aspectos urbanísticos da nova cidade.

De outra parte, se assim não fosse, dentro de pouco tempo, iríamos ver a transformação da fisionomia da cidade, porque essa dúzia de Ministérios e de outros órgãos de constituição mista, se cada um deles tivesse o direito de decidir sobre as linhas gerais da arquitetura de Brasília, em pouco tempo a cidade teria sua fisionomia deformada. Então, aquilo que se fez, no passado, às pressas, "às canaladas", como foi dito pelo Presidente Juscelino Kubitschek, tem erros. Este edifício os tem, como todos têm, mas basta olhar-se para esta cidade, sabendo que há sete anos atrás

nada existia, para se ver que é um milagre de afirmação e de dinamismo do povo brasileiro, que paga tudo o que, porventura, tenha custado.

Na verdade, V. Ex.^a, definiu bem Brasília, quando disse que "Brasília é a porta da Amazônia", hoje, uma das preocupações de nossos Congressistas, é também dos militares.

Não vamos entrar nesse terreno que é vasto e apaixonante. Acontece que, no meu modo de entender, até certa época, segundo o noticiário, as autoridades da Aeronáutica ouviam os responsáveis pela parte arquitetônica de Brasília.

Tenho, aqui, em mãos — não me foi dada agora, porque a tenho há vários meses no meu arquivo — uma carta publicada em "O Globo", em 16 de dezembro do ano passado, dirigida ao Dr. Roberto Marinho e assinada por Lúcio Costa.

De uma singeleza, de uma simplicidade absoluta, Lúcio Costa é, realmente, um gênio consagrado pelo mundo inteiro. Não está debatendo a matéria, mas foi o grande projetista da cidade. Vou tomar a liberdade de ler um pequeno trecho da carta que dirigiu ao Dr. Roberto Marinho, onde diz:

"Tive hoje conhecimento da notícia, publicada sábado, referente ao aeroporto de Brasília. Alguns dias antes havia tido uma audiência com o Brigadeiro Castro Neves, Diretor-Geral de Engenharia, que me deu a conhecer o seu ponto de vista sobre o assunto. Embora acentuasse o aspecto funcional do problema, verificável no transcurso da nossa conversa franca e cordial, que, no fundo, como tantas vezes antes, estavam principalmente em jogo conceitos de ordem estética e subjetiva."

Proseguindo na carta com a segurança de que não seria quebrado esse espírito de entendimento entre as autoridades da Aeronáutica e os responsáveis pela arquitetura de Brasília, em certo trecho, diz então:

"... não se justifica que, ao abordar o problema do aeroporto, ou seja, de uma das partes integrantes da composição desse todo que é a Capital, parte esta cuja importância não é apenas de ordem funcional, mas simbólica, e até mesmo lírica, se me permite a expressão..."

e aí vem a grande homenagem,

"...pois foi pelo ar que a cidade nasceu..."

Então, vê V. Ex.^a que o arquiteto Lúcio Costa também reconhece, com aquela candura, que não temos armas de preservar a parte arquitetônica, mas também que atentar para a parte lírica — a cidade nasceu pelos ares. Quer dizer que a cidade é filha do ar. Então se torna muito mais fácil o entendimento quando se observa que aqueles que são guardiães da arquitetura de Brasília e estão identificados com o aeroporto, reconhecem que a cidade nasceu pelas mãos da aeronáutica.

Até aqui eu confesso que estava na suposição errônea de que se tratava de um aeroporto civil em Brasília. Aquela gare, embora administrativamente subordinada à Aeronáutica Militar, como todos os aeroportos, era de passageiros civis, de construção precária evidente a qualquer olhar. Mas havia sido obedecido um critério e parece que agora vai ser modificado, que é fazer um aeroporto para passageiros civis que deve ser solicitado por muito mais gente do que o de passageiros militares. E pelo que compreendi da exposição do Brigadeiro Alfredo Corrêa, pretende-se agora dar prioridade à estação militar que poderá ser utilizada por passageiros civis.

Entendo, assim, que todo o debate que tem havido tem sido de grande alcance e de muita oportunidade por-

que até eu, que estou em Brasília, — e devo estar bem informado — ignorava que esse aeroporto era militar.

Toda discussão, realmente, não converge para o mesmo tema. A impressão geral é de que o Doutor Lúcio Costa, o Doutor Oscar Niemeyer, enfim, o País considerava que o que se pretendia era a construção de um aeroporto, ou pelo menos uma gare para passageiros da aviação comercial. O Brigadeiro-Comandante, porém, informa que isso ficará para depois, será dada prioridade à construção de uma estação de passageiros para a aviação militar. Esta, então, concordará, estenderá a sua utilização aos passageiros civis.

Ai, Sr. Presidente, vem a primeira pergunta:

No Brasil, em matéria de aeroportos de primeira classe, quantas estações, quantas gares há, militares, sem que exista a gare para passageiros da aviação comercial, excluídas as construídas durante a Segunda Grande Guerra no Nordeste?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Não posso afirmar, com segurança, o número, porque temos, no Brasil, vários aeroportos, como por exemplo, em São Paulo, o Aeroporto de Congonhas, praticamente civil, o Aeroporto de Cumbica, que às vezes serve como aeroporto internacional. Existe o Aeroporto Internacional de Viracopos, que é um aeroporto civil.

Existe também — talvez seja a grande maioria — lugares onde os aeroportos civis servem às organizações militares, e nos sentimos orgulhosos com isto. Por exemplo, o Aeroporto do Galeão, que é Aeroporto Internacional, foi implantado dentro de orientação militar, mas que cedemos uma parte, um lado da pista para o aeroporto civil. O outro lado é a Base do Galeão.

Há um projeto — não sei se o Doutor Oscar Niemeyer colaborou — que foi publicado em várias revistas sobre o futuro aeroporto que será construído no Galeão.

Nada impede, que, temporariamente, os aeroportos civis se utilizem das organizações militares, porque um país pobre como o nosso necessita deste entrosamento, desta colaboração que a Força Aérea Brasileira nunca negou, ao contrário oferece, como agora é o caso.

A FAB ofereceu a Brasília suas instalações para que sejam utilizadas até a construção, em local correto, do novo Aeroporto de Brasília.

Esta Capital tem direito a um grande aeroporto, seja projeto do Dr. Niemeyer, projeto do Dr. Lúcio Costa, projeto de tantos arquitetos que queiram colaborar, sem distinção de cor, de credo político, de religião. Queremos estar mais bem capacitados. A Diretoria de Engenharia, órgão técnico criado para esse fim, e que sempre opinou sobre a construção de todos os aeroportos do Brasil, se reserva o direito de escolher o melhor. Agora, se esse melhor for do Dr. Oscar Niemeyer, não há dúvida de que será escolhido e será construído. É o que queremos.

O SR. MARIO MARTINS — Então verificamos que, realmente, sempre se procurou dar prioridade à construção para passageiros civis. Há o caso do Galeão, decorrência de o Aeroporto Santos Dumont ter deixado de corresponder, uma vez que surgiram aviões de maior porte, exigindo pistas de maior extensão, como há também os dois casos do Estado de São Paulo, a favor da prioridade para as estações de embarque de aviões comerciais.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Não há dúvida alguma de que, encarnado o problema nesse terreno, se fôssemos dar prioridade, agora, para o aeroporto civil de Brasília, teríamos primeiro um estudo que está sendo feito e que vai demon-

rar, pois estudo dessa natureza demanda tempo, demanda despesas inclusive, no aeroporto civil de Brasília, como foi explicado aqui, no começo de minha exposição, estamos tentando congregiar três tipos de aeroporto, pelo ilustre Senador que me honrou por tão bem definidos, há pouquinhos, o aeroporto doméstico, o aeroporto internacional e o aeroporto internacional, no mesmo local. Naturalmente que o barateamento da obra seria fabuloso, mas isso demanda tempo e então Brasília ficaria longamente e não apenas uma temporada, sem esse aeroporto e usando, com perdão da palavra, aquele pardieiro que existe servindo de aeroporto da Capital.

Dêsse modo a melhor solução, na melhor das intenções que o Ministério da Aeronáutica poderia ter, era apressar a construção de uma estação definitiva para nós, que servisse, temporariamente, o mundo civil. Isso enquanto se escolhe, enquanto se projeta e enquanto se constrói o aeroporto que Brasília merece.

O SR. MARIO MARTINS — Quer dizer que isso é o que V. Exa. reivindica para a Aeronáutica, uma vez que não estamos em condições de fazer os dois ao mesmo tempo, que a gare, a estação para passageiros civis será após a construção da gare para atender à aviação militar.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Não reivindicando. A necessidade é que impõe, porque o local para a estação, para o aeroporto civil de Brasília, é condenado até pelo próprio arquiteto Oscar Niemeyer que, embora não tenha, talvez, na montagem do seu escritório, as condições necessárias para a escolha do local, ele mesmo reconhece, pelas razões apresentadas aqui — proximidade do lago e da cidade — ser lugar sem essas condições técnicas exigidas na aviação moderna, principalmente na aviação civil.

Então, a reivindicação é relativa. Nós somos obrigados a construir aquela ali, porque necessitamos da estação de passageiros, servindo o mundo civil, enquanto se vai escolher o local, estudar, aproveitar o projeto do Dr. Niemeyer.

Ele mesmo vai sentir necessidade de modificar o projeto feito àquela época. As condições, hoje, são outras e Deus queira sejam outras ainda amanhã — é desse progresso que necessitamos.

Não tenho dúvida de que o Dr. Niemeyer terá satisfação em rever o projeto, adaptando-o às condições à época em que o aeroporto foi construído. O seu projeto será considerado, deve ser considerado, não só o do Dr. Niemeyer como outros que apareçam.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Em conclusão, Brasília não dispõe de um aeroporto civil, aquele é, realmente, um aeroporto militar.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Perfeitamente, e há ao redor de Brasília várias áreas, muito superiores, para construção desse aeroporto de que Brasília necessita. Inclusive, não é coisa criada agora — e é pena que não tenhamos aqui o mapa da região — já existe uma área muito grande assinalada, onde possivelmente — não podemos afirmar seja esta a área escolhida — será construído esse aeroporto.

O Dr. Niemeyer deve conhecer esse fato, tenho certeza de que o conhece. O Dr. Lúcio Costa também, como os Senadores. Essa área já existe, reservada à construção desse aeroporto e, realmente, oferece condições muito superiores a essa onde estamos ainda instalados, por força de circunstâncias, erradamente.

O SR. MARIO MARTINS — Quer dizer que esse aeroporto é condenado?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Perfeitamente. Para aeroporto militar não, pelo seguinte: os aviões que utilizamos, com sacrifício, são de menor porte, — vai aí uma observação muito importante: nós, do Ministério da Aeronáutica, reservamos, para a aeronáutica civil, uma grande parte das nossas verbas. Os aviões das companhias civis, que são muito superiores aos que nós utilizamos no nosso transporte, são comprados com a ajuda que o Ministério da Aeronáutica dá a essas companhias, subvencionando-as. Nós não reclamamos isso, porque necessitamos do progresso do transporte aéreo civil. Os Senhores Senadores poderão observar, daqui para a frente, aviões supersônicos com capacidade para quatrocentos, quinhentos ou até mais passageiros, pousarem em Brasília.

Nós, da Força Aérea, viveremos mais modestamente, para conseguirmos aguentar essa despesa da aviação civil. Então, nossos tipos de aviões administrada por uma Diretoria comercial serão sempre mais modestos. Daí poderemos dizer que iremos utilizar esse aeroporto durante mais uns cinqüenta anos. Depois desse tempo será condenado para esse tipo de transporte. Mas aí o Brasil já será considerado uma grande potência, e nós poderemos deixar aquilo para aeroclube de Brasília e fazermos poderosa base em outro lugar mais correto.

O SR. MARIO MARTINS — Comungo com o otimismo de V. Exa. em relação ao futuro do Brasil, mas gostaria de continuar, ainda um pouco, com os pés no chão, o que nós que não voamos tanto, apesar dessas viagens semanais, não devemos esquecer.

A conclusão é a seguinte: na verdade, e nós todos sabemos, o País não está em condições, pelo menos em futuro mais próximo, de construir um aeroporto militar e um aeroporto civil. É natural que a posição do Brigadeiro seja a de se dar prioridade à gare militar, mas tenho a impressão, como leigo na matéria, de que ela não tem um movimento de passageiros no mesmo nível da aviação comercial. De modo que, quem está de fora, tem a impressão de que, primeiramente, deveríamos fazer a gare para a aviação comercial, para passageiros comuns, pois nos parece que há movimento maior de passageiros da aviação comercial do que daqueles que se valem das aeronaves militares.

Acho, depois desse debate — momentaneamente, antes dele, o Brigadeiro já vinha animado dos propósitos de congraçamento, de entendimento, de diálogo — que não seria difícil, uma vez que estamos convencidos de que ambas as partes estão sendo movidas por interesse altamente patrióticos — não é questão de paizão, não seria vaidade, não seria prevalecer autoridade — haver um entendimento, uma vez que os objetivos são comuns e as dificuldades são muito grandes e comuns também.

Entem, o Arquiteto Oscar Niemeyer desenvolveu a sua exposição e atendendo a perguntas na sua singela e simples peroração, disse: "O que desejo é ser ouvido pelas autoridades da Aeronáutica".

Pela carta do Arquiteto e Urbanista Lúcio Costa e por depoimento anterior do Dr. Oscar Niemeyer, a impressão que tenho é de que antes, numa certa fase, houve esse diálogo. Ele próprio disse que não sabe, o que há com relação ao projeto dele, que nunca teve uma resposta.

Então, desejaria formular uma pergunta do homem político, porque todos temos que ser políticos no bom sentido, quer civis quer militares. Creio que um esforço podemos fazer, pelo menos para que a conversa que estamos tendo se estenda aos técnicos

responsáveis pela arquitetura de Brasília porque acho que, nesse caso, devem ser ouvidos. Minha impressão, segundo as atribuições que a Constituição concede ao Senado, a propósito da administração de Brasília, é de que, na parte da paisagem, esse organismo deve ser ouvido, segundo a lei.

Então, eu perguntaria ao Brigadeiro: há possibilidade desse diálogo? Por que foi abandonada aquela característica que havia sido estabelecida?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Se V. Exa. me permite, Senador, a resposta já foi dada: o projeto do arquiteto Oscar Niemeyer continua de pé. Ninguém eliminou o projeto Niemeyer. A seu tempo é tão logo seja escolhida a área do aeroporto civil, ele será considerado fatalmente.

O SR. MARIO MARTINS — Mas não será considerado, o aspecto arquitetônico de Brasília em matéria de construção militar?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Nas áreas militares, a própria lei assegura o direito às organizações militares de fazerem a escolha. Na parte arquitetônica da cidade, ninguém colocou de fora o arquiteto Oscar Niemeyer. Recebi, ainda agora, ordem do Senhor Ministro — graças a Deus, porque estamos necessitando — para construção de quatro blocos de apartamentos dos grandes. Vamos construir na Superquadra 110. Mas já estou de olho em outra Superquadra, cujo preço é muito alto, mas vamos ver se conseguimos barateamento para comprar, para beneficiar os soldados. Em todos eles, obedecemos ao projeto arquitetônico de Brasília, não fugimos absolutamente à parte arquitetônica da cidade.

O SR. MARIO MARTINS — Parece que não chegaremos a uma conclusão em matéria de interpretação de autoridade. Segundo esse último depoimento de V. Exa. a Aeronáutica obedeceria a essa Comissão quando se tratasse de construções urbanas, digamos assim.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Perfeitamente!

O SR. MARIO MARTINS — Se saísse dessa área, não teria que ouvir a Comissão sobre o aspecto arquitetônico?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — Exatamente! Aliás, de acordo com a legislação.

O SR. MARIO MARTINS — O que acontece é que Brasília não é apenas a parte urbana. Brasília é um monumento nacional, histórico e artístico.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORREIA — V. Exa. teve oportunidade de ver o projeto de estação de passageiros? Seria interessante que ele fosse visto por V. Exa. Existe uma maquete desse projeto no Rio de Janeiro. O projeto do arquiteto Oscar Niemeyer será também exposto quando for considerada a construção do aeroporto de Brasília. É uma obra bonita, útil, dentro das classificações mínimas. Não podíamos prever, na construção do aeroporto uma organização de passageiros propriamente dita. Temos que fazer economia porque as verbas são pequenas; nossos engenheiros previram nesse projeto a possibilidade de ampliação, inclusive, estabelecendo, dentro da estação, outros órgãos de caráter militar e que graças a Deus, funcionam 90% em nível civil. São as estações. Quando os Srs. Senadores quiserem visitar, será um grande prazer poder levá-los e mostrar como vivemos, em que situação precária, prestando um trabalho formidável à aviação comercial. Todos os aviões comerciais quando

se deslocam, estão-se utilizando de uma rede de técnicos da força aérea, trabalhando de graça para as companhias de aviação comercial. Mantemos toda uma rede de proteção ao voo e é a segunda do mundo, por conta do Ministério da Aeronáutica, servindo 90% dos aviões civis e comerciais. E ali mesmo, nesse aeroporto, quando os Srs. Senadores nos derem o prazer e a honra de uma visita, irão ver as instalações de serviço de proteção ao voo, em barracos de madeira. Depois, com o tempo, vamos passar esse serviço para dentro dessas construções. Quando pudermos ampliar a estação de passageiros e quando se construir o aeroporto de Brasília, aproveitaremos mais militarmente isso que vamos aproveitar mais civilmente agora e enquanto se constrói a estação de que Brasília precisa. Reconhecemos que o ideal seria se agora começássemos esta obra de caráter militar e começássemos, também, a de caráter civil. Seria ideal, mas demanda tempo e não queremos fazer, hoje, em Brasília, uma aberração para ser desmanchada e abandonada amanhã. Queremos o melhor possível para Brasília e é desse espírito de que estamos imbuidos.

O SR. MARIO MARTINS — Estamos convencidos de que ambas as partes têm o mesmo objetivo. Tenho receio de que, no caso, o Ministério da Aeronáutica, com essa posição não se vá distanciando, no que diz respeito a edifícios para fins civis, da legislação relacionada com a construção de Brasília. Confesso que preciso tomar conhecimento melhor da legislação em vigor porque estou em dúvida, porque se o Ministério submete à aprovação a construção dos edifícios no que se refere aos prédios civis, a estação de passageiros também deveria ser submetida a exame.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — O Projeto do Doutor Niemeyer, que já existe, o de Sérgio Bernardes e outros projetos que apareceram serão considerados e submetidos a esta legislação.

O SR. MARIO MARTINS — Uma pergunta, só para terminar — realmente, estou abusando da paciência dos Senhores Senadores — mas se o Ministério da Aeronáutica não depende da aprovação deste órgão, por que submeteu à Prefeitura os seus projetos, suas iniciativas?

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — Antes de vir aqui prestar estes esclarecimentos, humildemente — embora os jornais tenham publicado de outra maneira, e meu objetivo é este sempre, não hoje, mas sempre, se necessário, mas antes de vir aqui, fui chamado pelo Chefe da Casa Militar, e convocado a participar de um debate, onde ele entraria como árbitro. Aliás, por sugestão do nosso Prefeito, o Engenheiro Wadjó da Costa Gomide, foi convidado a dele participar. Assim me deram oportunidade de conhecer um grande brasileiro que é o Prefeito do Distrito Federal. E o que fizemos foi encaminhar à Prefeitura esse projeto. E após as explicações dadas sobre o assunto, o Prefeito Wadjó da Costa Gomide ficou perfeitamente do nosso lado, aprovando o projeto 100%. E o Chefe da Casa Militar, General-de-Brigada Jayme Portella de Mello, transmitiu o resultado ao Sr. Presidente da República.

Dai ter assegurado, aqui, que esta reunião talvez fosse desnecessária. Agora vejo que foi necessária mesmo. Eu dizia desnecessária porque nós, militares, estamos perfeitamente de acordo e desejávamos estabelecer contato com os civis e tendo vindo para Brasília com este objetivo, colocamos-me à disposição de todos, invoco o testemunho do nobre Deputado Padre Nobre — aqui presente — que encon-

trou-me em Buenos Aires, onde eu já fazia esta afirmação.

As portas da 6ª Zona Aérea estão abertas, para qualquer informação, inclusive informações secretas, para que o Congresso Nacional, melhor esclarecido, possa melhor legislar e defender os interesses de nossa Pátria.

Estou de acordo com este contato e se ele tivesse acontecido antes, esta reunião seria desnecessária. Dai a minha afirmação, pedindo desculpas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não sei se entendi bem: há um órgão, criado por lei, para preservar o sistema de construção, a arquitetura, a paisagem humana e natural de Brasília. Todos conhecemos da existência desse órgão.

Creio que a pergunta — e a mim me interessa muito formulá-la nesse teor — é a seguinte: toda vez que a Aeronáutica — poderia ser o Exército, como poderia ser a Marinha — desejar construir, para fins militares, especificamente, em Brasília, ou construir, para provisoriamente servir ao mundo civil, entrará ela em contato com esse órgão específico, para, num entendimento mútuo, preservar essa paisagem?

Creio que é esse o objetivo da pergunta. O brigadeiro responderá. Creio que estou quase autorizado para dizer que não fazemos questão fechada de que o projeto do arquiteto Niemeyer ou outro qualquer seja o considerado. Há um princípio que está preocupando o Senador Mário Martins desde o início.

Há um órgão. Haverá essa colaboração, esse entendimento? Inseri que está havendo. Mas como a pergunta creio eu deve ser específica, no sentido das tentativas do Senador Mário Martins, apresso-me a formulá-la, nesse detalhezinho, nessa minúcia, para um entendimento ainda mais completo. Não sei se me fiz compreender.

O SR. BRIGADEIRO ALFREDO CORRÊA — O problema é o seguinte: Quando se constrói dentro de área puramente militar, não há subordinação e, sim, entendimento. E o caso desse aeroporto. Não sei se V. Ex. teve oportunidade de ler, quando se aproxima do aeroporto, a tabuleta avisando "Área Militar do Aeroporto de Brasília". Toda ela construída dentro da área militar foge completamente a essa subordinação embora seja possível que haja um entendimento. Sou cem por cento do entendimento e dentro do Plano Piloto de Brasília, onde essa lei se faz valer, tudo é feito dentro desse entendimento. Nunca fugimos a isso e agora mesmo citei o caso das coisas que vamos realizar exatamente nesse sentido. Não há interesse algum de nossa parte nem predisposição alguma para comportamento diverso. Estamos perfeitamente enquadrados na lei. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — A palavra continua livre a quem dela queira fazer uso. (Pausa.)

Desejo, nesta oportunidade, renovar ao ilustre Brigadeiro Alfredo Gonçalves Corrêa, Comandante da 6ª Zona Aérea, em nome da Comissão do Distrito Federal, nossos agradecimentos pela gentileza que teve em atender ao nosso convite para esta palestra. Devo confessar que entendo que ter sido útil a presença de V. Exa. nesta reunião, porque acredito que, de amanhã em diante, nova orientação será imprimida, ao caso do aeroporto de Brasília.

Queremos dizer, que se as portas da Aeronáutica se acham abertas para o Congresso Nacional, as portas da nossa Comissão do Distrito Federal acham-se abertas para qualquer esclarecimento, para qualquer colaboração, para qualquer entendimento, para qualquer auxílio, enfim, para

tudo que possa ser útil, ao engrandecimento de nossa Pátria.

Sentimos, nas palavras do ilustre Brigadeiro, a sinceridade, o patriotismo e a lealdade para com a Pátria brasileira. Faço essa ressalva, porque nós que pertencemos ao Congresso Nacional para aqui viemos com o mesmo patriotismo, com o mesmo propósito de bem servir à Pátria brasileira. E é bom que possa haver esse entrosamento entre o poder militar e o civil para juntos, trabalharmos pela grandeza do Brasil.

Fica, mais uma vez, nosso agradecimento e a certeza para esta Comissão de que o assunto foi discutido amplamente e satisfatoriamente.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 10 minutos).

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

5ª REUNIAO (EXTRAORDINARIA), REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 1967

As dezessais horas e trinta minutos do dia vinte oito de junho de mil novecentos e sessenta e sete, presentes os Senhores Senadores João Abrahão, Presidente, Petrólio Portella, Aurélio Vianna, José Leite, Mário Martins, Gouvêa Vieira, Argemiro Figueiredo, Caltete Pinheiro e Edmundo Levi, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador João Abrahão, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores José Feliciano, Lofão da Silveira, Eurico Rezende e Atílio Fontana.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida considerada aprovada.

Havendo número legal o Senhor Presidente declara iniciados os trabalhos da Comissão, concedendo inicialmente a palavra ao ilustre convidado, Brigadeiro do Ar, Alfredo Gonçalves Corrêa, para os esclarecimentos que motivaram sua presença na Comissão; conforme notas telexográficas abaixo registradas.

REUNIAO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO ARQUITETO OSCAR NIEMEYER A RESPEITO DO SEU PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE BRASÍLIA.

O SR. PRESIDENTE — (Senador João Abrahão.)

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Havendo número legal declaro abertos os trabalhos dessa sessão da Comissão do Distrito Federal.

Solicito ao Sr. Secretário da Comissão a gentileza de trazer até este recinto o nosso convidado, Arquiteto Oscar Niemeyer, que nesse instante se encontra na Comissão do Distrito Federal. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Srs. Senadores, tomamos a deliberação de acordo com os demais membros da Comissão do Distrito Federal, de convidar o Arquiteto Oscar Niemeyer para uma reunião com os membros desta Comissão, não propriamente para uma interpelação, mas para um diálogo cordial, tendo em conta o grande valor deste brasileiro. Convidamos também outras partes interessadas no assunto, conforme requerimento que tivemos oportunidade de enviar à Mesa do Senado da República, pedindo informações ao Sr. Ministro da Aeronáutica sobre a mesma questão.

É bom que se esclareça que nós, em Brasília, como de resto, em todo

o País, estamos diante de um impasse criado a respeito da construção do aeroporto da Capital Federal, problema que é de todos os brasileiros.

A Comissão do Distrito Federal deseja aproveitar a oportunidade deste diálogo com o Arquiteto Oscar Niemeyer, para prestar-lhe a sua homenagem pelos relevantes serviços que tem prestado à Pátria, não só pela forma arquitetônica que imprimiu a seus projetos na construção de Brasília, mas, também, pelo trabalho de divulgação que Oscar Niemeyer vem fazendo de nossa Pátria em todo o Mundo.

E nesta condição, Dr. Oscar Niemeyer, que nós o recebemos na Comissão do Distrito Federal, para ouvir os seus esclarecimentos no que tange à construção do aeroporto de Brasília.

Antes mesmo de conceder a palavra a qualquer dos membros desta Comissão, queremos que V. Ex. faça uma exposição, perante os ouvidores, de suas idéias a respeito da construção do aeroporto de Brasília. É um assunto — como acentuei — que interessa, de perto, não só a Comissão do Distrito Federal, mas também a todos os habitantes da Capital. E nós, antes de tomarmos uma posição não podemos deixar de ouvir a sua palavra.

Devo antes esclarecer aos Srs. Senadores — que tive a oportunidade feliz de ver e sentir os projetos do Sr. Ministro da Aeronáutica a respeito do assunto, através de sua Assessoria Parlamentar. Ouviremos agora também, o Arquiteto Oscar Niemeyer, a quem agradecemos, antecipadamente, a gentileza do seu comparecimento a esta Comissão.

Tem a palavra o Arquiteto Oscar Niemeyer.

O SR. OSCAR NIEMEYER — Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão do Distrito Federal, pediria licença, em primeiro lugar, para mostrar alguns trabalhos anteriores meus, para que V. Exas. compreendam que há uma certa lógica, uma certa coerência, em todos os meus projetos. E o mesmo deve-se esperar com relação ao projeto do aeroporto de Brasília.

Procurarei ser rápido para não tomar muito tempo dos Srs. Senadores.

A Arquitetura moderna brasileira começou, praticamente, com o prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Neste período, meus contactos com o Ministro Gustavo Capanema, hoje bom amigo, permitiram que o edifício do Ministério da Educação fosse o primeiro elemento que nos deu a base para discutir o problema da arquitetura brasileira.

Logo em seguida, projetamos um auditório junto ao próprio Ministério da Educação. Nesse período, a arquitetura brasileira era baseada nos princípios de rigidez e simplicidade. Queremos lembrar que a nossa arquitetura sempre foi mais ligada à arquitetura colonial brasileira. Mas todos os nossos projetos têm um sentido fácil de explicar. A mim, por exemplo, o projeto desse auditório que é assim — (executa desenho) — imprime a idéia de afastar um pouco, inclinando a parede do auditório, para dar uma visibilidade maior ao edifício.

Este foi o segundo projeto que fizemos, o do Estádio Nacional.

No projeto do Estádio Nacional, projetei um arco de 300 metros, fizeram concorrência e chegaram a conclusão de que tínhamos que rebaixar o terreno 7 metros para que a arquibancada não ficasse muito alta. Na ocasião escolheram três trabalhos, inclusive o nosso e a Comissão propôs que os concorrentes levantassem o nível da arquibancada para a cota zero. Nós fomos ao local e verificamos o contrário; devíamos descer a cota 11, onde se encontrava, argila

compacta, material recomendado. Contrariamos a Comissão e por isso o nosso trabalho não foi aceito. Estou mencionado esses detalhes para demonstrar que em nosso trabalho procuramos manter uma linha de honestidade profissional.

Depois, fizemos a Pampulha, num período em que a arquitetura brasileira estava ainda muito presa a uma série de regras de rigidez. Começamos a utilizar o concreto, material flexível, generoso a tudo que quiséssemos. Com ele, por exemplo, foram feitas as marquises que acompanham o lago, numa forma completamente nova na ocasião e que vem marcando e criando novos elementos para a arquitetura brasileira.

O mesmo aconteceu com a Igreja da Pampulha, uma forma diferente, discutida mas que hoje todos compreendem como coisa lógica: a arquitetura sacra já caminha com a arquitetura moderna.

O Cassino, também, foi aceito no mesmo sentido e com o mesmo espírito.

Outro projeto, é um Clube em Diamantina. Não queríamos usar as colunas verticais; estudei três arcos, um assim, outro assim (*demonstra*) — Com isso o Clube não tem colunas, são elementos puros.

Isto é o que a arquitetura brasileira apresenta e que agrada no exterior: justamente a novidade, a procura de novas formas, diferentes.

Assim foi, também, a construção de um grande edifício de forma circular, em arcos e que também não é gratuita. Acompanha as curvas do terreno e foi a solução normal, seguindo as curvas de nível.

Em outro conjunto, em Belo Horizonte, em que a idéia da estrutura foi nossa, não quisemos usar muitas colunas. A arquitetura se baseava em elementos verticais. Os pilotes ficavam com número de colunas muito grandes. Estudamos um tipo de coluna assim (*demonstra*) e com isso conseguimos maiores patios nos pavimentos internos. São soluções novas que foram pouco a pouco se incorporando ao vocabulário plástico da arquitetura universal.

(*Exibindo dispositivos*) — Temos aqui outro projeto, de um clube, cuja forma não é gratuita. Se assim o projetamos é porque precisávamos de mais espaço.

Temos aqui uma escola, em Belo Horizonte, com inclinação da fachada. A fachada inclinada faz proteção. A nossa idéia é manter uma linha coerente. De modo que a fachada recua conforme a conveniência, com o mesmo tipo de estrutura.

Esse é o projeto do aeroporto de São José dos Campos. Houve um concurso, passei, fui classificado.

Estou exibindo esses dispositivos para demonstrar as formas diferentes que caracterizam a construção.

Esse é o começo, em Brasília. Busquei uma forma arquitetônica que viesse a caracterizar a nova Capital. E o consegui.

Esse é o Palácio da Alvorada. Tive o prazer de ver que há edifícios, em todo o mundo, reproduzindo suas colunas. O Edifício da Kodak, em Paris, no último Natal, exibiu uma decoração nelas inspirada. O nosso objetivo foi, pois, alcançado. Esse foi um dos elementos que promoveram a nova Capital.

Em uma exposição, em Paris, disse-me o Sr. André Malraux que as colunas no Alvorada era a segunda maravilha, depois das colunas da Grécia. Achei um exagero, mas foi amável da parte dele.

Aqui temos o Edifício do Palácio do Planalto e vemos a idéia das colunas diferentes. O concreto permitiu-nos a oportunidade de não se apresentar sempre a mesma forma.

Com relação ao Edifício do Congresso, a minha idéia foi possibilitar a mudança visual do tipo de coluna, de acordo com o ponto em que a

pessoa estivesse colocada. A formaria de acordo com o ponto em que está o expectador. Essa é a entrada do Congresso. A idéia de plataforma baixa dá um sentido de profundidade, permitindo ainda a visão dos prédios atrás situados.

Essa é a catedral, cuja estrutura arrojada deve-se ao fato de, em todas as épocas, terem as igrejas possibilitado o que havia de mais avançado no campo da construção.

Esse é o último projeto que fiz, o do Palácio do Itamarati. Infelizmente, não tenho dispositivos para mostrar.

Esse é o projeto do Palácio da Justiça.

Tenho trabalhado muito fora e estes últimos quatro anos estive no exterior. Após uma exposição no Líbano, comecei a ser muito solicitado e por isso sou obrigado a passar muito tempo fora. Mas meu lugar é aqui, participando de tudo que aqui se faz.

Esse é o último projeto que fiz. É o Centro Espiritual dos Padres Dominicanos. Tem seis celas, biblioteca, sala de estar, tem um auditório, tem uma igreja, etc. A idéia foi levar a construção ao período mais antigo, quando os frades se reuniam nas cavernas. Gostaram muito do projeto, foi o último que fiz no ano passado.

Esse é o Museu de Caracas, mostrando a parte externa. Tem a proteção por cima. A parte interna, com simples tirante mantém a casa suspensa.

Esta é uma construção no Algarve, Portugal, um conjunto de pequenas vilas.

Isto é em Israel. Era um terreno com cerca de vinte prédios pequenos. Propus dois prédios grandes de trinta andares, e o terreno ficou livre para esportes, trânsito, etc. O País é pequeno demais para desperdiçar terreno.

Este é outro conjunto, com uma grande torre de cinquenta andares.

Esta é a Universidade de Haifa, com um platô de trezentos metros. Há a parte de ensino, depois a parte onde se localizam a biblioteca, o auditório. A idéia de universidade não é mais a idéia tradicional. A idéia moderna corresponde ao que foi feito em Brasília, constituída de institutos básicos que formam a própria universidade. A coisa é mais compacta.

Esta é uma exposição no Líbano, a Feira de Amostra. Evitou-se fazer a construção como a Feira de Amostras de Nova York, onde pavilhões de todos os feitios, apresentaram uma confusão completa, sob o ponto de vista de arquitetura. Fiz um grande arco onde se localizam todas as exposições. Na frente, outros elementos da composição, que são o Museu Espacial. Deve ser inaugurado dentro de dois anos.

Este foi projeto que fiz na França. O normal seria fazer esta planta com vinte blocos de apartamentos, com quatro, cinco apartamentos. Planejei dois blocos apenas, com maior número de andares. Aqui, a Praça Central onde ficam a Igreja, o cinema, restaurante, a estrada de ferro no sub-solo. Enfim, essas pequenas cidades feitas na França, ficaram tão diferentes de quanto conheciam que o Ministro Pisani teve que mudar o sistema de financiamento para adaptá-lo ao tipo de construção. E o Presidente De Gaulle deu-se todas as facilidades para trabalhar, em Paris, no projeto de que me estou ocupando presentemente. Tenho que contar esses fatos, não para valorizar o meu trabalho, mas para justificá-lo.

Este é outro projeto que fiz no ano passado, na Ilha da Madeira, de um cassino. Esta é a parte central, um cinema e um hotel com 250 quartos. Era problema complicado, porque havia a vista do mar. Era preciso preservá-la para quem passasse na rua. A vista era de fato muito bonita. Precisávamos também preservar a vegetação. Uma série de coisas que

o projeto tinha de atender. Esta é outra vista, mostrando o pórtico e o hotel.

Aqui está outro projeto. É do Centro Espiritual dos Padres Dominicanos de Saint Thornay (?) É de beleza extraordinária.

Passemos à questão do aeroporto de Brasília: quando comecei a estudá-lo, já havia projeto aprovado. Contudo não atendia às finalidades da arquitetura de Brasília. Tomei a iniciativa de fazer o projeto. Como membro do Conselho, era minha função projetá-lo. Fiz um trabalho, explicando como deveria ser. Deveria apresentar condições completamente diferentes das de outros aeroportos. É a entrada da cidade. É preciso que o visitante, chegando ao aeroporto de Brasília, sinta a arquitetura da cidade.

A primeira é, pois, a harmonia com a arquitetura da nova Capital. Não há de ter aspecto secundário, infantil. A beleza é uma função das mais importantes da arquitetura.

Fiz o projeto e expliquei uma série de razões que fulguram fundamentais. Primeiro: propunha que fosse um pouco diferente; que o visitante devia chegar no centro da composição: que toda a organização do aeroporto estivesse em volta do visitante, para se evitarem as distâncias, enfim, que fosse coisa mais funcional. Não queria que os passageiros saíssem sob a chuva, para pegar o avião. Achava que devia haver uma ligação de proteção. Então, propus o aeroporto circular; as ligações subterrâneas, para onde se encontravam os aviões; a migração toda mecanizada na parte de bagagem.

Acabei o projeto, apresentei o estudo, entreguei-o ao Ministério da Aeronáutica. Acharam que o assunto era importante para Brasília. Apresentei o projeto ao Brigadeiro Itamar Rocha e S. ficou entusiasmado. Entreguei a receptividade. Durante esse período, tanto dele como do Estado-Maior, tive toda boa-vontade. Naturalmente que me sugeriram modificações, que atendi. Primeiro, propuseram não fossem as ruas subterrâneas. Não concordava, mas aqueles, pensando que, depois de a obra iniciada, teriam mais confiança, mais contato, e poderiam voltar à minha idéia inicial. Foi em 1965. Quando o Brigadeiro Itamar Rocha deixou Brasília, inclusive escreveu-me uma carta, agradecendo a colaboração que dera à construção do aeroporto. Levei-me ao Estado-Maior, para falar com o Brigadeiro Travassos.

A entrada do aeroporto é aqui (*mostra desenho*). Tem, na parte norte, as dependências das companhias de aviação, o setor de estada. É o primeiro estudo. Queria que a ligação entre a estação e os aviões fosse por meio de passagem subterrânea, a fim de se evitarem as grandes distâncias e o corredor.

Aqui, temos, também, um esquema do primeiro estudo, mostrando como se comportavam os que desciam do avião, etc. Por exemplo, aqui, o "hall" principal do aeroporto, a parte do embarque e do desembarque. Os passageiros desciam aqui; havia uma galeria para vôos internacionais e outra para vôos domésticos. Aqui, onde paravam os aviões; as bagagens desciam por aqui e vinham para distribuição. Os que vinham para vôo internacional, tinham, aqui, a parte de bagagem, de sala de estar, de vestiário, de polícia, de alfândega, etc. Nos vôos domésticos: aqui, a passagem dos que vinham, o local onde se vendiam as passagens, etc.

Aqui, o pavimento interno. A linha vertical explica a via de embarque e de desembarque.

A Aeronáutica me pediu, como já contei, que não fizesse a passagem subterrânea. Atendi, a contragosto, pensando em retomar uma fórmula compreensível à solução imediata. A solução que me agrada é aquela segundo a qual os aviões não voltam. A solução de sinalização de entrada,

de um lado, e ligação para o outro é superada. Eu queria que o avião pudesse permanecer à volta da estação. A volta subterrânea e o movimento de bagagem, todo mecanizado, são de uma clareza enorme.

Enfim, não pude defender o meu projeto. O contrato que eu tinha e a minha boa-vontade ficaram de lado. Ouvi dizer que haviam apresentado outro projeto e fui obrigado a recorrer à imprensa, a que dirigi uma carta, explicando o que era o meu projeto; já tinha planta de concreto armado, um projeto muito adiantado.

Aqui, o mesmo tipo de ligação subterrânea, que podia ser direta. Essa era a parte científica que fiz também, atendendo à conversa com o pessoal da Aeronáutica. De modo que o pleiteio é uma discussão. Não quero combater a Aeronáutica, não estou discutindo com ela, mas com o grupo que combata o meu projeto.

Como funcionário da NOVACAP, que recebeu ordem de fazer este projeto, eu teria que defender o meu trabalho. O que pleiteio, pois, nada mais é do que apenas discutir o assunto.

Afirmou o Brigadeiro Castro Neves que meu projeto é incompleto. Na verdade, como provei, com a planta de concreto armado, etc., projeto incompleto é o projeto com o qual eles queriam abrir a concorrência. Disseram, então, que não era definitivo, que o projeto era um erro porque grande demais. Pequeno que seja o projeto, a estação deve ser coisa autônoma, que possa multiplicar-se com o tempo. De modo que essa idéia era fácil de debater, inclusive a questão que tive de responder pelos jornais. Não recebi comunicação alguma. Foi coisa que li em jornal, pois nunca mais me convocaram para falar. Meu projeto foi nada de particular! Como os anteriores que tenho êxito, nele só tenho mesmo interesse profissional. Na questão do aeroporto, havia uma parte minha e o trabalho do arquiteto. Mas qual o papel que posso ter? O discutir o projeto? Se não o fizer, não estarei cumprindo o meu dever profissional.

Assim sendo quero, mais uma vez, declarar que nada tenho contra ninguém; não guardo rancor de pessoa alguma e não quero discutir o assunto nesse sentido. Apenas apresentei o projeto pensando ser uma solução que se adapta perfeitamente à arquitetura de Brasília, no estilo moderno. É um trabalho que laboro como arquiteto e sobre ele deveriam ao menos dizer, por exemplo, que tem inconvenientes, que não serve. Mas apenas encerraram o assunto, como se não existisse Prefeitura, Conselho da NOVACAP, etc. Deveriam ao menos dar um parecer, no qual pelo menos dissessem que ele não é digno de Brasília, e não apenas se cingirem a impor um outro projeto.

Acredito mesmo, Sr. Presidente o ilustres parlamentares, que esse grupo da Aeronáutica, esteja mal informado sobre o assunto, pois não acredito que não possa colocá-lo acima das divergências pessoais. O caso de não concordarem comigo não tem importância alguma, o que importa, isto sim, é o aeroporto da Capital do País. Não quero, repito, criar atritos. Apenas procuro agir com toda a liberdade, no que constitui uma função da minha profissão.

Como os presentes podem verificar pelos "slides" e por esses mapas que exibo tudo parece ter sentido. Enfim, é um projeto que terá grande divulgação no exterior, queriam ou não queriam, e o que mais espanta a todos é que não desejem sequer nem discutir o assunto. Poderiam, por exemplo, dizer que o projeto não está no nível nem a altura da arquitetura da nova Capital, o que não seria verdade. Podemos ver projetados agora todos os modernos aeroportos internacionais. (*Exibe "slides"*). São todos feitos nessa mesma base. Aqui o Aeroporto de Nova Iorque. Enfim, são projetos feitos de modo a que, se a cidade cresce, praticamente não

haverá problema para se aumentar esta parte circular.

Era só o que queria dizer, adiantando que não pensava em ocupar o tempo de tanta gente para um assunto tão simples.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Na qualidade de Presidente da Comissão do Distrito Federal decaio, uma vez que o Doutor Oscar Niemeyer nos dá a oportunidade deste diálogo, perguntar aos ilustres membros da Comissão se a qualquer dos Srs. Senadores presentes se existe algum interesse em fazer-lhe alguma pergunta, aproveitando esta oportunidade tão feliz, não só para a Comissão do Distrito Federal como para o Senado da República, de contarmos com a presença do grande arquiteto e deste grande brasileiro.

Assim, se algum dos Srs. Senadores deseja fazer alguma pergunta ao Doutor Oscar Niemeyer, a oportunidade se apresenta e creio que S. S.ª terá prazer em atendê-los, uma vez que já demonstrou através de sua exposição, de suas palavras, que é homem de diálogo e que deseja, exatamente, este diálogo.

Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente, confesso que até agora, fiquei muito impressionado com a projeção arquitetônica. Mas esta parte, obviamente, não será discutida por mim que não sou arquiteto nem engenheiro, apesar de ser inquilino da arquitetura de Oscar Niemeyer, pois sou um habitante de Brasília.

Rigorosamente, em que pé se encontra a controversia? O projeto do Dr. Niemeyer já foi oficialmente recusado pela Aeronáutica? É a primeira pergunta.

Na hipótese afirmativa, a Aeronáutica já apresentou algum projeto que seja do conhecimento do Dr. Oscar Niemeyer?

O SR. OSCAR NIEMEYER — Oficialmente, não. Nenhuma notícia tive sobre a questão do meu projeto. Pelos jornais, fui informado de que ele não seria recito, porque não era extensível. Sei que houve outro projeto que deu entrada na Prefeitura e foi recusado pelo órgão competente.

O SR. EURICO REZENDE — Foi recusado, pelo órgão competente da Prefeitura de Brasília...

O SR. OSCAR NIEMEYER — Inclusive com parecer de Lúcio Costa.

O SR. EURICO REZENDE — E a questão da competência, para realizar a obra? — é do Ministério da Aeronáutica ou da Prefeitura?

O SR. OSCAR NIEMEYER — Acho que todo projeto para ser construído na nova Capital deve passar pelo Conselho, órgão instituído pelo Congresso, com a finalidade de opinar sobre as obras importantes.

O SR. EURICO REZENDE — V. Sa. não submeteu seu projeto ao Ministério da Aeronáutica e à Prefeitura?

O SR. OSCAR NIEMEYER — Apresentei-o à Aeronáutica, que não me responde. No contato que tive com o Brigadeiro Travassos, ele mandou chamar o então Diretor da Engenharia da Aeronáutica e lhe disse: "Dê luz verde ao projeto". Pediu parecer ao arquiteto Décio Pacheco, que fez o projeto da Aeronáutica, e ele disse que era melhor que já passara na Aeronáutica.

O SR. EURICO REZENDE — Em resumo é o seguinte o quadro atual: seu projeto foi apresentado ao Ministério da Aeronáutica, não tendo solução.

O SR. OSCAR NIEMEYER — Teve parecer favorável mas o Brigadeiro Castro Neves, Diretor de Engenharia

da Aeronáutica, tem o objetivo de não aprová-lo.

O SR. EURICO REZENDE — O seu projeto recebeu aprovação dos órgãos técnicos da Prefeitura?

O SR. OSCAR NIEMEYER — Evidentemente, eu pertence ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ouvimos a palavra do nosso arquiteto Oscar Niemeyer. Ficamos realmente impressionados, não só com a exposição que foi feita, mas, também, com a sua declaração de que o Projeto da Aeronáutica foi considerado vulgar pelo arquiteto Lúcio Costa e recusado pelo órgão competente, por lei, para opinar sobre as construções realizadas em Brasília.

Quais as razões fundamentais que levaram a Aeronáutica a rejeitar in limine o Projeto Niemeyer? E aceitar o elaborado pelo órgão técnico da Aeronáutica? Alguns jornais aventam essa idéia, mas é tão absurda, tão iluputiana, que nós desejamos rejeitá-la de plano. De segurança Nacional? O projeto fere, se transformado em obra concreta, o princípio de segurança nacional? Os gastos são tão excessivos que poderiam levar o País à bancarrota se se realizar a obra imaginada pelo arquiteto Niemeyer?

E por que deverá ser substituído o aeroporto comercial por um militar? E as razões de ordem da segurança nacional levariam nosso Governo a criar, numa cidade Capital de um País, um aeroporto militar ferindo todas as regras estabelecidas pelos Países muito mais adiantados que o nosso? O País está sob curiosidade.

Eu já fui informado de que a nossa Comissão pretende solicitar ao Sr. Ministro da Aeronáutica o envio dos autores do Projeto da Aeronáutica, para que aqui venham expor seus pontos de vista e digam por que razão rejeitaram um projeto que, para nós leigos, é de clareza meridiana, funcionalíssimo.

Não acredito que as razões tenham sido de ordem ideológica porque até a Igreja, a Católica, tem convocado o arquiteto Oscar Niemeyer para realizar planos que se consubstanciam em obras de caráter religioso; até o próprio Portugal Salazarista o convocou para que, como arquiteto de fama internacional, elaborasse os planos que estão sendo realizados; o Estado de Israel também, e assim por diante.

Estou falando para ressaltar os pontos que me impressionaram. O arquiteto Oscar Niemeyer só pede para ser ouvido. Ele quer defender, pelo entusiasmo que tem pela nova Capital, pela projeção do Brasil no exterior, como filho da terra comum, de todos nós, o seu projeto, embora rejeitado, quer ouvir as razões da rejeição desse projeto e da aprovação do outro, que o mundo da arquitetura nacional rejeita.

Eu sugeriria que o Presidente da Comissão pedisse ao Prefeito de Brasília, Sr. Wadij Gômide, nos enviasse também os arquitetos da Prefeitura para que opinassem a respeito desse assunto que não é só de Brasília, mas é também nacional. E já se transforma, pela projeção do autor, em assunto internacional.

Temos medo que caiamos no ridículo, por não nos conformarmos com a realidade e não dialogarmos acerca do assunto.

Era meu intuito fazer uma série de perguntas, mas confesso que quase todas já foram respondidas previamente. Não vou dizer que houve transmissão de pensamento, mas houve, sim, habilidade de parte do autor do projeto em tocar nos pontos sensíveis.

A pergunta do Sr. Senador Eurico Rezende, de fundo realístico, foi res-

quero com aquela humildade — não quero ferir a sensibilidade do S. Sa. dos genios, dos que novam e inovam.

Ouvi, há pouco, setores oficiais do Ministério da Aeronáutica, segundo os quais da que havia todo empenho, de parte da Aeronáutica, em cumprir sua imensa capacidade aquisitiva com as necessidades técnicas de um projeto, esbarrando-se com a recusa sistemática do Arquiteto Oscar Niemeyer em entrar nesse entendimento.

Creio que a resposta já foi dada. Espontaneamente o Sr. Arquiteto Oscar Niemeyer declarou a sua recusa em entrar nesse assunto.

O SR. OSCAR NIEMEYER — A minha intenção é discutir o projeto.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Só um projeto desta natureza ficaria em curtos anos obsoleto, porque não se poderia fazer tão grande investimento para uma aplicação a curto prazo.

Foi isso que ouvi do Sr. Deputado Cid Carvalho, de elementos da Aeronáutica e me sinto no dever de, formular essa espécie de pergunta para um esclarecimento do autor do projeto, o nosso Arquiteto Oscar Niemeyer.

Hoje, na técnica atual de estações de aeroporto a idéia é mantida na escala maior de não deixar que se percam em acréscimos desnecessários.

É possível prever uma estação que funcione durante determinado tempo e seja modificada quando necessário. A idéia de uma estação que cresça indefinidamente está superada.

É comum pensar-se que os novos aviões super-sônicos vão exigir a divisão e fracionamento do tráfego aéreo.

Estou satisfeito, Sr. Presidente, mas não estou à altura de fazer um julgamento. Vamos ouvir outras autoridades no assunto, mas não posso deixar de manifestar minha estranheza, a minha admiração e a minha repulsa natural, pelo fato de não estarmos dialogando com um arquiteto que nos honra, que projetou este País como Nação no Exterior, convidado pelas nações mais progressistas do mundo.

Não posso deixar de manifestar a minha estranheza e de solicitar das autoridades governamentais, especificamente às da Aeronáutica, que ouçam o arquiteto Oscar Niemeyer, em nome do Brasil culto, do Brasil progressista, do Brasil da arte, do Brasil que só se vê progredindo através de homens que, como este, nos honram. Oscar Niemeyer não é mais patriotismo brasileiro, é patriotismo internacional.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. JOÃO ABRAHÃO — Tem a palavra o nobre Senador Petrólio Portela.

O SR. PETRÔNIO PORTELA — Sr. Oscar Niemeyer, é escusado dizer o quanto me sensibilizou ser um artista do seu porte, da sua cultura profissional, que já não é nossa porque sua obra hoje é internacional, defender com tanto brilho e tanto amor mais um de seus trabalhos que deseja seja implantada em Brasília.

Tem que a incompreensão, ou mais precisamente a paixão, possa embargar-lhe os passos. Mas não creio, absolutamente não creio que os motivos apresentados pelo ilustre Senador Aurélio Vianna estejam a presidir este impasse ou a inspirá-lo. É aceitável que se tenham prevenções contra o cidadão, contra as idéias do cidadão Oscar Niemeyer. Mas ao arquiteto Oscar Niemeyer, só nos cabe louv-lo, enaltecer-lhe o trabalho, e patrimônio do qual nos orgulhamos.

Tem, já agora, que os impasses sejam aumentados pelas paixões e lhe pediria que, por um amor a esta obra que V. Sa. com tanta veemência defende, não se feche em equívocos e parte para o contato com as instituições, como bem frisou o nobre Senador Eurico Rezende, porque elas é que

têm que assumir a responsabilidade pela recusa.

Muitas vezes há interesses escusos que procuram criar, no val-e-vem das conversas, e indisposições que talvez até não existam. Porque não acredito, sinceramente, que a Aeronáutica tenha indisposição com o Arquiteto. Pode em verdade, ter indisposição quanto a um detalhe técnico, a algum problema de natureza técnica que poderão ser resolvidos através de diálogos e entendimentos.

O que tem no desenvolver desta questão é que o diálogo não possa ocorrer exatamente pela paixão que partes já agora empolvar os dois campos. De nossa parte, os Senadores em assento nesta Comissão do Distrito Federal só temos um objetivo — exatamente propiciar este debate, apalpar os caminhos e evitar que os caminhos e evitar, que os equívocos prevencem sobre interesses. Estou convencido de que nada absolutamente, do que disse poderá ocorrer, como acentuar o ilustre representante pela Guaynabara. Nada disso embarraga seus passos. Vamos partir para o diálogo, vamos ajudar, para que o diálogo se processe e Brasília possa ter, em verdade, obra arquitetônica digna do seu conjunto harmônico.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Mas interroguem! Não afirmem!

O SR. PERÔNIO PORTELA — Foi o que disse: supostamente.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não disse que o nobre Colega tinha afirmado, e, sim, que pôs o problema em termos de interrogação.

De maneira que é apelo que agora faço a V. Sa. Dr. Oscar Niemeyer.

É natural, diante do impasse, sua paixão também se acenda. Consequentemente, de outro lado deve ocorrer. Mas, em nome de sua obra, por amor a ela — e já agora eu também tenho —, é preciso que nós, homens públicos, nos encarreguemos de abrir os caminhos para que a solução lógica, a solução compatível com Brasília, vinha ocorrer.

Quero também dizer a V. Sa. do nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão) — Agradeço a intervenção do nobre Senador Petrólio Portela.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS — Senhor Presidente, tive a honra de pertencer à Comissão da Mudança da Capital, quando deputado, e ser apologeta da interiorização da sede do Governo, muito embora fosse representante do povo carioca, na ocasião a população da Capital da República — o Rio de Janeiro.

Quando começamos a desenvolver os primeiros passos em torno da construção, em forma realista, todos os órgãos, e todos os Poderes da República, ajudaram em conjunto e se submeteram a um órgão que representasse o espírito de Brasília, a iniciativa de Brasília, o dinamismo de Brasília e a responsabilidade da construção de Brasília. Então, nós do Congresso — e que deveria ser levado em conta por todas as autoridades do Poder Executivo — nós do Congresso, do Poder Legislativo, nos submetemos ao contrato, ao diálogo com os organizadores que tinham a responsabilidade de plasmar Brasília. Submetemo-nos, inclusive, naquilo que se referia especialmente ao Poder Legislativo e ao Judiciário. No Congresso formamos uma Comissão Técnica, para colaborar no que se referia à parte funcional deste Poder, com o projeto arquitetônico que ora aqui se encontra. Não passou pela cabeça de ninguém, dentro da Câmara ou dentro do Senado, fosse esse órgão embarçar as linhas-mestras ou arquitetônicas, já submetidas ao Conselho Diretor — não sei se Nacional

— ao qual cabia a responsabilidade pela construção de Brasília.

Desde logo é estranhável que qualquer Ministério, seja militar ou civil, possa falar, a não ser naquilo que poderia atentar contra a funcionalidade, porque para isso existe o órgão, que não foi feito por um decreto ditatorial, e mereceu a aprovação do Congresso, consequentemente de toda a Nação, para que Brasília crescesse dentro de uma fisionomia que não era projetada por um cidadão, mas representando o conjunto de várias personalidades competentes, com autoridade para o estudo.

A mim quer-me parecer que o Ministério da Aeronáutica tem o direito de falar, exclusivamente, sobre a parte funcional. Foi o que aconteceu com o Congresso. Recordo-me até de uma tarde histórica, numa das primeiras vezes em que vim a Brasília, quando já estava em andamento a construção de um dos blocos dos dois conjuntos — lembramos a necessidade de abrir salas. Em menos de um minuto, talvez em vinte segundos, o Dr. Oscar Niemeyer projetou-as. Apreendo-me de não ter levado o rascunho para casa. Projetou em 20 segundos o que é hoje o Anexo, sem fazer a forma arquitetônica, completando o conjunto do Poder Legislativo.

Sabemos que a Aeronáutica tem autoridade para falar a propósito de todos os campos de todos os aeroportos. É de sua competência. Mas, também, sabemos que, no que se refere a aeroporto comercial, sobretudo em Brasília, como acontece com o próprio palácio do Supremo Tribunal Federal, que é outro ponto, todos se submetem à legislação geral, que segue o Plano Diretor de Brasília.

De modo que considero que o Senador Eurico Rezende tratou muito bem da questão, quando, saindo do deslombamento de que havíamos sido donatários pela apresentação do requerimento e do projeto, propôs que analisássemos, a fundo, a parte política que é a que nos interessa sobremaneira.

Pelo debate, foi adiantado — e compreendemos — que a Prefeitura de Brasília é que deveria dar a última palavra, que haveria órgãos interessados na parte financeira, na de segurança na multiplicação de material, dos tipos de avião, etc. A última palavra, porém, pelo que entendi pertence à Prefeitura de Brasília.

De outra parte, nestes meses em que me encontro no Senado, não posso, ainda, compreender quem realmente controla a citada Prefeitura, pois, não é possível que o Presidente da República tenha também o controle do Legislativo e do Judiciário; que todos os Estados tenham as suas Assembléias e que ameacem, precisamente, a Capital Federal pela circunstância de não ter autonomia o que acabaria dando a mais ampla autonomia à unidade da federação!

Pelo que me foi dado examinar, essa competência pertence, justamente ao Senado.

Não quero ser tão elástico, mas narçuloque está definindo a Lei, me parece que cabe ao Senado ver até onde pode ir a Comissão do Distrito Federal, e consequentemente, ao Plêniário, até onde vai o poder do Senado — a cúpula, a meu ver, — em matéria de gastos, de obras, de reformas em Brasília.

Tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Comissão que faça, em outra oportunidade, com seus assessores e demais membros da Comissão — a que não pertencem — um estudo para ver-se qual a competência da Comissão, até onde ela vai, entrando, inclusive, em contacto com a Comissão de Justiça do Senado; até onde vai a autoridade do Senado nesta matéria. Depois, saber qual a autoridade — no caso, parece-me ser a Prefeitura de Brasília — ou o conselho que preserva a unidade arquite-

tônica de Brasília. E até onde vai a autoridade do Ministério da Aeronáutica, que é a parte de segurança, a dos campos militares, da previsão do adiantamento da aviação, enfim. Depois desses estudos, se a Comissão do Distrito Federal quiser ter a amabilidade de convocar-me para conhecer os resultados a que chegou, poderemos, então, no meu entender, com a cooperação de todos, determinar a posição do Senado com relação à matéria, visando, sobretudo, aquilo que está no espírito de todos nós: preservar o andamento de uma obra, preservar a autoridade do Ministério, naquilo que lhe compete, e, contrariados, sem que a paixão possa perturbar, mas, ao contrário, dinamizando a vontade geral, possamos dar a nossa contribuição.

Era a proposta que eu desejava apresentar para ser estudada pela Comissão em outra oportunidade.

SENADOR JOÃO ABRAHÃO. — Vamos, oportunamente, atendendo à sugestão do Senhor Senador Mário Martins, responder à sua proposta e apresentar, não só aos membros da Comissão como à própria assessoria da Presidência, todos os itens levantados pelo Senador Mário Martins. Queremos, por que o problema está na questão da competência e oportunamente apresentaremos com minúcias, todos os itens referidos pelo nobre Senhor Senador.

Tem a palavra o nobre Sr. Senador Gouveia Vieira.

O SR. GOUVEIA VIEIRA. — Senhor Presidente, pedi ao nobre Senador Eurico Rezende para comparecer a esta Comissão, apesar de não ser membro da mesma, pelo muito que o assunto me interessa.

Da emoção que acabamos de ouvir do Professor Oscar Niemeyer não há com relação a esse projeto, mas relacionando-o com outros, notei que, se, e com muita razão, já enorme importância a questão de sua localização. Realmente, como S. Exa. continuou a projetar para Brasília não é o mesmo que projetar numa área por exemplo, do meu Estado, para Serra Talhada ou para São Gonçalo.

Dessa modo, pediria ao ilustre Professor que nos dissesse se seu projeto foi feito para ser localizado na atual área. Ainda mais se o Ministério da Aeronáutica resolveu fazer o outro projeto de aeroporto nessa mesma área.

O SR. OSCAR NIEMEYER. — É um projeto para a estação de passageiros de Brasília e creio que o lugar não está fixado, não sei se será na atual estação de Brasília.

O SR. GOUVEIA VIEIRA. — Então não seria uma estação internacional e sim uma estação nacional na mesma área atual.

O SR. OSCAR NIEMEYER. — Não sei, ouvi falar que talvez fosse na área do aeroporto militar.

O SR. GOUVEIA VIEIRA. — Mas a alteração do seu projeto não seria com a ideia de que lá viesse a ser localizada a estação internacional.

O SR. OSCAR NIEMEYER. — Pensei que talvez a estação pudesse crescer, com o tempo, e poderia ser transformada então em três unidades.

O SR. GOUVEIA VIEIRA. — Com o internacional também.

O SR. OSCAR NIEMEYER. — O projeto visa, também, essa possibilidade, para quando o tráfego for muito intenso, o que serviria para desfogar.

O SR. GOUVEIA VIEIRA. — Quer dizer então que não se está cogitando agora disso e que seria apenas um aeroporto para o tráfego interno, na mesma área em que está situado o atual. E essa área está localizada dentro do Plano Piloto?

O SR. OSCAR NIEMEYER. — Exatamente.

O SR. GOUVEIA VIEIRA. — Era o esclarecimento que desejava ter.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão). — A palavra continua livre para qualquer um dos Srs. Senadores que dela desejem fazer uso.

O SR. EURICO REZENDE. — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão). — Tem a palavra o nobre Sr. Senador.

O SR. EURICO REZENDE. — Senhor Presidente, gostaria de um esclarecimento em razão da explanação do nobre Senador Mário Martins. Entendo que o debate que se está travando, hoje, e que será travado também por outras pessoas, tem um objetivo que não é do Senado — resolver o problema. Poderemos apenas ter interferência na questão da prestação da verba destinada ao custeio da construção. Então, nós deveríamos estabelecer uma regra em nossos trabalhos: vamos ouvir os titulares, os porta-vozes dos interessados nas duas correntes de opinião que já claramente se delimitam e daqui, então, sairá um documentário da opinião do Dr. Niemeyer, a opinião da Aeronáutica e outras correntes de opiniões triangulares ou com outras direções, que surjam.

Esse apanhado geral será levado ao órgão técnico da Prefeitura pois nós não vamos nos entender aqui diretamente com o Dr. Niemeyer nem com a Aeronáutica porque, pela jovem Constituição de 15 de março, somos por assim dizer, a Câmara de Vereadores do Distrito Federal: o Senado é a Casa que legisla especificamente para o Distrito Federal.

Então, entregáramos, tudo isto à Prefeitura de Brasília e o Prefeito adotaria a solução, depois de ouvir a quem de direito. Nós não podemos dar uma solução. O que temos aqui é apenas a oportunidade de um debate. É bem verdade que poderemos apresentar projeto de lei para decidir a questão, mas como é matéria nova temos mesmo que nos submeter à competência da Prefeitura, do Ministério da Aeronáutica e de outros órgãos. Mas não vejo mesmo oportunidade de o Senado dar solução concreta para este caso. Poderá formar os Anais deste semário, digamos assim, e entregar à Prefeitura de Brasília.

O SR. PETRÔNIO PORTELA. — Isso nós devemos discutir em reunião especialmente convocada para este fim. Agora é ouvir a palavra do Doutor Niemeyer e isso já ocorreu. As posições a serem adotadas pela Comissão, serão objeto de discussão de nossa parte em reunião posterior.

O SR. EURICO REZENDE. — Devemos ouvir também o representante da Aeronáutica para que se componha o debate. Verificaremos mais tarde se há ou não oportunidade de apresentarmos um projeto de lei estabelecendo normas para a matéria.

O SR. MÁRIO MARTINS. — Por uma dessas curiosidades, temos a atribuição de apreciar Votos do Prefeito, mas não está claro como devemos proceder se ele não votar. De qualquer modo, acho que devemos, de acordo com a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da qual Vossa Exa. faz parte, fazer o estudo da competência. Apenas não quis ordenar a oportunidade de apelar para uma solução correlata, conforme a questão da competência.

O SR. EURICO REZENDE. — É sabido, proclamado e confessado que, nem a Câmara nem o Senado tem competência para iniciar matéria financeira, de modo que não vejo oportunidade de apresentarmos projeto que resulte em aumento de despesa.

O SR. MÁRIO MARTINS. — Cabe ao Senado controlar.

O SR. AURELIO VIANNA. — Senhor Presidente, fala-se muito num campo de pouso para aviões internacionais. Nós perguntávamos ao Professor Niemeyer se o seu projeto propiciaria a transformação dessas pistas para receber aviões supersônicos?

O SR. OSCAR NIEMEYER. — Pelas informações que tenho, o tamanho das pistas varia muito pouco. O projeto, no entanto, foi feito para tráfego comum.

O SR. AURELIO VIANNA. — Mas propiciaria, se houvesse necessidade?

O SR. OSCAR NIEMEYER. — É-se um assunto que eu acho deve ficar para a Aeronáutica responder. Até hoje ela não decidiu o que pretende fazer.

O SR. AURELIO VIANNA. — Onde vai ser situado o aeroporto internacional? Já estão sendo construídos aviões supersônicos, para 700 e 800 passageiros, isso nós sabemos. Apenas desejaríamos indagar se a área propiciaria pouso para esses aviões.

Por que razão vamos gastar no aeroporto doméstico uma soma vultuossíssima, quando deveríamos fazer logo o aeroporto internacional que pudesse receber aviões domésticos e de rota internacional?

É uma pergunta que se faz imperativa porque se estima que os gastos vão ser muito grandes com a construção desse aeroporto. Eu perguntaria, há concorrência?

O SR. OSCAR NIEMEYER. — Não há base. Não se fez orçamento. Na própria Aeronáutica fez-se uma concorrência mas não se ofereceram os elementos necessários: não incluíram os planos de esgoto, de água, nem de eletricidade. O nosso projeto apresenta todos esses elementos, plantas de água, de eletricidade, inclusive já aprovadas pela NOVACAP.

O SR. AURELIO VIANNA. — O projeto do arquiteto Oscar Niemeyer não é um simples projeto, mas um anteprojeto que já tem plantas de água e de eletricidade, é concludente.

O SR. OSCAR NIEMEYER. — É o único que tem cálculo concreto, água e eletricidade.

O SR. JÚLIO LEITE. — A França, esse grande País da Europa, apesar de possuir um grande aeroporto vai construir um novo. Segue as linhas do seu projeto?

O SR. OSCAR NIEMEYER. — (Inaudível).

O SR. JÚLIO LEITE. — Isto representa uma grande vitória, pois a França que tem um aeroporto como o de Orly, vai fazer outro aeroporto seguindo seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Abrahão). — O interesse real desta Comissão é encontrar um denominador comum, um ponto de encontro, não digo entre militares e civis, mas entre técnicos, entre arquitetos. Tudo isso se consubstancia tão-somente na projeção cada vez mais alta de nosso País. Essa a finalidade específica com que foi convocado o Sr. Oscar Niemeyer.

Devo dizer, ainda, que encaminhamos à Mesa do Senado requerimento a ser dirigido ao Sr. Ministro da Aeronáutica, com uma série de indagações, entre as quais algumas que respondem, em parte, às palavras do Sr. Senador Mário Martins: "Que há, de positivo, com relação ao aeroporto de Brasília? O projeto de Oscar Niemeyer refere-se apenas à parte destinada a passageiros ou abrangerá toda a obra? De quem é a competência para elaboração do projeto — do Conselho de Arquitetura de Brasília, da Aeronáutica ou de Niemeyer? O Ministro forneceu cópia do edital que publicou no Diário Oficial da Gua-

nabara, sobre a concorrência atinente à matéria? A parte técnica da construção é da alçada da Aeronáutica? A fiscalização da obra a quem incumbirá? Tem o atual Prefeito de Brasília manifestado interesse em solver o impasse? Tendo Niemeyer projetos consagrados nas Américas, na África, no Oriente, não seria recomendável a sua audiência a respeito? Para quando, afinal, está prevista a entrega do aeroporto de Brasília, que tanto dele necessita?

Tomamos a liberdade de fazer uma série de indagações, como vêm, ao Ministro da Aeronáutica, com o propósito, exclusivamente, de chegar a um denominador comum.

Agradecemos ao arquiteto Oscar Niemeyer a gentileza de sua presença nesta Comissão. Como disse o ilustre Senador Aurélio Vianna, S. Sa. deixou de ser um patrimônio da Guanabara ou do Estado do Rio e pas-

sa a ser um patrimônio nacional, diante dos grandes e relevantes serviços prestados à Pátria brasileira.

Desejamos, nesta jornada de entendimentos, nesta jornada de diálogos, através da Comissão do Distrito Federal, se os membros desta Comissão concordarem, sugerir que seja estendido convite ao Sr. Brigadeiro Alfredo Corrêa, Comandante da 6ª Zona Aérea, no sentido de que também ele possa fornecer-nos esclarecimentos e orientar-nos no problema.

Entendemos, mesmo, que a Comissão do Distrito Federal, através dos seus membros, irá prestar grande serviço à Pátria brasileira, nesse encontro da parte técnica com a parte de segurança nacional.

Queremos crer que o Sr. Ministro da Aeronáutica não tem, realmente, nenhuma prevenção contra este grande brasileiro que é o Arquiteto Os-

car Niemeyer, admirado pelo mundo inteiro e que é motivo de orgulho para a nossa Pátria.

Se os membros desta Comissão concordarem, vamos convidar o Comandante da 6ª Zona Aérea a amanhã mesmo, tendo em vista que depois de amanhã é feriado, comparecer a uma reunião da Comissão do Distrito Federal, para o mesmo diálogo que, hoje, mantivemos com o arquiteto Oscar Niemeyer.

Ao encerrar esta reunião, transmito mais uma vez, ao Dr. Oscar Niemeyer a nossa admiração, o nosso respeito e a certeza de que esta Comissão está vivamente empenhada no sentido de que o seu projeto seja, realmente, um complemento desta obra arquitetônica admirada pelo mundo inteiro, que é Brasília, e que tem servido de orgulho para todos os brasileiros, em todos os quadrantes do mundo.

Reiteramos a S. Sa. os nossos agradecimentos e, ao encerrar esta reunião, exteriorizamos agradecimentos, também, a todos os Srs. Senadores e a todos aqueles que nos prestigiaram com a sua presença, participando da reunião.

Fica, assim, convidado — e será feito o convite, pelos trâmites legais — o Sr. Brigadeiro Alfredo Corrêa a comparecer amanhã, às 16 horas, a reunião desta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 40 minutos.)

Nada mais havendo que tratar encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Pinho — (ARENA — GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 4º Secretário — Victorino Frede — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmund Levi — (ARENA — AM)
 4º Secretário — Castello Pinheiro — (ARENA — PA)
 5º Suplente — Artur Fontana — (ARENA — SC)
 6º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 7º Suplente — Sebastião Archer — (ARENA — MA)
 8º Suplente — Raul Bader — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Villaga — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

José Feliciano

Ney Braga

João Cleophas

Teotônio Villela

Júlio Leite

Artur Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna

Pedro Ludovico

José Ermírio

Mário Martins

Secretário: Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Milton Campos

Antônio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portela

Carlos Lindenberg

Rui Palmeira

Vasconcelos Torres

Daniel Krieger

Benedicto Valladares

Alvaro Maia

Lobão da Silveira

José Feliciano

Menezes Pimentel

Leandro Maciel

MDB

Aarão Stembruch

Aurélio Vianna

Mário Martins

Antônio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

José Feliciano

Lobão da Silveira

Petrônio Portela

Eurico Rezende

Artur Fontana

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Arnold de Melo

José Leite

Melo Braga

MDB

Adalberto Senna

Lino de Mattos

João Abrahão

Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Carvalho Pinto

Carlos Lindenberg

Júlio Leite

Teotônio Villela

Domício Gondim

Leandro Maciel

José Leite

João Cleophas

Duarte Filho

Sigefredo Pacheco

Filinto Müller

Paulo Torres

MDB

Mário Martins

Pedro Ludovico

Lino de Mattos

José Ermírio

Josaphat Marinho

João Abrahão

Sec. Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintras-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(4 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Menezes Pimentel

Mem de Sá

Alvaro Maia

Duarte Filho

Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares

Antônio Carlos

Sigefredo Pacheco

Teotônio Villela

Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna

Lino de Mattos

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Hugo Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

João Cleophas

Mem de Sá

José Leite

Leandro Maciel

Manoel Villaga

Clodomir Milet

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

Paulo Sarasate

Carvalho Pinto

Fernando Corrêa

Antônio Carlos

José Guionard

Daniel Krieger

Petrônio Portela

Artur Fontana

Júlio Leite

Melo Braga

Carlos Lindenberg

Celso Ramos

Teotônio Villela

Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo

Bezerra Neto

Oscar Passos

Arthur Virgílio

Josaphat Marinho

José Ermírio

Lino de Mattos

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Ney Braga

Artur Fontana

Adolpho Franco

Domício Gondim

João Cleophas

Júlio Leite

José Cândido

Rui Palmeira

Arnold de Melo

Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SÉCAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Milet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petrônio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurelio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antonio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petrônio Portela
Clodomir Milet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antonio Balbino
Aurelio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Ayrton Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sa
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A**TITULARES**

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sa
Rui Palmeira

SUPLENTE

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Milet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurelio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castelon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Milet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnou de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnou de Melo
Paulo Torres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos
Aarão SteinbruchArthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Matos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnou de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guimard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Álvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Siegfredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

DIRETORIA DO PESSOAL

(Classificação por ordem de antiguidade da Carreira de Auxiliar-Legislativo, Símbolo PL-10, para provimento da vaga decorrente da exoneração de Mauro Motta Burlamaqui, Auxiliar-Legislativo PL-9, por força da Resolução nº 52, de 1967 — D.C.N. de 29-6-67. Até 29 de junho de 1967.

CLASSIFICAÇAC	Classe	Carreira	Senado	Serviço Público	Total
De PL-10 para PL-9 — Antiguidade cabe a Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto, conforme se verifica da relação abaixo:					
Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto	941	941	941	—	941
Geraldo Caetano Filho	941	941	941	383	1.324
Daniel Reis de Souza	941	941	941	600	1.541
Roberto Salerno	941	941	941	—	941
Beatriz Brandão Guerra	941	941	941	—	941

Observação: os interessados têm o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta lista, para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses, conforme dispõe o artigo 122, § 2º da Resolução nº 6, de 1960.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 1 de agosto de 1967.
— Rubem Soares Branquinho, Auxiliar Legislativo, PL-9. — Visto: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.